

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 139/2025
Data: 18/09/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
MINISTRO SUGERE AJUSTES NA LEI DOS PORTOS AO INVÉS DE NOVA LEGISLAÇÃO; ENTENDA	4
CRUZEIROS NO BRASIL: ARMADORAS DOS EUA DEMONSTRAM INTERESSE EM NOVAS PARCERIAS COM A CVC	5
TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ: PROCESSO SELETIVO PARA MIL EMPREGOS NA OBRA É ADIADO	7
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	7
ENGEMAN INICIA SELEÇÃO PARA OPERAR FAFENS E PROJETA 800 EMPREGOS EM SE E BA	7
COM TODO GÁS: MAIOR PLANTA DE BIOMETANO DO NE ESTÁ PRONTA PARA OPERAR	9
EXPORTADORAS JÁ PODEM ACESSAR CRÉDITO DO PLANO BRASIL SOBERANO	11
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	12
ANTAQ PROMOVE WEBINÁRIO SOBRE PROCEDIMENTO DE DISPONIBILIDADE DE EMBARCAÇÃO BRASILEIRA	12
ANTAQ PUBLICA AGENDA AMBIENTAL E DE SEGURANÇA AQUAVIÁRIA 2025-2026.....	13
ANTAQ ORGANIZA 32º ENCONTRO DO SISTEMA DE DESEMPENHO PORTUÁRIO	14
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	15
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ASSINA TERMO PARA DRAGAGEM E LANÇA EDITAL DE ARRENDAMENTO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS DO PORTO DE RECIFE.....	15
CARAVANAS DA INOVAÇÃO PORTUÁRIA PROMOVE INTERCÂMBIO DE IDEIAS EM FORTALEZA	16
COMPLEXO DO PECÉM (CE) ABRIGA OS PRIMEIROS PROJETOS DE HIDROGÊNIO VERDE DO BRASIL	17
COOPERAÇÃO ENTRE MPOR E TCU GARANTE AVANÇO DE GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA NO BRASIL	18
EM AUDIÊNCIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, MINISTRO DEFENDE MODERNIZAÇÃO DO SETOR PORTUÁRIO	20
MPOR ANUNCIA A REALIZAÇÃO DA 1ª JORNADA NAVEGUE SIMPLES	21
INVESTIMENTOS EM AVIAÇÃO ESTÃO GARANTIDOS PARA IMPULSIONAR O CRESCIMENTO DO PAÍS, AFIRMA SILVIO COSTA FILHO	21
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	22
APÓS FASE DE TESTES, RENAN FILHO INAUGURA NOVO VIADUTO EM APARECIDA (SP), NESTA SEXTA (19)	22
DESACELERAR PARA SALVAR VIDAS: SEMANA NACIONAL DE TRÂNSITO Foca no dia a dia do cidadão	23
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ENTREGA REVITALIZAÇÃO DE 128 QUILOMETROS DA BR-280/SC	24
PORTAL PORTO GENTE	25
CONHEÇA O IATE DE LUXO QUE SIMBOLIZA A NOVA FASE DE DESIGN DA AZIMUT E CONECTA GERAÇÕES MAIS JOVENS AO MAR.....	25
APS ASSINA ACORDO PARA NOVO COMPLEXO DA POLÍCIA FEDERAL DO PORTO DE SANTOS	26
APS ASSINA ACORDO PARA NOVO COMPLEXO DA POLÍCIA FEDERAL DO PORTO DE SANTOS	27
INVESTIMENTOS EM AVIAÇÃO ESTÃO GARANTIDOS PARA IMPULSIONAR O CRESCIMENTO DO PAÍS, AFIRMA SILVIO COSTA FILHO	28
APS PUBLICA INSTALAÇÃO DE COMITÊ PARA ACOMPANHAR OBRAS DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ	29
BE NEWS – BRASIL EXPORT	30
EDITORIAL – A NECESSÁRIA SIMPLIFICAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL PORTUÁRIO	30
NACIONAL - HUB – CURTAS - ANTT VAI USAR DRONES PARA APOIAR FISCALIZAÇÃO DE FERROVIAS	31
Drones ferroviários	31
Parceria inédita	31
Fertilizantes nacionais.....	31
Bioinsumos avançam	31
NACIONAL - FAIERSTEIN ASSUME ANAC E PROMETE RECOMPOR ORÇAMENTO.....	32
NACIONAL - MINISTRO ASSEGURA RECURSOS PARA AGÊNCIAS E PEDE FORTALECIMENTO DO SETOR	33
NACIONAL - LICENCIAMENTO AMBIENTAL NÃO PODE TRAVAR O CRESCIMENTO, DIZ COSTA FILHO.....	33
NACIONAL - SECRETÁRIO DE HIDROVIAS DEFENDE MAIOR DEBATE SOBRE MODAL	35
NACIONAL - FRAUDES EM MINERAÇÃO LEVAM À PRISÃO DE DIRETORES DE ÓRGÃOS FEDERAIS	36
REGIÃO SUL - PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL REDUZ EM 70% ESPERA PARA NAVIOS DE FERTILIZANTES	37
REGIÃO SUDESTE - TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ: COMITÊ VAI ACOMPANHAR IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS	38
REGIÃO SUDESTE - NAVIO CHINÊS É DESENCALHADO EM OPERAÇÃO NO PORTO DE SANTOS	39
REGIÃO SUDESTE – CAMINHÃO PEGA FOGO EM VIRACOPOS.....	40
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - OIT-169: CONDICIONANTE INCONTORNÁVEL PARA A INFRAESTRUTURA BRASILEIRA..	40
JORNAL O GLOBO – RJ.....	44
INADIMPLÊNCIA DO AGRONEGÓCIO SALTA PARA 7% NA CAIXA, E BANCO REDUZ OFERTA DE CRÉDITO AO SETOR	44



BC ARGENTINO FAZ NOVA INTERVENÇÃO NO CÂMBIO E, EM DOIS DIAS, JÁ INJETOU US\$ 432 MILHÕES PARA SEGURAR COTAÇÃO DO DÓLAR	46
CANAL DO PANAMÁ LANÇA PROJETO DE GASODUTO PARA TRANSPORTAR COMBUSTÍVEL DOS EUA PARA A ÁSIA	48
COM LANCE DE R\$ 1,7 BILHÃO, CONSÓRCIO ROTA DA LIBERDADE VENCE LEILÃO DE RODOVIA QUE LIGA OURO PRETO E MARIANA	49
PRINCIPAL ASSESSOR DO SECRETÁRIO DO TESOURO DOS ESTADOS UNIDOS DEVE SER INDICADO COMO Nº 2 NO FML.....	50
METALÚRGICOS DA EMBRAER SUSPENDEM PARALISAÇÃO E FAZEM NOVA CONTRAPROPOSTA À EMPRESA.....	51
BNDES ABRE CRÉDITO DE R\$ 40 BILHÕES PARA EXPORTADORES AFETADOS POR TARIFAS DOS EUA	52
GALÍPOLO DIZ QUE AUTONOMIA DO BC É UMA PROTEÇÃO NÃO PARA DIRETORES, E SIM PARA O PAÍS	53
BNDES ABRE CANAL PARA EMPRESAS ATINGIDAS PELO TARIFAÇO DE TRUMP PEDIREM CRÉDITO EMERGENCIAL. VEJA COMO ACESSAR.....	54
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	56
COP DOS CEOs: SETOR PRIVADO ESVAZIA CONFERÊNCIA EM BELÉM E CONCENTRA PRESENÇA EM EVENTOS EM SP	56
DO CAMPO À ENERGIA: SETOR PRIVADO IMPULSIONA SOLUÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE NO BRASIL	57
OPINIÃO - ROMEU ZEMA CRITICA NORDESTE, MAS 40% DO ESTADO DE MINAS É DEPENDENTE DO BOLSA FAMÍLIA	59
MAIOR AEROGERADOR DAS AMÉRICAS INICIA OPERAÇÃO NA BAHIA, EM INICIATIVA DA PETROBRAS, WEG E STATKRAFT....	59
SOCORRO AOS EXPORTADORES: BNDES COMEÇA A RECEBER PEDIDOS DE CRÉDITO NESTA QUINTA-FEIRA.....	60
VALOR ECONÔMICO (SP)	61
FERROVIA MEXICANA PRETENDE SER ALTERNATIVA AO CANAL DO PANAMÁ PARA COMÉRCIO COM ÁSIA	61
COP30 PODE AGREGAR QUASE 2 PONTOS PERCENTUAIS AO PIB DO PARÁ.....	63
PORTAL PORTOS E NAVIOS	66
WÄRTSILÄ DARÁ SUPORTE PARA 3 NAVIOS DE GNL DA CLSICO	66
COM CALADO AMPLIADO PARA 13,30M PARA GRANELEIROS, PARANAGUÁ AUMENTA CAPACIDADE DE EXPORTAÇÃO	66
CONAB PROJETA 354 MILHÕES DE TONELADAS DE GRÃOS NA SAFRA 2025/26	67
PL 733: GOVERNO VAI APRESENTAR EM 10 DIAS PROPOSTA À COMISSÃO ESPECIAL, DIZ MINISTRO	68
COMITÊ ACOMPANHARÁ OBRAS DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ	69
WK NATPOWER E GRUPO SHANDONG PORT ASSINAM MOU PARA ACELERAR ELETRIFICAÇÃO DE NAVIOS.....	69
APS ASSINA ACORDO PARA INSTALAÇÃO DE NOVO COMPLEXO DA PF NO PORTO DE SANTOS	70
PARCERIA KLabin, BRADO E TCP REGISTRA MAIOR MOVIMENTAÇÃO DESDE INAUGURAÇÃO.....	71
SUAPE E SECRETARIA DE AGRICULTURA FIRMAM PACTO PELO AGRONEGÓCIO DE PE	71
ACORDO MERCOSUL-EFTA ABRE MERCADOS PARA A INDÚSTRIA BRASILEIRA, AVALIA CNI.....	72
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	74
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	74



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

MINISTRO SUGERE AJUSTES NA LEI DOS PORTOS AO INVÉS DE NOVA LEGISLAÇÃO; ENTENDA

Ministério de Portos e Aeroportos apresentará proposta conjunta com a Antaq para mudar pontos específicos

Por Bárbara Farias 18 de setembro de 2025



Projeto de Lei 733/2025 muda a estrutura de competências no setor, as normas trabalhistas e pretende atrair mais investimentos privados (Foto: Vanessa Rodrigues/AT)

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, sugeriu a revisão de trechos da Lei 12.815/2013, que está em vigor, em vez da edição de uma nova Lei dos Portos por meio da aprovação do Projeto de Lei (PL) 733/2025. A sugestão foi feita à comissão especial de deputados que analisa o PL, em audiência pública, nesta quarta (17), na Câmara dos Deputados. Além disso, Costa Filho afirmou que o Governo Federal apresentará uma proposta conjunta com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) em dez dias.

“Fecharemos a nossa proposta com a Antaq para ser apresentada à comissão, que será a posição do Governo”, declarou o ministro. Ele pediu ao autor do PL, deputado federal Leur Lomanto Júnior (União-BR), e ao relator, deputado Arthur Maia (União-BR), uma análise técnico-legislativa sobre a revisão de pontos da Lei 12.815/2013, ao invés da aprovação de uma nova legislação. “Essa é uma sugestão que cabe uma reflexão”, pontuou.

Costa Filho foi cauteloso, mas contundente na defesa das competências de cada ente governamental, uma vez que o PL 733 propõe a transferência de parte das atribuições do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) à Antaq.

“Espero que tenhamos avanços na legislação trabalhista, na questão de arrendamentos, na segurança institucional e no papel institucional do Governo Federal, Antaq, federações de trabalhadores e do setor portuário. Cada um no seu quadrado pode ajudar muito mais do que um avançando em atribuições de outro. Pode não funcionar bem”.

Trabalho

O ministro pediu ainda mais atenção dos parlamentares ao acordo firmado pelas federações nacionais dos Estivadores (FNE), dos Portuários (FNP) e dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios, nas Atividades Portuárias (Fenccovib) com a Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop).

“Estamos valorizando pouco o acordo celebrado pelas federações de trabalhadores e o setor patronal. Em um tema sensível que era o fim da exclusividade do Ogmo (Órgão Gestor de Mão de Obra), conseguimos avançar na questão da contratação direta (de trabalhadores) e na certificação profissional. Isso vai potencializar em 20 a 30% a geração de empregos, atraindo o setor privado com foco na qualificação, porque os portos têm dificuldade de mão de obra qualificada”, afirmou.

Mais tempo

O ministro também é favorável aos contratos de até 70 anos. “A gente cria uma agenda de investimentos muito maior. O que precisamos discutir é como se dará a formatação desse contrato para que possa ser renovado até 70 anos”, comentou.

Costa Filho acrescentou que o Governo Federal está atento à proposta de extinção do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), declarando apoio ao licenciamento ambiental integrado. “Vamos apresentar uma proposta inovadora visando a simplificação e acelerando empreendimentos”.

O ministro manifestou receio quanto ao Conselho de Autoridade Portuária (CAP), que atualmente é consultivo, voltar a ser deliberativo. “Isso pode trazer riscos inerentes e aumento da burocracia”.

Costa Filho também tem receio da proposta de autorregulação pelo próprio setor privado. “Temos que refletir sobre como o privado fiscalizará o privado. Quem vai acompanhar o plano de investimentos”.

Por fim, apesar de sugerir apenas a atualização da lei de 2013, ele fez uma avaliação geral positiva do PL 733/2025, afirmando que a proposta de mudança no marco legal do sistema portuário brasileiro “visa desburocratizar, acelerar investimentos e aprimorar a Lei 12.815/2013”.

Visita a Santos

A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa o Projeto de Lei (PL) 733/2025, de revisão do marco legal portuário no Brasil, fará visitas técnicas ao Porto de Santos nos dias 30 de setembro, às 15 horas, e 1º de outubro, às 10 horas.

A comissão especial vai analisar e emitir um parecer ao PL, que foi instalada no dia 9 de julho deste ano, e o plano de trabalho apresentado na sessão do Legislativo de 6 de agosto. Serão realizadas 11 audiências públicas e visitas técnicas aos portos de Santos, Paranaguá (Paraná), Itajaí (Santa Catarina), Aratu (Bahia), Suape (Pernambuco), Cabedelo (Paraíba), Pecém e Mucuripe (Ceará), Itaquí (Maranhão) e Manaus (Amazonas).

O PL está sujeito à apreciação conclusiva dos membros da comissão. Ou seja, quando for aprovado pelo grupo pode seguir diretamente ao Senado, sem passar pelo plenário da Câmara. Só haverá votação em plenário se houver recurso apresentado por um décimo dos deputados (51 parlamentares) e aprovado na Casa. Após passar pelas duas casas e ser sancionada pela Presidência da República, a matéria substituirá a lei atual de 2013.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 18/09/2025

CRUZEIROS NO BRASIL: ARMADORAS DOS EUA DEMONSTRAM INTERESSE EM NOVAS PARCERIAS COM A CVC

Com redução de leitos da MSC e Costa na temporada 2025/2026, operadoras buscam ampliar oferta de navios e fortalecer o turismo de cruzeiros no país

Por Ted Sartori 18 de setembro de 2025

Duas empresas armadoras dos Estados Unidos demonstraram interesse em trazer novos cruzeiros para o Brasil. Ambas procuraram a CVC, uma das maiores operadoras de turismo no Brasil, para verificar a possibilidade de uma parceria. A informação foi apurada por A Tribuna. Procurada sobre o assunto, a CVC não se manifestou.

O momento da negociação com novas armadoras é propício. Isso porque a CVC avalia a possibilidade de voltar a ter cruzeiros exclusivos no Brasil para a temporada 2026/2027, conforme A Tribuna publicou no último dia 7.



CVC teve parceria com a armadora Pullmantur para operar cruzeiros no País até a temporada 2019/2020 (Foto: Luigi Bongiovani/AT/Arquivo)

O motivo é a redução em 30% da capacidade de leitos das operadoras MSC e Costa, únicas a operar no Brasil, na temporada 2025/2026, em comparação com a anterior, o que envolve diminuição da quantidade e do tamanho dos navios.

No início do mês, o vice-presidente da CVC, Fábio Mader, disse para a reportagem que, para 2026/2027, MSC e Costa ainda não anunciaram a recomposição de leitos. Caso isso não ocorra, ele afirmou que a CVC está disposta a trazer novos navios, seja fretando embarcações da MSC e Costa ou apoiando uma nova empresa. Segundo ele, o momento é de diálogo com as atuais armadoras.

Assim que MSC e Costa definirem o planejamento futuro, a operadora de turismo anunciará a decisão.

Queda

Em agosto, a CVC Corp divulgou os resultados financeiros indicando que as vendas de pacotes foram impactadas de maneira negativa justamente por conta da redução da oferta de navios por parte da MSC, que terá dois a menos, e Costa, com um a menos.

Não é novidade

A prática pretendida pela CVC não é nova. Ela já fez isso entre 2003 e 2012, fretando navios de armadoras como a Pullmantur e a Ibero. Na temporada 2008/2009, a CVC chegou a trazer seis embarcações para realizar cruzeiros no Brasil.

Depois, mesmo sem fretamento, a operadora de turismo também fez parceria com a Pullmantur para operar cruzeiros no País. A última vez que isso aconteceu foi na temporada 2019/2020.

Empresas

Com experiências anteriores envolvendo cruzeiros em portos brasileiros, a Royal Caribbean, com sede em Miami, nos Estados Unidos, foi procurada pela reportagem e informou que chegará à América Latina já na temporada 2025/2026 e seguirá na seguinte, mas não irá fazer escala no Brasil.

“Ouvimos os desejos e necessidades dos nossos turistas e agimos de acordo, sempre com a inovação em foco. Como parte dessa inovação, decidimos ter portos de origem na América Latina que aproximem as melhores férias das pessoas de toda a região. Esses itinerários começam em outubro com o navio Serenade of the Seas partindo de Colón, no Panamá, e Cartagena, na Colômbia. Nossa presença na região se estende com o navio Grandeur of the Seas, que iniciará sua temporada em maio de 2026 e ficará em portos latino-americanos até abril de 2027. Eles irão visitar Aruba, Bonaire e Curaçao, mas não pararão no Brasil”, respondeu, em nota.

Outra empresa consultada foi a Norwegian Cruise Line Holdings, que conta com escritório no Brasil há uma década, abrigando as marcas Norwegian Cruise Line, Oceania Cruises e Regent Seven Seas. A empresa, porém, preferiu não se manifestar sobre o tema.

Números

O setor de cruzeiros no Brasil encerrou a temporada 2024/2025 com 838,1 mil cruzeiristas, 0,8% a menos do que na temporada anterior (844 mil). A temporada 2025/2026 terá novo recuo, com 674,6 mil leitos em sete navios regulares, uma redução de 186,4 mil leitos (-19,5%). A próxima temporada será mais curta, ocorrendo de 21 de outubro de 2025 a 24 de abril de 2026, com dois navios a menos em relação à temporada anterior.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 18/09/2025

TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ: PROCESSO SELETIVO PARA MIL EMPREGOS NA OBRA É ADIADO

A pré-seleção aconteceria nesta quinta (18) e sexta (19); entenda
Por Bárbara Farias 17 de setembro de 2025



Com 1,5 quilômetro de extensão, sendo 870 metros submersos, túnel contará com três faixas por sentido (Reprodução)

A Prefeitura de Guarujá adiou a pré-seleção de trabalhadores para mil vagas de emprego destinadas às obras do túnel, que aconteceria nesta quinta-feira (18) e sexta-feira (19). A nova data será definida após a assinatura do contrato pela Mota-Engil, empresa vencedora do leilão.

“O motivo é a espera da homologação final do leilão”, informou a Administração Municipal, em nota, nesta terça-feira (16), alguns dias após anunciar a seleção, garantindo que o canteiro de obras seria na cidade.

“Assim que a nova data for definida, a Prefeitura seguirá com a pré-seleção, a princípio para 600 vagas de pedreiro de alvenaria e 400 de auxiliar de serviços gerais, voltadas a residentes”.

A exigência de que a mão de obra seja prioritariamente local está prevista no edital. “Nosso desafio é garantir que essa mão de obra seja formada aqui e absorvida pela obra. Só no canteiro, serão 5 mil pessoas no auge da construção”, diz o prefeito Farid Madi.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 18/09/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

ENGEMAN INICIA SELEÇÃO PARA OPERAR FAFENS E PROJETA 800 EMPREGOS EM SE E BA

Prioridade da Engeman é mão de obra regional, especialmente no Polo Petroquímico de Camaçari. A abertura das vagas para a unidade de Laranjeiras será feita no portal do NAT Sergipe

Por Antônio Carlos Garcia - De Sergipe



Unidade da Fafen em Laranjeiras (SE): retomada da produção com mão de obra local contratada pela Engeman, que assinou contrato com a Petrobras para assumir empreendimento. Foto: Ascom/Sedetec

A Engeman, empresa especializada em serviços industriais sediada no Recife (PE), dará início à seleção de funcionários para a operação das Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados (Fafens) em Laranjeiras (SE) e Camaçari (BA), após assinar, na última sexta-feira (12), o contrato com a Petrobras.

A expectativa é gerar cerca de 800 empregos diretos entre as duas unidades, com aproximadamente 400 vagas em cada cidade. A abertura das vagas para a unidade de Laranjeiras será feita no portal do NAT Sergipe, priorizando a mão de obra local, e processos similares estão sendo planejados em Camaçari.

Segundo Jobe Medeiros, diretor de operações da Engeman, a empresa já realizou reuniões e prospecções para definir as equipes. “Estamos priorizando a mão de obra da região. Em Sergipe estamos bem avançados, e na Bahia existe uma maior disponibilidade de profissionais, especialmente no Polo Petroquímico de Camaçari, que é uma cidade industrializada”, explicou.

Capacitação e formação de mão de obra

A Engeman pretende também capacitar profissionais menos qualificados, oferecendo treinamentos com simuladores, equipe de segurança e instrutores. O objetivo é formar mão de obra técnica para operação e manutenção das unidades, replicando centros de treinamento que a empresa já mantém em Macaé, no Rio de Janeiro, com mais de 3 mil funcionários.

Além disso, está prevista a implantação de centros de capacitação em Laranjeiras e Camaçari, incluindo programas de aprendizes com foco em jovens a partir de 15 anos.



Joabe Medeiros, diretor de operações da Engeman, destaca a busca de parceiros locais para ajudar no preenchimento das vagas. Foto: Acervo Pessoal

Contrato com a Petrobras

“O contrato entre a Engeman e a Petrobras prevê a operação e manutenção de todos os equipamentos, manutenção civil e atividades de facility para garantir a integridade das unidades. A Petrobras continua responsável pela comercialização do produto”, detalhou Medeiros.

Ele ainda reforçou que, além de operadores e supervisores de produção, haverá contratação de profissionais de manutenção elétrica, mecânica, instrumentação, caldeiraria, solda, montagem de andaimes, pintura, pedreiros, encanadores, auxiliares de serviços gerais, técnicos de segurança e meio-ambiente, enfermeiros e técnicos químicos.

A mobilização da Engeman já começou, com equipes em Aracaju, Salvador e Camaçari, buscando parcerias locais para serviços de transporte, alimentação, plano de saúde e manutenção industrial. O objetivo é atingir o patamar de 400 funcionários por unidade nos próximos 30 dias.

Histórico e contexto das Fafens

A Fafen de Sergipe foi inaugurada pela Petrobras em 1980, tornando-se polo estratégico para produção de ureia, amônia e sulfato de amônio no Nordeste. A unidade impulsionou a infraestrutura local, com obras como a adutora do Rio São Francisco e melhorias em energia, transporte e telecomunicações.

Arrendada à iniciativa privada desde 2020, a Fafen Sergipe suspendeu suas atividades em março de 2024, após a Unigel, então operadora, alegar inviabilidade econômica. Com a nova licitação, a Engeman assume a operação e manutenção das plantas em Sergipe e Bahia, garantindo a retomada da produção, considerada estratégica para reduzir a dependência de fertilizantes importados no Brasil.

O contrato de cinco anos, não renovável, prevê investimentos robustos e o fortalecimento da cadeia produtiva local, com apoio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (Sedetec) e do governo de Sergipe. “Estamos à disposição para apoiar a mobilização necessária, incluindo licenças ambientais, contratos de suprimento de água e gás natural, e incentivos do PSDI”, afirmou o gestor da Sedetec, Valmor Barbosa.

Projetos sociais da Engeman

Além da operação industrial, a Engeman pretende implementar projetos sociais em Laranjeiras e Camaçari, incluindo capacitação de jovens aprendizes e o Projeto Gênesis para gestantes em situação de vulnerabilidade, já praticados pela empresa em Pernambuco há mais de 20 anos, em parceria com a Igreja Católica.

A Engeman é uma empresa brasileira líder em serviços industriais, com mais de 41 anos de atuação e presença consolidada no Brasil e no exterior. Reconhecida pela estabilidade e expertise na execução de contratos complexos, tornou-se referência em manutenção industrial e gestão de manutenção, atuando em setores estratégicos como óleo e gás, mineração, papel e celulose, siderurgia, naval e energia.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 18/09/2025

COM TODO GÁS: MAIOR PLANTA DE BIOMETANO DO NE ESTÁ PRONTA PARA OPERAR

Projeto da Orizon em Jaboatão dos Guararapes fornecerá até 130 mil m³/dia de gás renovável à Copergás, reforçando papel de Pernambuco na transição energética

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Com 17.000 m², a planta faz parte do complexo da Orizon, que recebe os resíduos da região e é onde é feita a gestão correta dos resíduos e sua transformação em biometano. Foto: Igor Vilaça/Secom-PE

A planta de biometano instalada no Ecoparque Orizon, em Jaboatão dos Guararapes, está pronta para iniciar a operação com capacidade ampliada. O empreendimento, considerado o maior do tipo no Nordeste, terá fornecimento diário de até 130 mil metros cúbicos de gás

renovável à Companhia Pernambucana de Gás (Copergás). O projeto representa um avanço para a matriz energética do estado e reforça o papel estratégico de Pernambuco no processo de transição para fontes limpas e sustentáveis.

A iniciativa é fruto de uma parceria entre a Orizon Valorização de Resíduos e a Copergás, com investimento em infraestrutura para coleta, processamento e distribuição do biometano produzido a partir da decomposição de resíduos orgânicos. Um gasoduto de 9 km já foi implantado para conectar a planta à rede da companhia estadual. O contrato prevê até 180 dias de testes antes da entrada em operação comercial plena. O volume inicialmente contratado, de 60 mil m³ por dia, foi ampliado para até 130 mil m³ por dia, mais que dobrando a previsão original de fornecimento.

A governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, visitou o empreendimento nesta quarta-feira (17), acompanhando representantes da Copergás, da Orizon e do setor de desenvolvimento econômico estadual. Com 17.000 m², a planta faz parte do complexo da Orizon, que recebe os resíduos da região e é onde é feita a gestão correta dos resíduos.

Durante a agenda, destacou a importância da transição energética e do uso de fontes renováveis. “Agora, com esse projeto que está em construção, será possível fechar um ciclo produtivo: indústrias e clientes da Copergás poderão receber esse produto e descarbonizar sua produção. Isso está totalmente alinhado com o que defendemos na nova economia”, afirmou.



Copergás e Orizon iniciam testes na maior planta de biometano do Nordeste em Jaboatão dos Guararapes (PE) - Foto: Janaína Pepeu/Secom-PE



Reaproveitamento de resíduos para biometano

O diretor de relações institucionais da Orizon, Percy Soares, destacou que todo o metano gerado será distribuído pela Copergás, com impacto direto na descarbonização da matriz de gás canalizado. “Estamos falando da produção de um gás não fóssil, capaz de descarbonizar a matriz de gás de Pernambuco. Além disso, o metano produzido fortalece toda a rede do Estado e vem do reaproveitamento do lixo. Historicamente, o lixo era simplesmente depositado em aterros, sem aproveitamento.

Hoje, a partir desse resíduo, é possível gerar energia, biometano, produtos reciclados e combustível derivado de resíduo”, explicou.

A planta representa uma mudança no modelo de destinação de resíduos sólidos urbanos, que agora passam a ser insumos para geração energética. Produzido a partir da digestão anaeróbica de matéria orgânica, o biometano substitui o gás natural de origem fóssil em aplicações industriais, veiculares e residenciais.

Hub energético e sustentabilidade

O projeto está alinhado às diretrizes do governo estadual na área de sustentabilidade. Para o secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Guilherme Cavalcanti, a unidade é um passo concreto na transição energética do estado. “A produção de biometano no Ecoparque da Orizon é o maior sinal do compromisso de Pernambuco com essa frente”, afirmou.

Segundo Bruno Costa, diretor-presidente da Copergás, a planta em Jaboatão é estratégica para o futuro da companhia e do estado. “A iniciativa se alinha às diretrizes de sustentabilidade pensadas pela governadora Raquel Lyra. A planta visitada hoje representa a maior unidade de biometano do Nordeste, e a inauguração, que ocorrerá em breve, representa um investimento considerável e um projeto estratégico para Pernambuco”, disse.

Impacto regional e geração de empregos

O empreendimento também terá reflexos sobre a economia local. Segundo a prefeitura de Jaboatão dos Guararapes, cerca de 500 pessoas já estão empregadas na estrutura, e a expectativa é de crescimento nos próximos meses com a entrada em operação comercial. A planta envolve, além da produção de biometano, etapas integradas de separação e reaproveitamento de resíduos, o que amplia sua relevância industrial e logística.

O biometano tem se consolidado como vetor estratégico para a segurança energética regional, contribuindo para a diversificação da matriz e redução da dependência de fontes fósseis. Com a operação da planta da Orizon, Pernambuco reforça sua posição como hub energético do Nordeste. A partir de 2026, as distribuidoras de gás natural em todo o país deverão cumprir metas obrigatórias de inserção de biometano, conforme regulamentação nacional voltada à descarbonização do setor.

EXPORTADORAS JÁ PODEM ACESSAR CRÉDITO DO PLANO BRASIL SOBERANO

Exportadores afetados por tarifas dos EUA já podem solicitar crédito emergencial via Brasil Soberano, com R\$ 40 bilhões disponíveis. O sistema informará se a empresa cumpre os critérios

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Têm acesso aos recursos do FGE as empresas de todos os portes cujas exportações aos Estados Unidos tenham representado, entre julho de 2024 e junho de 2025, ao menos 5% do faturamento bruto no período. Foto: Miguel Ângelo/CNI

Empresas afetadas por tarifas dos EUA já podem acessar crédito do Brasil Soberano. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) abriu nesta quinta-feira (18) o protocolo para solicitação de crédito do plano Brasil

Soberano, destinado a empresas impactadas pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos. A medida é parte de uma resposta do governo federal às restrições comerciais aplicadas unilateralmente pelo país norte-americano.

O processo começa pela verificação da elegibilidade, que pode ser feita no site <https://www.bndes.gov.br/elegibilidade-brasil-soberano>, com autenticação via plataforma GOV.BR e uso do certificado digital da empresa. O sistema informará se a empresa cumpre os critérios e quais linhas de crédito podem ser acessadas.

Empresas que já mantêm relacionamento com instituições financeiras devem buscar essas vias para formalizar o pedido. Grandes empresas também podem tratar diretamente com o BNDES.

Ao todo, o plano Brasil Soberano oferece R\$ 40 bilhões em crédito: R\$ 30 bilhões com recursos do Fundo Garantidor de Exportações (FGE) e R\$ 10 bilhões provenientes do próprio BNDES. Os valores podem ser utilizados para capital de giro, investimentos em adaptação produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos e busca de novos mercados.

Têm acesso aos recursos do FGE as empresas de todos os portes cujas exportações aos Estados Unidos — de bens impactados pelas tarifas e listados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) — tenham representado, entre julho de 2024 e junho de 2025, ao menos 5% do faturamento bruto no período.

Nesse grupo, há quatro linhas disponíveis: capital de giro para despesas operacionais; giro diversificação para prospecção de novos mercados; bens de capital para aquisição de máquinas e equipamentos; investimentos para inovação, adaptação da atividade e fortalecimento da cadeia produtiva.

Modalidades de crédito

As empresas cujos produtos tenham sido tarifados, independentemente da proporção no faturamento, têm acesso às linhas oferecidas diretamente pelo BNDES, que somam R\$ 10 bilhões. Nesse caso, são duas modalidades: capital de giro emergencial; capital de giro diversificação.

De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), o Nordeste registrou exportações de US\$ 2,1 bilhões para os Estados Unidos entre janeiro e agosto de 2025. Os principais produtos afetados pelas tarifas incluem frutas, calçados, produtos químicos e derivados de petróleo.

Estados como Pernambuco e Bahia lideram a pauta exportadora regional. Segundo o ComexStat, Pernambuco respondeu por cerca de 10% das exportações nordestinas no período, enquanto a Bahia concentrou mais de 30%, com destaque para combustíveis e químicos.

Efeitos do tarifaço

Um levantamento da Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil), entidade sem fins lucrativos que representa empresas que atuam no comércio entre os dois países, estima que as exportações de produtos afetados pelo tarifaço norte-americano caíram 22,4% em agosto na comparação com o mesmo mês de 2024.

Os Estados Unidos são o segundo principal parceiro comercial do Brasil, perdendo apenas para a China.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o tarifaço de 50% incide em cerca de um terço (35,9%) das exportações brasileiras para os Estados Unidos.

O governo de Donald Trump assinou uma ordem executiva que estipulou a cobrança de taxas de até 50% a partir de 6 de agosto, mas deixou cerca de 700 produtos em uma lista de exceções. Entre eles estão suco e polpa de laranja, combustíveis, minérios, fertilizantes e aeronaves civis, incluindo motores, peças e componentes. Também ficaram de fora produtos como polpa de madeira, celulose, metais preciosos, energia e produtos energéticos.

Trump alega que os americanos têm déficit comercial (compram mais do que vendem) com o Brasil – o que é desmentido por números oficiais de ambos os países.

O presidente norte-americano usou como justificativa o tratamento dado pelo Brasil ao ex-presidente Jair Bolsonaro, que considera ser perseguido. Bolsonaro foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado, em julgamento que terminou na semana passada.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 18/09/2025



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ PROMOVE WEBINÁRIO SOBRE PROCEDIMENTO DE DISPONIBILIDADE DE EMBARCAÇÃO BRASILEIRA

O relatório de AIR acerca do tema passa por tomada de subsídios até o dia 8 de outubro



Brasília, 18/09/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizará, na próxima segunda-feira (22), às 14h30, Webinar Técnico para tratar dos procedimentos de consulta ao



mercado da disponibilidade de embarcação brasileira. O encontro, que acontece no contexto da Tomada de Subsídios SRG N° 1/2025-ANTAQ, será transmitido pelo Youtube.

A participação social é aplicável às solicitações de autorização para o afretamento de embarcação estrangeira na navegação de cabotagem, nas modalidades por espaço e por viagem. As contribuições podem ser enviadas até o dia 8 de outubro de 2025.

O objetivo é obter contribuições, subsídios e sugestões referentes ao relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR) preliminar desse tema, que está incluído na Agenda Regulatória 2025/2028.

Essa é a primeira vez que a Agência promove participação social para um relatório de AIR. Essa iniciativa é uma inovação de boas práticas regulatórias previstas no Manual da Agenda Regulatória da ANTAQ.

As medidas propostas no relatório de AIR visam conferir maior previsibilidade aos agentes econômicos, ampliar a efetividade da fiscalização, qualificar a atuação da Agência em situações de controvérsia e fornecer dados mais confiáveis ao processo regulatório, considerando as dinâmicas atuais dos mercados de cabotagem e de afretamentos.

Contribuições

Mais informações sobre a tomada de subsídios estão disponíveis neste link.

As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ a partir do dia 09 de setembro de 2025 até as 23h59 do dia 08 de outubro de 2025. Os envios devem ser realizados exclusivamente pelo formulário eletrônico disponível no site da autarquia. Para o envio de imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos devem ser encaminhados para o e-mail: srg@antaq.gov.br.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do questionário eletrônico, poderá fazê-la utilizando o computador da Secretaria-Geral - SGE, desta Agência, no caso de Brasília, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antaq.gov.br

Data: 18/09/2025

ANTAQ PUBLICA AGENDA AMBIENTAL E DE SEGURANÇA AQUAVIÁRIA 2025-2026

A Agenda bienal tem por objetivo divulgar e orientar regramentos ambientais e de segurança no âmbito do sistema aquaviário nacional

Brasília, 17/09/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) publicou, nesta quarta-feira (17), a Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária - 2025-2026.

A agenda é composta por projetos e ações estratégicas voltadas à implantação de marcos regulatórios que resultam em adesão às boas práticas ambientais e em iniciativas de representação, que envolvem a participação da ANTAQ em fóruns e comissões.

Nos próximos dois anos, serão entregues seis projetos, sete ações estratégicas e seis ações de representação, todos oriundos das contribuições feitas pelas áreas técnicas da ANTAQ. Essa iniciativa reforça o compromisso da ANTAQ com pautas voltadas para a sustentabilidade.

Iniciativas importantes

Compatibilização dos transportes com a conservação do meio ambiente, visando à redução da poluição sonora, da contaminação atmosférica, do solo e dos recursos hídricos; e a promoção de práticas de conservação e uso racional de combustíveis e o estímulo à segurança e à conservação

do meio ambiente e recursos naturais são alguns dos temas que devem ser tratados durante o biênio de vigência da agenda.

Outros objetivos estratégicos são implementar a coleta anual de dados do inventário de carbono do setor portuário, instituir uma certificação ambiental com base na eficiência da frota das empresas brasileiras de navegação, incluir cláusulas de sustentabilidade e resiliência em 100% dos novos contratos de arrendamento e concessão aquaviária e criar uma nova metodologia de aferição de critérios de sustentabilidade ambiental.

Com aderência a iniciativas globais, a agenda está alinhada aos 17 indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), aos instrumentos das Diretrizes Interministeriais de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos, ao Programa da Agenda Ambiental na Administração Pública do Governo Federal e a planejamentos internos da Agência.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 17/09/2025

ANTAQ ORGANIZA 32º ENCONTRO DO SISTEMA DE DESEMPENHO PORTUÁRIO

O evento é referência para o setor portuário e, neste ano, a participação do público foi recorde



Brasília, 17/09/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) finalizou o 32º Encontro do Sistema de Desempenho Portuário, evento de referência nacional do setor portuário. O evento contou com aproximadamente 140 participantes e mais de 50 instalações portuárias, além da presença de autoridades do Ministério de Portos e Aeroportos.

Neste ano, a realização foi feita com o apoio do terminal da Portonave, em Santa Catarina, no

início de setembro. Todos os anos é escolhida uma instalação portuária distinta para receber o evento, o que proporciona múltiplas visões sobre terminais portuários brasileiros.

O encontro busca a troca de experiências sobre o uso do Sistema de Desempenho Portuário, ferramenta usada pelas instalações portuárias para o envio de dados das movimentações de carga que são utilizados para subsidiar o Estatístico Aquaviário da ANTAQ.

No evento, os participantes se atualizam das mudanças que ocorreram no sistema, quais pontos devem ter mais atenção e discussões sobre possíveis alterações e aperfeiçoamentos futuros no Painel Estatístico.

Na edição de 2025, foram apresentadas ainda ações para melhoria da qualidade de dados reportados para os movimentos de carga intraportos (áreas de origem e destino das cargas dentro das instalações portuárias), omissões e supressões, retirada de resíduos.

O ano também foi marcado pelo início do funcionamento do Módulo de Acompanhamento de Preços Portuários – Módulo APP. Foram feitas explicações práticas de como prestar as informações e como calcular o preço médio de operação de um contêiner.

Participação

Com o recorde de participação e os volumes históricos de movimentação de carga nos últimos anos, o gerente de Estatística e Avaliação de Desempenho, Fernando Serra, destacou a importância da participação das instalações portuárias no evento.

“A presença massiva das instalações portuárias, neste ano, demonstrou o aspecto colaborativo que o sistema adquiriu ao longo do tempo, sendo ele ferramenta para estabelecimento de políticas de Governo, estudos e pesquisas acadêmicos, uso interno da Agência nas ações regulatórias, fiscalizatórias, estudos e de outorgas, bem como para toda sociedade com interesse em dados e informações sobre o setor marítimo e portuário brasileiro”, disse Serra.

Ele pontuou ainda a grande participação dos terminais autorizados, que juntamente com representantes de portos organizados e terminais arrendados compõem o público-alvo do evento.

A Gerência de Estatística e Avaliação de Desempenho é a responsável pela atualização do Painel Estatístico e organizou o encontro, em nome da Agência.

Movimentação Portuária

Com recordes seguidos, o setor portuário teve mais um mês com diversos resultados positivos. Em julho, o setor aquaviário movimentou 124,7 milhões de toneladas de cargas, um crescimento de 4,16%, frente ao mesmo mês de 2024. O que representa o maior volume de cargas movimentadas para o período. A movimentação acumulada, entre janeiro e julho, soma 780,4 milhões, alta de 1,76%.

A cabotagem - transporte de mercadorias e passageiros entre portos do mesmo país - movimentou 26 milhões de toneladas de cargas em julho. Um crescimento de 2,09%. Esse é o maior volume de cargas para esse tipo de navegação no mês de julho desde o início da série histórica, em 2010.

A navegação de longo curso também teve recorde para o sétimo mês do ano. Com alta de 5,8% em comparação com o mesmo período do ano passado, foram movimentados 90,8 milhões de toneladas de cargas. A navegação interior, por sua vez, movimentou 7,8 milhões de cargas.

Outros dois destaques foram a movimentação nos portos públicos, que cresceu 4,32%, e os Terminais de Uso Privado (TUPs), que apresentaram alta de 4,07%.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 17/09/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ASSINA TERMO PARA DRAGAGEM E LANÇA EDITAL DE ARRENDAMENTO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS DO PORTO DE RECIFE

Evento marca investimento de R\$ 100 milhões do Governo Federal em readequação da infraestrutura aquaviária e prevê novos empreendimentos que impulsionarão o turismo e a economia local

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participa nesta sexta-feira (19) da assinatura do Termo de Compromisso para a dragagem do Porto de Recife e do lançamento do edital de arrendamento do Terminal Marítimo de Passageiros (TMP Recife). A cerimônia será realizada no próprio Porto de Recife.

A dragagem de readequação contará com R\$ 100 milhões em investimentos federais, ampliando a profundidade e a capacidade operacional do porto, permitindo a atracação de navios maiores e garantindo mais eficiência logística. Além disso, será lançado o edital de arrendamento do TMP

Recife, que prevê investimentos de R\$ 2,3 milhões em novos equipamentos e melhorias estruturais, fortalecendo o turismo de cruzeiros na região e a geração de empregos diretos e indiretos.

Credenciamento

Profissionais de imprensa interessados em cobrir o evento devem realizar credenciamento pelo e-mail ascom@mpor.gov.br, informando nome completo, CPF e veículo de comunicação.

Serviço

O quê: Assinatura do termo de compromisso para dragagem e lançamento do edital de arrendamento do Terminal de Passageiros do Porto de Recife

Data: Sexta-feira, 19 de setembro de 2025

Horário: 10h

Local: Porto de Recife – Recife/PE

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 18/09/2025

CARAVANAS DA INOVAÇÃO PORTUÁRIA PROMOVE INTERCÂMBIO DE IDEIAS EM FORTALEZA

A 4ª edição da agenda itinerante busca inspirar novos projetos e difundir a cultura de inovação nos portos das regiões Norte e Nordeste



Além das discussões sobre inovação e tecnologia, a agenda da Caravana da Inovação Portuária em Fortaleza debateu sobre a relação entre porto e cidade, com foco em soluções para um futuro sustentável - Vosmar Rosa/Mpor

Com o objetivo de buscar insights e novas ideias para o setor, a 4ª edição da Caravana da Inovação Portuária desembarcou em Fortaleza, nesta quinta-feira (18). O evento, realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), é uma iniciativa itinerante organizada pelo Ministério de Portos e Aeroportos

(MPor), em parceria com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Hub de Inovação Brasil Export. O foco principal é desenvolver e promover a cultura de inovação no setor portuário nacional.

O diretor de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação do MPor, Tetsu Koike, reforçou a importância da tecnologia e da inovação para o setor. "Estamos repensando como realizar a governança, a gestão e a elaboração efetiva diária da inovação em seu mais amplo sentido, não apenas tecnológico, mas social, administrativo e de agregação de valor público. Inovar é preciso", declarou. O diretor também destacou a oportunidade de reunir gestores públicos, pesquisadores e especialistas para firmar parcerias e gerar melhorias operacionais nos portos brasileiros.

Durante o evento, a assessora para Transição Energética do Senai Ceará, Isabela Maciel, compartilhou projetos voltados para a produção de hidrogênio verde (H₂V) no estado. O Nordeste brasileiro tem um alto potencial para a produção de H₂V devido à sua matriz elétrica majoritariamente limpa.

Isabela ressaltou que já são 18 pré-projetos assinados, com a expectativa de que as futuras operações gerem um crescimento de 8,2% no Produto Interno Bruto (PIB) do Ceará. "Além disso, estudos já mostram que a indústria poderá gerar cerca de 50 mil empregos qualificados e fortalecer a cadeia produtiva", afirmou.

Além das discussões sobre inovação e tecnologia, a agenda da Caravana da Inovação Portuária em Fortaleza debateu sobre a relação entre porto e cidade, com foco em soluções para um futuro sustentável. Um dos destaques foi a apresentação do projeto de um megadata center no Complexo Industrial e Portuário do Pecém. A iniciativa, batizada de Data Center Pecém II, envolve a empresa controladora do TikTok e a Casa dos Ventos, renomada empresa de energia renovável. O projeto busca consolidar o Ceará como um polo de tecnologia e sustentabilidade, aproveitando a localização estratégica do Pecém e o fácil acesso a fontes de energia limpa, como a eólica e a solar. A previsão é que esteja em funcionamento nos próximos meses.

Participaram dos debates:

O coordenador de Planejamento Estratégico da Companhia Docas do Ceará, José Evandro de Goes Batista;

Secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará, Marcia Noronha;

Diretor Presidente da ZPE-CE, Fábio Feijó, e o

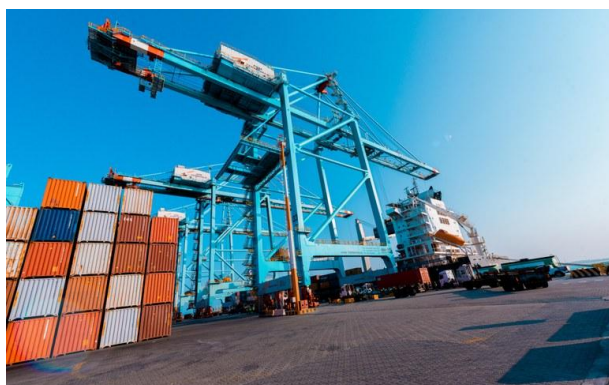
Pró-Reitor de Inovação da Universidade Federal do Ceará, Barros Neto.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 18/09/2025

COMPLEXO DO PECÉM (CE) ABRIGA OS PRIMEIROS PROJETOS DE HIDROGÊNIO VERDE DO BRASIL

Localizado em São Gonçalo do Amarante, Pecém é destaque na movimentação de cargas, sustentabilidade e projetos de produção de energia limpa



Pecém é destaque na movimentação de cargas, sustentabilidade e projetos de produção de energia limpa - Foto: Vosmar Rosa

O Nordeste brasileiro é famoso pelas suas belezas naturais e por atrair milhares de turistas todos os meses para aproveitar o sol, as praias, a culinária e a cultura nordestina. Para além de destino turístico, a região também é conhecida pela liderança na geração de energia limpa e na produção do hidrogênio verde. Pensando nisso, a equipe do #MPorPeloBrasil foi conhecer de perto o Complexo

do Pecém, no Ceará, um dos pólos de produção de energia limpa na região.

Localizado em São Gonçalo do Amarante, cerca de 50 quilômetros da capital Fortaleza, Pecém é destaque na movimentação de cargas, sustentabilidade e projetos de produção de energia limpa. O complexo também está em fase de elaboração de projetos de produção de hidrogênio verde, um combustível obtido a partir da eletrólise da água, processo que utiliza energia de fontes renováveis, como a solar e a eólica, para separar o hidrogênio do oxigênio.

Max Quintino, presidente do Complexo do Pecém, explica que é um grande projeto para o futuro. "Que posiciona o Ceará como um líder global na produção de combustíveis limpos", disse. Ele destacou os investimentos em energia renovável, como a parceria com a Casa dos Ventos, uma empresa brasileira que desenvolve, constrói e opera projetos de geração de energia a partir de fontes renováveis.

O presidente também falou sobre planos futuros, incluindo a construção do maior data center da América Latina, com o objetivo de atrair grandes empresas de tecnologia para o Brasil. Além disso, está em andamento a instalação de uma planta de amônia verde, que usará o vento e o sol para produzir hidrogênio verde e transformá-lo em um combustível sustentável, visando contribuir para a descarbonização de outros continentes.

Max Quintino citou ainda o plano de expansão para o complexo portuário, que inclui a ampliação do píer 2, a ampliação dos corredores de utilidades, a implantação do berço 11 e de um berço de acostagem para a movimentação de grandes cargas e projetos, bem como insumos para a cadeia produtiva de H2V.

Destaques

A movimentação de cargas no Complexo do Pecém segue em crescimento contínuo. No ano passado, foram movimentadas 23 milhões de toneladas, e a expectativa se mantém para 2025, com destaque para o aumento no fluxo de contêineres e de grãos sólidos.

A cabotagem, ou seja, o transporte entre portos brasileiros, também cresce continuamente. Devido à riqueza da agricultura nacional, Pecém se firmou como um importante hub de distribuição de frutas frescas (melão, uva e manga) produzidas no Ceará e no Vale do São Francisco, que são transportadas para todo o país e também para portos no exterior.

Além disso, o porto se destaca pela exportação de minério de ferro, ferro e aço. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho, reforçou o empenho do governo brasileiro em investir em infraestrutura portuária, como em dragagens que permitem a atracação de navios maiores. "São mais produtos que podem ser movimentados e a economia sendo impulsionada. São empregos sendo gerados e a população com mais dinheiro para aproveitar a família", disse.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 18/09/2025

COOPERAÇÃO ENTRE MPOR E TCU GARANTE AVANÇO DE GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA NO BRASIL

Alinhamento gera mais transparência nos projetos de concessão, segurança jurídica para investidores e desenvolvimento para o país



Túnel Santos-Guarujá vai ampliar o desenvolvimento da Baixada Santista e expandir o turismo regional - Foto: Prefeitura de Guarujá

O Brasil vive um período de intensa atividade em projetos de infraestrutura, com leilões e concessões em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país e o crescimento da economia. Esses

empreendimentos, que têm grande impacto para a população e exigem investimentos do Estado e da iniciativa privada, são avaliados por diferentes setores do governo. No setor de portos, aeroportos e hidrovias, o MPor é o principal responsável pelas políticas públicas e atua em estreita parceria com outras instituições. O TCU é um parceiro crucial, pois assegura a legalidade, a eficiência e a transparência dos projetos.

Um exemplo recente dessa colaboração foi o leilão de concessão das obras do Túnel Santos-Guarujá, um projeto bilionário que o governo federal dividiu com o estado de São Paulo. O empreendimento, aguardado há 100 anos, despertou interesse de grandes empresas pela sua engenhosidade. Afinal, construir um túnel que terá parte de sua estrutura imersa não é para qualquer um. O projeto foi apresentado, os valores foram anunciados, uma consulta pública ouviu a população e o leilão para concessão foi marcado.

A atuação do Ministério para que o projeto saísse do papel e a avaliação do TCU para garantir a integridade do processo foram fundamentais para que o tão aguardado túnel se tornasse realidade.

Segundo a Consultora Jurídica do MPor, Camilla Soares, a participação do TCU decorre de uma norma do próprio Tribunal, que estabelece a obrigatoriedade de fiscalizar os processos de desestatização federal. “É papel do Ministério definir as políticas públicas nos setores de aviação, hidrovias e portos, pois é a pasta que detém a titularidade dos ativos, e ela é a responsável pela decisão de concedê-los. Mas tanto os contratos de arrendamento quanto os de concessão devem passar pela fiscalização do TCU”, explica.

O ministro Silvio Costa Filho afirma que o Brasil vive hoje o melhor momento de sua história para concessões, com uma carteira robusta de projetos. “Somente em 2024, foram mais de R\$ 200 bilhões contratados em investimentos via concessão. Esse interesse em investir no Brasil se deve à segurança jurídica, à clareza nas regras e ao forte diálogo com instituições como o TCU”, afirmou o ministro.

Segurança e transparência

O papel do MPor é identificar as necessidades de infraestrutura, realizar estudos técnicos e assegurar a segurança jurídica, a viabilidade econômica, a eficiência logística e a sustentabilidade dos projetos. Após os estudos, os resultados são submetidos à consulta social, garantindo transparência às decisões. Para o MPor, a participação social não é apenas uma obrigação legal, mas um componente estratégico que permite às comunidades influenciarem e aprimorarem a modelagem dos projetos antes dos leilões.

Já a função do TCU, como órgão de controle externo, é acompanhar e garantir que os projetos tenham viabilidade técnica e que o dinheiro público seja aplicado corretamente. O Tribunal deve emitir pronunciamento quanto à legalidade, legitimidade e economicidade dos atos fiscalizados. O aval do TCU garante mais segurança para investidores privados ao participarem de concessões e parcerias público-privadas (PPP).

Durante o processo de análise, o MPor pode ser acionado para prestar esclarecimentos ou realizar ajustes nos projetos, garantindo que todas as exigências técnicas e legais sejam cumpridas antes da autorização final. Essa cooperação contínua fortalece os projetos e dá mais garantia de que o serviço público será efetivamente entregue com qualidade à população.

“A garantia é de projetos viáveis, bem estruturados e de que a prestação do serviço chegará a quem precisa. São vários olhares que se juntam para aprimorar o modelo que vai oferecer o melhor serviço para o usuário”, destacou Camilla Soares.

Atualmente, o Tribunal de Contas da União analisa projetos de grande importância para o setor. Dentre eles, a hidrovia do Rio Paraguai, a primeira do Brasil a ser concedida à iniciativa privada, o que representa um marco regulatório e logístico para o país. Também estão sob análise a concessão do terminal de contêineres Tecon Santos 10, do Porto de Santos (SP), e o canal de acesso ao Porto de Itajaí, em Santa Catarina.

Todos esses projetos representam avanços logísticos significativos para o Brasil e são fundamentais para o desenvolvimento das regiões e para escoamento da produção nacional. “Um país com infraestrutura de transporte sólida apresenta custos logísticos reduzidos, impactando positivamente o comércio e a economia, através da diminuição do chamado ‘Custo Brasil’. Projetos de infraestrutura bem estruturados promovem o desenvolvimento econômico, refletindo na melhoria da qualidade de vida da população, com acesso mais equitativo a bens e a serviços essenciais”, ressaltou Camilla Soares.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 18/09/2025

EM AUDIÊNCIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, MINISTRO DEFENDE MODERNIZAÇÃO DO SETOR PORTUÁRIO

Silvio Costa Filho destacou importância do diálogo para modernizar a legislação portuária e fortalecer o setor



Audiência pública da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, que discute o PL 733/2025 - Foto: Sérgio Francês

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou nesta terça-feira (17) de audiência pública da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que discute o Projeto de Lei 733/2025, em tramitação na Casa. O texto trata da modernização da legislação que regula a atividade portuária no Brasil.

O encontro contou com a presença do autor da proposta, deputado Leur Lomanto Júnior; do relator, deputado Artur Maia; da 1ª vice-presidente da comissão, deputada Daniela Reinehr; além de parlamentares da comissão e representantes do setor portuário.

Em sua exposição inicial, Silvio Costa Filho destacou os avanços obtidos no setor portuário brasileiro com as concessões e investimentos realizados nos últimos anos, que vêm contribuindo para ampliar a competitividade e a eficiência dos portos brasileiros. O ministro também fez um breve histórico da legislação portuária, da abertura dos portos em 1808 até a Lei 12.815/2013, atualmente em vigor, ressaltando que o PL 733 busca atualizar e aprimorar o marco legal do setor.



Participação do ministro do MPor

Costa Filho enfatizou a importância da construção coletiva do projeto. “O debate público e a escuta de diferentes vozes são fundamentais para que possamos oferecer ao Congresso Nacional um texto equilibrado e capaz de atender às necessidades do setor e da sociedade”, afirmou.

O ministro também mencionou o acordo celebrado recentemente entre federações de trabalhadores e operadores portuários, que resultou na assinatura de um memorando de entendimentos, feita no Ministério de Portos e Aeroportos, neste mês de setembro. “Não posso deixar de destacar a importância desse entendimento histórico, que trará mais segurança jurídica, contribuirá para a geração de emprego e renda e representará um passo importante para a modernização da atividade portuária no Brasil”, completou.

Ao final da audiência, Silvio Costa Filho reforçou que o Ministério de Portos e Aeroportos seguirá atuando em parceria com o Congresso Nacional, entidades do setor e trabalhadores para avançar em uma legislação moderna, capaz de impulsionar a competitividade dos portos brasileiros e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 17/09/2025

MPOR ANUNCIA A REALIZAÇÃO DA 1ª JORNADA NAVEGUE SIMPLES

Evento apresentará resultados estratégicos do Programa Navegue Simples e marcará o início de um novo ciclo de modernização no setor portuário brasileiro



O Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR) realizará, no próximo dia 30 de setembro, terça-feira, a 1ª Jornada do Programa Navegue Simples*, um evento que marcará o início de um novo ciclo na modernização e desburocratização do setor portuário brasileiro. A Jornada faz parte do programa Navegue Simples, uma iniciativa inserida no Novo PAC que visa tornar os portos brasileiros mais eficientes, inovadores e sustentáveis. Durante o evento, serão apresentados os principais resultados alcançados pelos seis Grupos de Trabalho (GTs) do programa,

que atuam em áreas estratégicas como licenciamento ambiental, uso de áreas públicas, arrendamentos, inovação e adaptação climática.

Por que participar?

Além de promover a integração entre atores públicos e privados, o evento é uma oportunidade única para conhecer as transformações em curso no setor portuário. Entre os destaques da programação estão:

- A apresentação dos resultados concretos dos GTs;
- O anúncio da 2ª Onda do Programa Navegue Simples (2025–2026);
- Espaços para networking e articulação institucional.

O evento é voltado para representantes do setor portuário privado, órgãos públicos parceiros, técnicos, especialistas em infraestrutura e sustentabilidade, além de startups e instituições ligadas à inovação tecnológica. Com o lema "Inovar para descomplicar", o Navegue Simples reafirma o compromisso do MPOR com a desburocratização e o fortalecimento do setor portuário como pilar do desenvolvimento nacional.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 17/09/2025

INVESTIMENTOS EM AVIAÇÃO ESTÃO GARANTIDOS PARA IMPULSIONAR O CRESCIMENTO DO PAÍS, AFIRMA SILVIO COSTA FILHO

Durante a posse dos diretores da Anac, ministro declarou que orçamento das agências reguladoras será mantido para garantir o avanço dos setores estratégicos



Cerimônia de posse dos novos diretos da Anac - Foto: Jonilton Lima

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, deu posse, nesta quarta-feira (17), aos novos diretores da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Após a cerimônia de assinatura do diretor-presidente, Tiago Chagas Faierstein, e dos diretores Rui Chagas Mesquita e Antonio Mathias Nogueira Moreira, o ministro afirmou que os recursos da Anac e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) estão garantidos no orçamento.



“Eu já conversei com a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, para que tanto a Antaq quanto a Anac, tenham os recursos preservados, para que possamos dar continuidade aos trabalhos que estão sendo feitos e avançarmos ainda mais, sobretudo nesse momento de reestruturação da aviação brasileira”, afirmou.

O ministro também destacou o momento de crescimento da economia brasileira e de como o país precisa oferecer segurança jurídica para que os investidores continuem a procurar o Brasil. “São setores [portos e aeroportos] que dialogam permanentemente com o povo brasileiro e que precisam, cada vez mais, de segurança jurídica, de regulação e que funcionem de maneira objetiva, para que possamos dar ao setor produtivo brasileiro segurança para quem quer investir no Brasil”, pontuou Costa Filho.

O novo diretor-presidente, Tiago Chagas Faienstein, disse que a Anac irá trabalhar junto com o Ministério para a construção de políticas públicas para o setor. “Trabalharemos juntos para construir pautas e para que sejamos uma grande indutora para as políticas públicas que serão formadas daqui para frente”, enfatizou.

Faienstein finalizou dizendo que esse é um momento histórico e único para o desenvolvimento e crescimento para o setor. “Aproveitem esse alinhamento agora com a Anac, para que possamos realmente desenvolver a aviação civil e o setor de infraestrutura, que é tão importante para o crescimento do nosso turismo, e da nossa aviação regional, tão importante para conectar comunidades remotas, para aviação médica, para os povos indígenas e para desenvolvimento econômico do interior do nosso Brasil”.

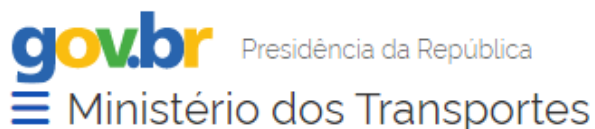
Novos diretores

O diretor-presidente, Tiago Chagas Faienstein, é engenheiro eletricista formado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com MBA em Transformação Digital e experiência em cargos de liderança na Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e no setor privado.

Rui Chagas Mesquita é major-brigadeiro do ar da reserva da Força Aérea Brasileira (FAB), com experiência em gestão pública e defesa, tendo ocupado cargos como diretor de Ensino da Aeronáutica e secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa (MD). E Antonio Mathias Nogueira Moreira é especialista em governança, riscos e compliance, com carreira na Caixa Econômica Federal (Caixa) e experiência como diretor Executivo de Governança, Integridade e Riscos da Caixa Cartões Holding S.A.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 17/09/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

APÓS FASE DE TESTES, RENAN FILHO INAUGURA NOVO VIADUTO EM APARECIDA (SP), NESTA SEXTA (19)

Estrutura, construída sobre linha férrea, irá aumentar a segurança de romeiros e melhorar a mobilidade urbana

O ministro dos Transportes, Renan Filho, participa, nesta sexta-feira (19), da entrega oficial de um novo viaduto, localizado no entorno do Santuário Nacional de Aparecida, no interior de São Paulo. O evento marca o fim da fase de testes operacionais, iniciada há cerca de dois meses.

A estrutura, construída sobre a linha férrea que corta a cidade de Aparecida, irá reduzir os riscos de acidentes ferroviários. Agora, pedestres utilizam apenas a passarela para fazer a travessia e os veículos trafegam pelo novo viaduto.

Já quem chega pela Via Dutra poderá acessar com mais facilidade o centro da cidade e o estacionamento do Santuário Nacional. Diariamente cerca de 120 mil motoristas passam por este trecho da rodovia, no Vale do Paraíba.

A MRS Logística, concessionária que administra a malha ferroviária nessa região, investiu R\$79 milhões no empreendimento.

Tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal aprovaram a proposta de batizar a estrutura como “Viaduto Papa Francisco”.

Cobertura de imprensa

Os jornalistas interessados em cobrir o evento presencialmente devem se credenciar até às 17h desta quinta-feira (18), pelo aescom@transportes.gov.br

É preciso enviar nome completo e CPF de toda a equipe, além de dados do veículo (placa e modelo).

SERVIÇO

Inauguração do novo viaduto de Aparecida (SP)

Data: Sexta-feira, 19 de setembro

Horário: 11h

Local: Estacionamento do Santuário Nacional de Aparecida (SP) – entrada pela Avenida Itaguaçu

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 18/09/2025

DESACELERAR PARA SALVAR VIDAS: SEMANA NACIONAL DE TRÂNSITO FOCA NO DIA A DIA DO CIDADÃO

Campanha nacional promovida pela Senatran reforça a importância de um trânsito mais seguro e humano para todos



Segurança no trânsito começa com gestão responsável. Essa é a proposta da campanha. - Foto: Michel Corvello/MT

Apressa não pode custar vidas. Pensando nisso, o Ministério dos Transportes, por meio da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), promove a Semana Nacional de Trânsito 2025. Com o tema “Desacelere. Seu bem maior é a vida”, a mobilização reforça que cada escolha no trânsito impacta diretamente a vida de milhões de brasileiros, seja no trajeto para o trabalho, na travessia

até a escola ou no acesso ao posto de saúde.

Com uma frota superior a 127,2 milhões de veículos em circulação no país, a mobilização por um trânsito mais seguro se torna cada vez mais urgente. Em 2025, foram registrados mais de 453 mil sinistros, que resultaram em cerca de 7,5 mil mortes, conforme dados do Registro Nacional de Sinistros e Estatísticas de Trânsito (Renaest).

“A segurança viária começa com escolhas conscientes no dia a dia, mas depende também de ações concretas por parte do poder público. Não podemos tratar os sinistros como rotina. É preciso integrar educação, fiscalização e infraestrutura para transformar o trânsito em um espaço mais eficiente para todos”, afirma o secretário nacional de Trânsito, Adrualdo Catão.

Mais do que números, o objetivo da campanha é lembrar que, por trás de cada sinistro, existem vidas interrompidas, famílias impactadas e direitos violados. Reduzir a velocidade, respeitar a sinalização e adotar comportamentos seguros não são apenas obrigações legais, mas gestos de cuidado com quem compartilha o mesmo espaço urbano ou rodoviário.

Segurança que impacta vidas

Por trás desses dados, estão trabalhadores que perderam sua principal fonte de renda, mães que não voltaram para casa e jovens com futuros paralisados. A campanha provoca uma reflexão coletiva: como queremos viver, nos deslocar e cuidar uns dos outros?

A proposta é incentivar gestores públicos e autoridades locais a repensarem os limites de velocidade e adotarem soluções centradas nas pessoas, especialmente as mais vulneráveis, como pedestres, ciclistas e motociclistas.

Intervenções simples, como a instalação de faixas elevadas, redutores de velocidade ou travessias bem sinalizadas, podem garantir que uma criança chegue à escola com segurança ou que um idoso atravesse a rua com tranquilidade.

Educação que transforma

Ao longo do ano, a Senatran intensificou ações educativas com foco na gestão da velocidade e na proteção dos motociclistas, que representam cerca de 40% das vítimas de sinistros no país, segundo o DataSUS.

Entre as iniciativas realizadas estão:

A 1ª Semana Nacional de Prevenção a Sinistros com Motociclistas;

A Conferência Nacional de Segurança no Trânsito – Protegendo Vidas Sobre Duas Rodas, realizada em Brasília, com participação de especialistas e gestores públicos;

O Pit Stop de Segurança de Motociclistas, em parceria com o Detran-DF e a Abraciclo, com revisão gratuita de motos, orientações sobre comportamento seguro e atividades interativas voltadas à preservação da vida.

Responsabilidade compartilhada

A abertura do evento contou com debates que incluíram especialistas do Japão e da Tailândia, que compartilharam experiências bem-sucedidas em segurança viária com foco no uso de motocicletas, modal predominante em vários países asiáticos e com desafios semelhantes aos do Brasil.

A campanha segue com ações educativas em todo o país até 25 de setembro, envolvendo escolas, órgãos de trânsito, entidades civis e o setor produtivo.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 17/09/2025

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ENTREGA REVITALIZAÇÃO DE 128 QUILOMETROS DA BR-280/SC



Com investimento de R\$ 275 milhões, obra amplia segurança viária e impulsiona a indústria catarinense

Essencial para a competitividade de Santa Catarina, a BR-280 oferece suporte para o crescimento da produção industrial. - Foto: DNIT/SC

Como parte das ações para modernizar a malha rodoviária federal, o Ministério dos Transportes entregou, nesta quarta-feira (17), a revitalização de 128 quilômetros da BR-280/SC, no Planalto Norte de Santa Catarina. Com

investimento de R\$ 275 milhões do Governo Federal, por meio do Novo PAC, a obra reforça a infraestrutura da região e melhora o escoamento da produção industrial catarinense.

Executadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), as intervenções incluíram a recuperação de pistas e acostamentos, implantação de sinalização horizontal, melhorias em acessos e no sistema de drenagem, além de serviços de conservação rotineira, como limpeza da pista, supressão de vegetação e recuperação de guarda-corpos de pontes.

Também foram implantadas interseções em pontos estratégicos: três em Mafra, nos trevos do Cemitério (km 186), do Butiá do Bráz (km 187) e da Bela Vista (km 190); e uma em Irineópolis, no Trevo do Susto (km 275). Além disso, foram construídas terceiras faixas em cinco trechos, entre os km 180 e km 195, proporcionando maior fluidez ao tráfego.

Para reduzir os impactos de enchentes, dois segmentos da rodovia receberam obras de elevação da pista, localizados nos km 268 e km 299.

Importância econômica

Segundo dados do IBGE, a produção industrial catarinense cresceu 5,3% nos últimos 12 meses, acima da média nacional (1,9%), com avanço em todos os 14 segmentos pesquisados. Entre os destaques estão produtos de metal (13,2%), máquinas e equipamentos (9,6%), aparelhos e materiais elétricos (7,7%) e produtos de madeira (5,5%).

Nesse contexto, a BR-280/SC desempenha papel estratégico como um dos principais corredores logísticos do estado, conectando o porto de São Francisco do Sul e a região Norte catarinense aos polos industriais do Noroeste, predominantes na produção metal-mecânica.

Com informações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 17/09/2025



PORTAL PORTO GENTE

CONHEÇA O IATE DE LUXO QUE SIMBOLIZA A NOVA FASE DE DESIGN DA AZIMUT E CONECTA GERAÇÕES MAIS JOVENS AO MAR

Redação Portogente

🚤 Com assinatura do designer italiano Alberto Mancini, a Azimut Fly 58 reforça o DNA criativo da marca ao priorizar integração, luz natural e contato com o mar.



Suítes amplas, flybridge generoso e ambientes versáteis traduzem o estilo de vida de uma nova geração de navegadores que busca praticidade, sofisticação e experiências autênticas sobre as águas.



O mercado global de turismo de luxo deve crescer 7,6% ao ano entre 2024 e 2031, segundo a Skyquest (2024). Nesse cenário, Geração Z e Millennials têm quase o dobro de probabilidade de adquirir uma

embarcação em comparação com gerações anteriores, conforme a McKinsey & Company. Mais exigentes em relação a design, tecnologia e integração com a natureza, esses consumidores buscam barcos que traduzam sofisticação e bem-estar em momentos de lazer.

Inspirada por esse movimento, a Azimut Yachts traz na Azimut Fly 58, recente lançamento da coleção Flybridge, um design contemporâneo, soluções funcionais e ambientes integrados. O barco foi concebido para traduzir o novo momento da marca e acompanhar as demandas de navegadores que buscam praticidade, luxo e uma experiência sofisticada sobre as águas. ✨

“A Azimut Fly 58 foi projetada para se transformar em uma plataforma de experiências memoráveis. Foi concebido para um anfitrião moderno e exigente que valoriza a integração e o bem-estar de seus convidados, além da exclusividade. O seu design e funcionalidade são uma resposta direta às novas expectativas dos consumidores brasileiros, que buscam embarcações que combinem a praticidade de um barco de lazer com o luxo e a sofisticação máxima de uma casa de alto padrão”, destaca o CEO da Azimut Yachts, Francesco Caputo.

3 diferenciais da Azimut Fly 58 que elevam a experiência náutica:

🏠 Design para experiência imersiva: Assinado pelo renomado designer italiano Alberto Mancini, a Azimut Fly 58 inova com suas linhas únicas e grandes janelas que maximizam a entrada de luz natural e oferecem uma vista panorâmica do mar, criando a sensação de total conexão com a natureza, além de maximizar espaços finamente decorados com assinatura exclusiva.

⚓ Tecnologia e conforto a bordo: A embarcação é um refúgio de luxo flutuante, com suíte principal que ocupa toda a boca do barco e acomodações com acabamento refinado e móveis exclusivos. O flybridge espaçoso se destaca como uma área externa amplamente equipada e ideal para descanso ou receber convidados. A tecnologia de ponta, como sistema de controle, navegação e estabilização, garante uma navegação intuitiva, segura e confortável.

🌴 Versatilidade de um iate de luxo adaptável: A embarcação se adapta a diferentes ocasiões. O lounge de proa se transforma em área para banho de sol ou relaxamento, e a grandiosa praça de popa funciona como uma varanda de luxo integrada à cozinha e área de estar, ideal para refeições ao ar livre, mergulhos ou descanso à beira das águas.

Sobre a Azimut Yachts: Marca do Grupo Azimut | Benetti com matriz na Itália, oferece as coleções Atlantis, Verve, Magellano, Flybridge, S e Grande, com iates de 40 a 120 pés, presente em 80 países e com fábrica no Brasil desde 2010, produzindo embarcações entre 51 e 100 pés. 🌍

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 18/09/2025

APS ASSINA ACORDO PARA NOVO COMPLEXO DA POLÍCIA FEDERAL DO PORTO DE SANTOS

Redação Portogente



📄 Compromisso firmado com a Polícia Federal e o Ministério de Portos e Aeroportos prevê investimentos de R\$ 58 milhões.

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, assinaram, nesta terça-feira (16), em Brasília, um memorando de entendimento para a construção da nova sede da delegacia da Polícia Federal no Porto de Santos. 🚨

O empreendimento, um edifício de 10 andares, vai receber investimentos de R\$ 58 milhões da APS, com participação da Ferrovia Interna do Porto de Santos (FIPS), e integrará as unidades de polícia judiciária, administrativa e o Núcleo Especial de Polícia Marítima (Nepom). 📍 Localizado na entrada do canal e dentro da poligonal do Porto de Santos, o prédio reforçará a capacidade operacional da PF em toda a Baixada Santista.

O presidente da APS destacou o ciclo de grandes investimentos no Porto de Santos: "Passamos por um momento histórico, destravando obras centenárias, a exemplo do túnel Santos-Guarujá, o aprofundamento do canal de acesso, uma ampliação histórica do Porto - que hoje tem 7,2 milhões - para 20 milhões de metros quadrados. Isso aumenta a responsabilidade de todas as instituições, principalmente aquelas responsáveis pela competência constitucional para cuidar da segurança", afirmou Pomini. 🚢

Para o ministro Silvio Costa Filho, a assinatura do memorando entre os órgãos é um marco na segurança e eficiência das operações portuárias, pois a parceria reforça a importância estratégica de Santos para o desenvolvimento do Brasil: "A Polícia Federal vai fortalecer a proteção desse que é um ativo do Brasil. E na medida em que o Porto vai crescendo, em termos de volume de movimentação, automaticamente, a gente vai precisar que a Polícia Federal esteja mais presente", disse. 📄

O diretor-geral Andrei Rodrigues ressaltou a importância do projeto para o país e para a PF: "Esse é o principal porto brasileiro, e colocar uma unidade robusta da PF lá traz a sensação de segurança para o operador, para o guarda, para quem utiliza o serviço, quem faz negócio no Porto, além de baratear o custo e melhorar o ambiente de negócio". BR

O complexo deve ser instalado no imóvel que já serviu ao Ministério da Pesca, em frente ao Centro de Convenções. Além da posição estratégica na entrada do canal, a Polícia Federal destacou o aprimoramento das condições de segurança para combater o narcotráfico em âmbito internacional e para dar respostas mais ágeis a incidentes e operações em alto-mar, como contrabando e outros crimes transnacionais. 🌐

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 18/09/2025

APS ASSINA ACORDO PARA NOVO COMPLEXO DA POLÍCIA FEDERAL DO PORTO DE SANTOS

Redação Portogente

📰 Compromisso firmado com a Polícia Federal e o Ministério de Portos e Aeroportos prevê investimentos de R\$ 58 milhões.



O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, assinaram, nesta terça-feira (16), em Brasília, um memorando de entendimento para a construção da nova sede da delegacia da Polícia Federal no Porto de Santos. 📄

O empreendimento, um edifício de 10 andares, vai receber investimentos de R\$ 58 milhões da APS, com participação da Ferrovia Interna do Porto de Santos (FIPS), e integrará as unidades de polícia judiciária, administrativa e o Núcleo Especial de Polícia Marítima (Nepom). 📍 Localizado na entrada do canal e dentro da poligonal do Porto de Santos, o prédio reforçará a capacidade operacional da PF em toda a Baixada Santista.

O presidente da APS destacou o ciclo de grandes investimentos no Porto de Santos: "Passamos por um momento histórico, destravando obras centenárias, a exemplo do túnel Santos-Guarujá, o aprofundamento do canal de acesso, uma ampliação histórica do Porto - que hoje tem 7,2 milhões - para 20 milhões de metros quadrados. Isso aumenta a responsabilidade de todas as instituições,

principalmente aquelas responsáveis pela competência constitucional para cuidar da segurança", afirmou Pomini. 🚢

Para o ministro Silvio Costa Filho, a assinatura do memorando entre os órgãos é um marco na segurança e eficiência das operações portuárias, pois a parceria reforça a importância estratégica de Santos para o desenvolvimento do Brasil: "A Polícia Federal vai fortalecer a proteção desse que é um ativo do Brasil. E na medida em que o Porto vai crescendo, em termos de volume de movimentação, automaticamente, a gente vai precisar que a Polícia Federal esteja mais presente", disse. 🗝️

O diretor-geral Andrei Rodrigues ressaltou a importância do projeto para o país e para a PF: "Esse é o principal porto brasileiro, e colocar uma unidade robusta da PF lá traz a sensação de segurança para o operador, para o guarda, para quem utiliza o serviço, quem faz negócio no Porto, além de baratear o custo e melhorar o ambiente de negócio". BR

O complexo deve ser instalado no imóvel que já serviu ao Ministério da Pesca, em frente ao Centro de Convenções. Além da posição estratégica na entrada do canal, a Polícia Federal destacou o aprimoramento das condições de segurança para combater o narcotráfico em âmbito internacional e para dar respostas mais ágeis a incidentes e operações em alto-mar, como contrabando e outros crimes transnacionais. 🌐

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 18/09/2025

INVESTIMENTOS EM AVIAÇÃO ESTÃO GARANTIDOS PARA IMPULSIONAR O CRESCIMENTO DO PAÍS, AFIRMA SILVIO COSTA FILHO

Redação Portogente

✦ Durante a posse dos diretores da Anac, ministro declarou que orçamento das agências reguladoras será mantido para garantir o avanço dos setores estratégicos.



O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, deu posse, nesta quarta-feira (17), aos novos diretores da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Após a cerimônia de assinatura do diretor-presidente Tiago Chagas Faierstein, e dos diretores Rui Chagas Mesquita e Antonio Mathias Nogueira Moreira, o ministro afirmou que os recursos da Anac e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) estão garantidos no orçamento. 💰

"Eu já conversei com a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, para que tanto a Antaq quanto a Anac tenham os recursos preservados, para que possamos dar continuidade aos trabalhos que estão sendo feitos e avançarmos ainda mais, sobretudo nesse momento de reestruturação da aviação brasileira", afirmou.

O ministro também destacou o momento de crescimento da economia brasileira 📈 e de como o país precisa oferecer segurança jurídica para que os investidores continuem a procurar o Brasil. "São setores [portos e aeroportos] que dialogam permanentemente com o povo brasileiro e que precisam, cada vez mais, de segurança jurídica, de regulação e que funcionem de maneira objetiva, para que possamos dar ao setor produtivo brasileiro segurança para quem quer investir no Brasil", pontuou Costa Filho.

O novo diretor-presidente, Tiago Chagas Faierstein, disse que a Anac irá trabalhar junto com o Ministério para a construção de políticas públicas para o setor. ✈️ "Trabalharemos juntos para construir pautas e para que sejamos uma grande indutora para as políticas públicas que serão formadas daqui para frente", enfatizou.

Faienstein finalizou dizendo que esse é um momento histórico e único para o desenvolvimento e crescimento do setor. "Aproveitem esse alinhamento agora com a Anac, para que possamos realmente desenvolver a aviação civil e o setor de infraestrutura, que é tão importante para o crescimento do nosso turismo, da nossa aviação regional — fundamental para conectar comunidades remotas, aviação médica, povos indígenas e para o desenvolvimento econômico do interior do Brasil". 🌍

👥 Novos diretores

- ♦ O diretor-presidente, Tiago Chagas Faienstein, é engenheiro eletricista formado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com MBA em Transformação Digital e experiência em cargos de liderança na Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e no setor privado.

- ♦ Rui Chagas Mesquita é major-brigadeiro do ar da reserva da Força Aérea Brasileira (FAB), com experiência em gestão pública e defesa, tendo ocupado cargos como diretor de Ensino da Aeronáutica e secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa (MD).

- ♦ Antonio Mathias Nogueira Moreira é especialista em governança, riscos e compliance, com carreira na Caixa Econômica Federal (Caixa) e experiência como diretor Executivo de Governança, Integridade e Riscos da Caixa Cartões Holding S.A.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 18/09/2025

APS PUBLICA INSTALAÇÃO DE COMITÊ PARA ACOMPANHAR OBRAS DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ

Redação Portogente



♦ Grupo reúne diversas entidades e terá papel de intermediar impactos do projeto

A Autoridade Portuária de Santos (APS) publicou, nesta terça-feira, dia 16 de setembro, a Portaria de instalação do Comitê Regional Permanente de Monitoramento de Impactos Ambientais, com a finalidade de acompanhar, avaliar e propor medidas relacionadas aos impactos socioambientais decorrentes do empreendimento Túnel Santos-Guarujá. 🇧🇷

De acordo com o presidente da APS, Anderson Pomini, o Comitê será um apoio para as comunidades do entorno durante toda a execução da obra: "Até que o túnel esteja entregue, funcionando, a APS irá acompanhar, junto com os outros órgãos, todo o reflexo da obra na vida dos moradores e das demais pessoas que passam pelo Porto de Santos", afirma.

Na condição de Autoridade Portuária, existe a prerrogativa de atender ao bom andamento do Porto de Santos, priorizando a relação Porto-Cidades. A portaria prevê que o Comitê tenha participação de instituições que vão desde órgãos governamentais até entidades da sociedade civil, além da própria empresa que irá construir o túnel.

🎯 O objetivo do Comitê é, dentre outros, acompanhar e monitorar todos os eventos relacionados ao empreendimento, com destaque para os de aspecto socioambiental, promovendo a integração entre Porto e cidades. O grupo terá um regimento e deve se reunir ao menos a cada dois meses para avaliar o andamento da implantação do túnel.

O Comitê é formado por:

- Autoridade Portuária de Santos (APS);
- Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq);
- Associação Comercial de Santos (ACS);
- Associação Comercial do Guarujá (ACG);
- Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista (Condesb);
- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA);
- Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb);
- Empreiteira responsável pelo empreendimento;
- Governo do Estado de São Paulo;
- Ministério de Portos e Aeroportos (MPor);
- Ministério Público Federal (MPF);
- Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- Prefeitura Municipal de Santos;
- Prefeitura Municipal do Guarujá;
- Representantes da Sociedade Civil de Santos;
- Representantes da Sociedade Civil do Guarujá;
- Representantes da classe dos Pescadores;
- Superintendência de Patrimônio da União (SPU);
- Universidades da região;
- Unidades de Conservação.

Sobre a Autoridade Portuária de Santos

A Autoridade Portuária de Santos é uma empresa pública vinculada ao Ministério dos Portos e Aeroportos. É responsável pelo planejamento logístico e pela administração da infraestrutura do Porto Organizado de Santos, o maior da América Latina, por onde passam aproximadamente 30% das trocas comerciais brasileiras. 

O complexo portuário está localizado a 70 quilômetros da Grande São Paulo e possui 53 terminais, sendo 39 arrendamentos, 8 retroportuários e 6 terminais de uso privado (TUPs), situados em duas margens, uma em Santos (direita) e outra em Guarujá (esquerda).

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 18/09/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A NECESSÁRIA SIMPLIFICAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL PORTUÁRIO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A declaração do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, sobre a necessidade de se simplificar as regras de licenciamento ambiental para empreendimentos portuários, em audiência pública na Câmara dos Deputados nessa quarta-feira, dia 17, traz à tona um debate crucial para o futuro da infraestrutura brasileira. A discussão, que ocorre no âmbito da comissão especial que analisa o PL 733/2025, que propõe um novo marco regulatório para os portos, expõe a tensão entre a urgência do desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente.

O ministro, ao defender que “a gente não pode ter empreendimentos paralisados por quatro, cinco anos por conta de uma licença ambiental que muitas vezes poderia ser simplificada”, aponta para um gargalo que afeta a competitividade do País. Costa Filho ressaltou que o Ministério de Portos não trabalha “contra o meio ambiente”, mas sim em prol do desenvolvimento sustentável, buscando o equilíbrio entre o crescimento e a preservação. A menção aos investimentos em biocombustíveis e

na descarbonização dos portos, como os portos verdes, demonstra que a agenda de sustentabilidade é uma prioridade para a pasta.

A importância de se simplificar o processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos de infraestrutura, especialmente os portuários, é um ponto central para a modernização do setor. A burocracia e a morosidade do processo de licenciamento inibem investimentos, geram incertezas e atrasam a execução de projetos estratégicos. O desafio é encontrar um equilíbrio entre a agilidade necessária para o desenvolvimento econômico e a rigorosidade na avaliação dos impactos ambientais. O que se busca, em essência, é um processo mais eficiente, não menos exigente.

O debate sobre a atualização da Lei dos Portos, com a proposta do PL 733/2025, é a oportunidade ideal para que essa simplificação ocorra. O ministro, ao reforçar que a construção do texto precisa envolver todos os atores do setor, demonstra a intenção de que a nova legislação seja o resultado de um diálogo construtivo e transparente. A menção ao memorando de entendimentos entre as federações de trabalhadores e operadores portuários é um exemplo de como a colaboração entre os stakeholders pode gerar consensos e soluções que beneficiam a todos.

A modernização da legislação portuária e a simplificação do licenciamento ambiental são essenciais para que o Brasil atraia os investimentos necessários para a expansão e a modernização de sua infraestrutura. O debate na Câmara é um passo na direção certa, e a expectativa é que o resultado seja um texto equilibrado, capaz de impulsionar a competitividade dos portos brasileiros e contribuir para um futuro mais próspero e sustentável.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/09/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - ANTT VAI USAR DRONES PARA APOIAR FISCALIZAÇÃO DE FERROVIAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

DRONES FERROVIÁRIOS

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) apresentou na quarta-feira (17), em Brasília, uma frota de 15 drones para apoiar a fiscalização das ferrovias federais concedidas. O voo inaugural aconteceu no estacionamento da sede da Agência e simboliza o início de uma nova etapa de modernização tecnológica do setor. Segundo o diretor-geral da ANTT, Guilherme Theo Sampaio, a medida vai aumentar a eficiência, a segurança e a inovação nas atividades de fiscalização.

PARCERIA INÉDITA

A aquisição dos drones foi viabilizada por meio do mecanismo de Recursos para Desenvolvimento Tecnológico (RDT), em parceria com a concessionária Rumo. A iniciativa faz parte do projeto de transformação digital da Superintendência de Transporte Ferroviário (Sufer) e busca fortalecer a atuação técnica em campo. A vice-presidente da Rumo, Natalia Marcassa, destacou que essa foi a primeira aplicação de RDT no setor ferroviário e celebrou a entrega como um avanço em tecnologia, inovação e sustentabilidade.

FERTILIZANTES NACIONAIS

O Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) se reuniu na Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) para discutir o projeto de lei 699/2023, conhecido como Profert, que prevê benefícios para estimular a produção nacional de fertilizantes e reduzir a dependência externa do Brasil. O secretário nacional de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária, Guilherme Campos, destacou que o tema é importante, já que o país importa atualmente 85% dos fertilizantes utilizados no agro. O plano visa reduzir essa dependência para 50% até 2050, por meio de desoneração de tributos, crédito presumido de PIS/Cofins e financiamento via debêntures incentivadas.

BIOINSUMOS AVANÇAM

Durante o encontro, representantes do setor produtivo, do Legislativo e da academia também debateram bioinsumos, destacando suas vantagens em sustentabilidade e eficiência produtiva.

Pesquisadores da Embrapa e da Universidade Federal do Paraná enfatizaram os impactos positivos na fertilidade do solo, na geração de empregos e no desenvolvimento regional. Os participantes reforçaram o compromisso de promover uma campanha para aprovar o Profert no Congresso Nacional e garantir a sanção presidencial.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/09/2025

NACIONAL - FAIERSTEIN ASSUME ANAC E PROMETE RECOMPOR ORÇAMENTO

Novo diretor-presidente quer fortalecer a agência reguladora, contratar servidores e dar protagonismo à regulação no setor aéreo

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



No discurso de posse, o novo diretor-presidente da Anac, Thiago, Faierstein ressaltou a importância de uma atuação firme da agência para o desenvolvimento do setor aéreo

O novo diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Thiago Chagas Faierstein, assumiu o cargo com a meta de recompor o orçamento da autarquia, ampliar a fiscalização, certificar novos equipamentos e contratar servidores. Empossado na quarta-feira

(17), ele afirmou que essas são as prioridades de sua gestão e que trabalhará para que a pauta da agência tenha espaço no Congresso Nacional.

“Precisamos recompor o orçamento da Anac, fazendo ecoar a nossa pauta no Congresso Nacional. Isso significa aumentar a fiscalização, certificar novos equipamentos e contratar novos servidores. Trabalharemos com afinco para que possamos recompor o orçamento da agência”, declarou Faierstein, durante cerimônia realizada no auditório da sede da Anac, em Brasília (DF).

Além do diretor-presidente, tomaram posse os novos diretores Rui Chagas Mesquita e Antonio Mathias Nogueira Moreira. As nomeações foram feitas pela Presidência da República e aprovadas pelo Senado Federal após sabatina na Comissão de Infraestrutura, em 19 de agosto. A solenidade contou com a presença de servidores, parlamentares, autoridades do setor aéreo e representantes de empresas da aviação civil.

No discurso de posse, Faierstein também ressaltou a importância de uma atuação firme da Anac para o desenvolvimento do setor aéreo no país. “A agência é conhecida nacional e internacionalmente pelo seu rigor técnico, pela sua capacidade de regular, certificar e fiscalizar. Não existe nenhum setor de aviação civil forte no mundo sem a presença do Estado”, afirmou.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou da cerimônia e entregou os pins institucionais aos novos diretores, como símbolo de compromisso com a missão da Anac. Em seguida, garantiu que o orçamento da agência para este ano e para 2026 está assegurado. “Os recursos da Anac deste ano e de 2026 estão preservados, para que não haja nenhuma descontinuidade. Já conversei com a ministra Simone Tebet para garantir a preservação dos recursos e dos trabalhos, para que possamos avançar neste momento de reestruturação da aviação civil brasileira”, afirmou.

Costa Filho destacou, ainda, que a regulação e a segurança jurídica são essenciais para atrair investimentos e fortalecer o setor produtivo. “A aviação é um setor muito sensível. Precisamos, cada vez mais, ter segurança jurídica e uma regulação que funcione, para dar segurança ao setor produtivo e atrair investimentos para o Brasil. Uma Anac fortalecida é fundamental para que isso aconteça”, disse.

Thiago Chagas Faienstein é engenheiro eletricista pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e possui MBA em Transformação Digital. Tem experiência em cargos de liderança na Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e no setor privado.

Rui Chagas Mesquita é major-brigadeiro do ar da reserva da Força Aérea Brasileira (FAB) e atuou como diretor de Ensino da Aeronáutica e secretário de Produtos de Defesa no Ministério da Defesa.

Antonio Mathias Nogueira Moreira é especialista em governança, riscos e compliance, com carreira na Caixa Econômica Federal, onde foi diretor executivo de Governança, Integridade e Riscos da Caixa Cartões Holding S.A.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/09/2025

NACIONAL - MINISTRO ASSEGURA RECURSOS PARA AGÊNCIAS E PEDE FORTALECIMENTO DO SETOR

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, reforçou que os recursos da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) estão garantidos no orçamento, após negociação com o Ministério do Planejamento e Orçamento. “Eu já conversei com a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, para que tanto a Antaq quanto a Anac tenham os recursos preservados, para que possamos dar continuidade aos trabalhos que estão sendo feitos e avançarmos ainda mais, sobretudo nesse momento de reestruturação da aviação brasileira”, afirmou durante a cerimônia de posse do novo diretor-presidente da Anac, Thiago Faienstein.

O ministro ressaltou ainda o bom momento da economia e a necessidade de oferecer segurança jurídica para os investidores. “São setores (portos e aeroportos) que dialogam permanentemente com o povo brasileiro e que precisam, cada vez mais, de segurança jurídica, de regulação e que funcionem de maneira objetiva, para que possamos dar ao setor produtivo brasileiro segurança para quem quer investir no Brasil”, pontuou.

Faienstein, por sua vez, enfatizou que a agência trabalhará de forma alinhada ao Ministério de Portos e Aeroportos. “Trabalharemos juntos para construir pautas e para que sejamos uma grande indutora para as políticas públicas que serão formadas daqui para frente”, disse. Ele destacou a importância de aproveitar esse momento de alinhamento institucional para impulsionar a aviação regional, o turismo e a conectividade do interior do país. “Aproveitem esse alinhamento agora com a Anac, para que possamos realmente desenvolver a aviação civil e o setor de infraestrutura, que é tão importante para o crescimento do nosso turismo, e da nossa aviação regional, tão importante para conectar comunidades remotas, para aviação médica, para os povos indígenas e para desenvolvimento econômico do interior do nosso Brasil”, concluiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/09/2025

NACIONAL - LICENCIAMENTO AMBIENTAL NÃO PODE TRAVAR O CRESCIMENTO, DIZ COSTA FILHO

Ministro de Portos e Aeroportos cobrou simplificação dos processos durante debate sobre modernização da Lei dos Portos

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, defendeu mudanças nas regras de licenciamento ambiental para acelerar investimentos no setor portuário. A declaração foi feita na quarta-feira (17), após audiência pública da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que

discute o PL 733/2025. A proposta busca atualizar a Lei dos Portos (12.815/2013), modernizando o marco legal e criando mecanismos para ampliar a eficiência e a competitividade da atividade portuária no país.

“Naturalmente o Ministério do Meio Ambiente sempre tem posições divergentes dos ministérios da Infraestrutura nacional. Não é uma posição contra o Ministério de Portos. Mas às vezes é uma posição de um debate mais amplo em relação de Transportes, de Minas e Energia, Ministério das Cidades, e agora, o Ministério de Portos. Naturalmente nós vamos ouvir as ponderações, as sugestões, mas ninguém quer trabalhar aqui contra o meio ambiente. Pelo contrário, a gente quer valorizar o meio ambiente de maneira sustentável”, declarou.



Durante entrevista coletiva após a audiência pública, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho enfatizou os esforços da pasta no que diz respeito à sustentabilidade

Costa Filho enfatizou os esforços da pasta no que diz respeito à sustentabilidade. “A gente está fazendo grandes investimentos na aviação e no SAF”, disse ele referindo-se ao combustível sustentável de aviação. “Nós estamos priorizando a agenda da descarbonização dos portos

brasileiros, portos verdes, portos sem papel. A gente está focando numa agenda do combustível do futuro. Mas isso não pode impedir o desenvolvimento do Brasil. O que a gente quer é crescer de maneira sustentável. Agora, a gente não pode ter empreendimentos paralisados por quatro, cinco anos por conta de uma licença ambiental que muitas vezes poderia ser simplificada”, concluiu.

O encontro reuniu o autor do projeto, deputado Leur Lomanto Júnior (União-BR), o relator Artur Maia (União-BR), a 1ª vice-presidente da comissão, deputada Daniela Reinehr (PL-SC), além de outros parlamentares e representantes do setor portuário.

Na abertura da audiência, Silvio Costa Filho apresentou um histórico da legislação portuária, da abertura dos portos em 1808 até a lei atualmente em vigor, e destacou os avanços recentes do setor com concessões e investimentos que vêm contribuindo para ampliar a competitividade. Segundo ele, a atualização proposta pelo PL 733 é necessária para dar mais segurança jurídica e acelerar o ritmo de modernização da infraestrutura.

Costa Filho também reforçou que a construção do texto precisa envolver todos os atores do setor. “O debate público e a escuta de diferentes vozes são fundamentais para que possamos oferecer ao Congresso Nacional um texto equilibrado e capaz de atender às necessidades do setor e da sociedade”, afirmou.

Ele aproveitou para mencionar o acordo celebrado entre federações de trabalhadores e operadores portuários, que resultou na assinatura de um memorando de entendimentos no Ministério de Portos e

Aeroportos neste mês de setembro. “Não posso deixar de destacar a importância desse entendimento histórico, que trará mais segurança jurídica, contribuirá para a geração de emprego e renda e representará um passo importante para a modernização da atividade portuária no Brasil”, completou.



Para o ministro de Portos e Aeroportos, a atualização proposta pelo PL 733 é necessária para dar mais segurança jurídica e acelerar o ritmo de modernização da infraestrutura

Ao final da audiência, o ministro reafirmou o compromisso do MPor de seguir em diálogo com o Congresso Nacional, entidades do setor e trabalhadores, para construir uma legislação capaz de

impulsionar a competitividade dos portos brasileiros e contribuir para o desenvolvimento econômico e social.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/09/2025

NACIONAL - SECRETÁRIO DE HIDROVIAS DEFENDE MAIOR DEBATE SOBRE MODAL

Ele abordou a questão nessa quarta-feira, dia 18, durante a reunião mensal do Conselho Nacional do Brasil Export, em Brasília

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Basta, afirmou que o programa de concessões hidroviárias ainda gera dúvidas em autoridades e na comunidade

O secretário nacional de Hidrovias e Navegação, do Ministério de Portos e Aeroportos, Dino Batista, defendeu a importância do debate sobre as concessões hidroviárias, como forma de esclarecer dúvidas de autoridades e da comunidade e, assim, agilizar sua implantação. Ele abordou a questão nessa quarta-feira, dia 18, durante a reunião mensal do Conselho Nacional do Brasil Export, em Brasília. Os projetos hidroviários estão entre os destaques da programação do Norte Export, fórum regional do Brasil Export que acontece em Belém (PA) nos próximos dias 25 e 26.

Segundo Dino Batista, os projetos de concessão de hidrovias do Governo Federal ainda geram dúvidas. Nesta semana, por exemplo, ele teve de lidar com uma proposta de decreto legislativo de um deputado federal para retirar essas concessões do Programa de Parcerias de Investimento (PPI), o que inviabilizaria o programa em sua atual configuração. Na terça-feira, ele se reuniu com o parlamentar, tirando as dúvidas existentes e, assim, eliminando um possível obstáculo para o desenvolvimento hidroviário.

“Dá para perceber que ainda existe muito desconhecimento, muita informação equivocada. O deputado me questionou sobre pontos dos projetos de concessão, como cobranças de tarifas de pescadores, que já estava descartado. Então ainda existe muito desconhecimento, muita desinformação sobre o que se quer com as concessões. Por isso a importância que se tem de eventos como o Norte Export, que vai tratar dos planos hidroviários”, destacou o secretário.

Novos conselheiros



O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Aloysio da Vega, recebe uma homenagem do ministro do TST Douglas Alencar Rodrigues e do CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião

Além de debater o programa de hidrovias e o fórum regional, a reunião do conselho prestou uma homenagem ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Aloysio Corrêa da Vega. O CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, entregou ao juiz uma placa de agradecimento pela sua atuação profissional. Aloysio se aposentará no próximo dia 1º, ao atingir a idade-limite de 75 anos para o exercício da magistratura. A nova direção do TST, que terá à frente o ministro Vieira de Mello Filho, tomará posse no dia 25.

A reunião ainda contou com a participação do novo diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Frederico Dias, o diretor da Antaq Alber Vasconcelos, o diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) Felipe Queiroz e os deputados federais Eduardo Pazuello e Júlio Lopes, entre outras autoridades e lideranças empresariais.

A reunião do Conselho Nacional do Brasil Export também marcou a entrada de novos membros no colegiado. São eles: a ex-secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos e atual diretora Institucional e Regulatório da Hidrovias do Brasil, Mariana Pescatori; o ex-diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o auditor federal do Tribunal de Contas da União Eduardo Nery; e o vice-presidente executivo da Ultracargo, Helano Pereira Gomes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/09/2025

NACIONAL - FRAUDES EM MINERAÇÃO LEVAM À PRISÃO DE DIRETORES DE ÓRGÃOS FEDERAIS

Justiça determinou o afastamento cautelar de servidores e bloqueio de R\$ 1,5 bilhão, valor que seria fruto de corrupção e lavagem de dinheiro

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Um dos alvos da operação deflagrada pela Polícia Federal foi Caio Mário Trivellato Seabra Filho, que ocupa o cargo de diretor da Agência Nacional de Mineração desde 2020

A Polícia Federal (PF) prendeu, de forma preventiva, na quarta-feira (17), o diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM), Caio Mário Trivellato Seabra Filho, e o diretor de Administração e Finanças do Serviço Geológico do Brasil (SGB) e ex-diretor da PF, Rodrigo de

Melo Teixeira. As detenções fazem parte da Operação Rejeito, deflagrada em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU), e foram acompanhadas do cumprimento de 79 mandados de busca e apreensão.

A ação tem como objetivo aprofundar as investigações sobre um suposto esquema de fraudes na concessão de autorizações para exploração de minério de ferro em Minas Gerais. A Justiça Federal determinou, ainda, o afastamento cautelar de todos os investigados que ocupam cargos públicos, que passam a responder a processos por crimes como corrupção ativa e passiva, crimes ambientais, usurpação de bens da União, lavagem de dinheiro, organização criminosa e embaraço à investigação.

De acordo com a PF, as apurações apontam que o grupo fraudava licenças e autorizações ambientais para extrair minério em áreas tombadas ou próximas a regiões de preservação. Segundo os investigadores, essas práticas representavam “graves consequências ambientais e elevado risco de desastres sociais e humanos”. Para viabilizar o esquema, servidores de órgãos estaduais e federais de fiscalização ambiental e de mineração, incluindo a ANM, teriam sido corrompidos.

“A organização criminosa teria atuado para neutralizar a ação do Estado, dificultando as investigações e monitorando autoridades. Além disso, utilizou diversos artifícios para lavar o dinheiro obtido com as práticas ilícitas”, informou a PF em nota. O prejuízo esmado chega a R\$ 1,5 bilhão, valor que foi bloqueado por decisão judicial.

Currículos

Caio Mário Trivellato, advogado especialista em direito ambiental, está na ANM desde 2020, quando atuou como assessor de Resolução de Conflitos. Dois anos depois, assumiu a Superintendência de Ordenamento Mineral e Disponibilidade de Áreas e, em 2023, foi nomeado interinamente diretor da agência, passando a compor o colegiado de forma efetiva em dezembro do mesmo ano.

Rodrigo Teixeira ingressou na Polícia Federal em 1999 e chefiou a Superintendência em Minas Gerais a partir de 2018. Ocupou a Diretoria de Polícia Administrativa entre 2023 e 2024 e teve passagens por cargos na Prefeitura de Belo Horizonte e no governo de Minas Gerais, incluindo a presidência da Fundação Estadual do Meio Ambiente.

Além de Trivellato e Teixeira, outras 20 pessoas são alvos de mandados de prisão preventiva, mas seus nomes não foram divulgados.

Em nota, a ANM afirmou que foi informada sobre a operação pela imprensa e que aguarda comunicação oficial para adotar as medidas determinadas pela Justiça. “Até o momento, não houve comunicação oficial à agência sobre eventuais medidas envolvendo servidores ou dirigentes”, destacou o comunicado, ressaltando o compromisso da instituição de colaborar com as autoridades “sempre que formalmente demandada”.

O Serviço Geológico do Brasil também se manifestou. “Reiteramos nosso compromisso com a ética, a legalidade e a transparência, e permanecemos à disposição para colaborar com as autoridades competentes”, informou o órgão, que disse não comentar processos em andamento que envolvam seus colaboradores.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/09/2025

REGIÃO SUL - PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL REDUZ EM 70% ESPERA PARA NAVIOS DE FERTILIZANTES

Norma interna priorizou atracação desse tipo de carga e diminuiu tempo de 28 para oito dias, reduzindo custos e beneficiando o agronegócio

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Até o mês de agosto, o desembarque de fertilizantes pelo porto do Norte catarinense alcançou 1,8 milhão de toneladas, o que representa 7% do total importado pelo país

O Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, reduziu em 70% o tempo de espera das embarcações para o descarregamento de fertilizantes, uma das cargas mais movimentadas pelo complexo portuário. A otimização ocorreu a parr de uma norma que beneficia e prioriza as embarcações com fertilizantes.

De acordo com a Autoridade Portuária, a pedido do governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), foi realizada uma edição de uma norma interna da diretoria do porto, no mês de abril, onde é dada a preferência de atracação para os navios com fertilizantes em um dos berços do terminal.

Com isso, de acordo com os dados mais recentes da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o tempo de espera, que em março chegava a 28 dias, diminuiu para oito dias em junho.

Até o mês de agosto, o desembarque de fertilizantes pelo porto do Norte catarinense alcançou 1,8 milhão de toneladas, o que representa 7% do total importado pelo país.

O produto, que é utilizado para melhorar a produtividade e a qualidade da agricultura, tem como principais provedores a Rússia, Canadá e China, além de Estados Unidos e Marrocos. O restante dos fertilizantes é originário de países do Oriente Médio, como Israel, Omã, Arábia Saudita e Irã.

O presidente do Porto de São Francisco do Sul, Cleverton Vieira, afirmou que a redução no tempo de espera dos navios assegura a diminuição dos custos de toda a cadeia logística envolvida com fertilizantes.

“A medida tem impacto positivo no agronegócio catarinense e brasileiro, já que nosso porto é uma das principais portas de entrada do adubo no país”, comentou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/09/2025

REGIÃO SUDESTE - TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ: COMITÊ VAI ACOMPANHAR IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Grupo reúne diversas entidades nacionais e terá papel de intermediar impactos do projeto

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O objetivo do Comitê é, dentre outros, acompanhar e monitorar a totalidade de eventos relacionados ao empreendimento, com destaque para aqueles de aspecto socioambiental

A Autoridade Portuária de Santos (APS) publicou na terça-feira (16) a portaria de instalação do Comitê Regional Permanente de Monitoramento de Impactos Ambientais, com a finalidade de acompanhar, avaliar e propor medidas relacionadas aos impactos socioambientais decorrentes do empreendimento túnel Santos-Guarujá.

De acordo com o presidente da APS, Anderson Pomini, o Comitê será um apoio para as comunidades do entorno durante toda a execução da obra: “Até que o túnel esteja entregue, funcionando, a APS irá acompanhar, junto com os outros órgãos, todo o reflexo da obra na vida dos moradores e das demais pessoas que passam pelo Porto de Santos”, afirma.

Na condição de Autoridade Portuária, existe a prerrogativa de atender ao bom andamento do Porto de Santos, priorizando a relação porto-cidade. A portaria prevê que o Comitê tenha participação de instituições que vão desde órgãos governamentais, como de entidades da sociedade civil, além da própria empresa que irá construir o túnel.

O objetivo do Comitê é, dentre outros, acompanhar e monitorar a totalidade de eventos relacionados ao empreendimento túnel Santos-Guarujá, com destaque para aqueles de aspecto socioambiental, promovendo a integração entre porto e cidades.; terá um regimento e deve se reunir ao menos a cada dois meses para avaliar o andamento da implantação do túnel.

O comitê é formado por:

- Autoridade Portuária de Santos (APS);
- Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq);
- Associação Comercial de Santos (ACS);
- Associação Comerciada Guarujá (ACG);

- Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista (Condesb);
- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)
- Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb);
- Empreiteira responsável pelo empreendimento;
- Governo do Estado de SP;
- Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor);
- Ministério Público Federal (MPF);
- Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- Prefeitura Municipal de Santos;
- Prefeitura Municipal do Guarujá;
- Representantes da Sociedade Civil de Santos;
- Representantes da Sociedade Civil do Guarujá;
- Representantes da classe dos Pescadores;
- Superintendência de Patrimônio da União (SPU);
- Universidades da região;

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/09/2025

REGIÃO SUDESTE - NAVIO CHINÊS É DESENCALHADO EM OPERAÇÃO NO PORTO DE SANTOS

Navio graneleiro Shandong Xin Ze foi deslocado para o fundeadouro nº 6, onde passará por avaliação

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O navio graneleiro Shandong Xin Ze, que encalhou na entrada do canal do Porto de Santos (SP) foi removido na manhã de quarta-feira (17).

Segundo informou a Autoridade Portuária de Santos (APS), às 11 horas foi implementado o plano de desencalhe preliminar, autorizado pela Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP), e acompanhado pela companhia.

Segundo a APS, a operação envolveu a participação de quatro rebocadores, da empresa AWS, e também dos rebocadores Svitser. O navio graneleiro chinês foi conduzido de forma segura ao fundeadouro nº 6.

A embarcação vai passar inspeções técnicas por parte da Marinha do Brasil, para avaliar as condições de navegação e estrutural.

Em nota, a APS frisou que a operação de desencalhe não causou qualquer tipo de vazamento ou poluição ao ambiente marinho.

O encalhe ocorreu no último domingo (14), quando a embarcação realizava uma manobra para entrar no complexo portuário santista.

O caso ocorreu com o navio Shandong Xin Ze, graneleiro da companhia chinesa Shandong Shipping Corporation. Conforme informações iniciais obtidas pela Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP), a embarcação teria ficado sem propulsão durante a manobra de entrada.

A APS disse que o navio Shandong Xin Ze estava programado para atracar no domingo no Termag, na margem esquerda do Porto de Santos, para operação de descarga de fertilizantes. A APS informou que essa operação de descarga não ocorreu até o momento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/09/2025

REGIÃO SUDESTE – CAMINHÃO PEGA FOGO EM VIRACOPOS



risco para as aeronaves.

Um caminhão utilizado para o fornecimento de refeições a aeronaves pegou fogo na pista do Aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), na noite de terça-feira (16). O fogo foi rapidamente controlado pelos bombeiros do aeroporto e ninguém se feriu. O incidente ocorreu próximo a aviões estacionados, mas, segundo a administração do terminal, não houve

Para garantir a segurança, a Azul precisou substituir o avião do voo AD2678 (Viracopos-Juazeiro do Norte) que estava nas proximidades, submetendo-o a inspeção antes da decolagem. Em nota, a companhia aérea afirmou que lamenta os transtornos ocasionados, mas ressaltou que todas as ações tomadas visam preservar a segurança operacional, prioridade máxima da empresa

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/09/2025

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - OIT-169: CONDICIONANTE INCONTORNÁVEL PARA A INFRAESTRUTURA BRASILEIRA



FREDERICO BUSSINGER

Consultor, engenheiro e economista. Ex-diretor da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), ex-presidente da Docas de São Sebastião e ex-secetário-executivo do Ministério dos Transportes

opinião@redebeneews.com.br

Uma ferrovia normalmente tem centenas de quilômetros (933 km, no caso da FG). E ela só faz sentido se for implantada em sua totalidade (ou por trechos que lhe garanta uma mínima funcionalidade); certo? Ao longo do seu trajeto é possível haver inúmeros “povos interessados” (19, neste caso, segundo o MPF). O que fazer se alguns “decidem” em favor da implantação da ferrovia e outros não? Como encaminhar?

“No meio do caminho tinha uma pedra; tinha uma pedra no meio do caminho...”

[Carlos Drummond de Andrade]

A concessão da Ferrogrão (EF-170) tem novo cronograma: o Governo Federal prevê o envio da documentação para análise do Tribunal de Contas da União (TCU) até o último trimestre deste ano, e a realização do leilão no início de 2026. A informação é da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), divulgada no evento “Desafios do Transporte Ferroviário e Competitividade do Setor Produtivo”, realizado no último 5 de agosto, em Brasília, e uma promoção da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – Abiove, com apoio de diversas outras entidades.

A Ferrogrão (FG), com 933 km de extensão, é um projeto ferroviário “greenfield”, em desenvolvimento desde 2011/2012, que visa ligar Sinop (no noroeste mato-grossense) a Miritituba-PA (município de Itaituba), às margens do Rio Tapajós: cerca de 360 km de Santarém-PA, onde as águas azuis-caribenho do Tapajós se encontram com as do Amazonas.

O projeto foi qualificado no Programa de Parcerias de Investimentos – PPI na 1ª Reunião do seu conselho, em 2016, por meio da Resolução nº 2, convertida no Decreto 8.916. Ele foi também incluído no “Novo PAC” (Programa de Aceleração do Crescimento), em 2024.

Mas, se o projeto foi mais uma vez revisado em seu traçado, e o processo avança em termos de modelagem e tramitações administrativas, os obstáculos para licenciamento ambiental e no front judicial ainda não foram totalmente resolvidos. Pior, surgiram novos:

- Na véspera do evento da CNA/Abiove houve manifestação dos povos indígenas em oposição à implantação da FG.
- Há quatro meses (2/MAI/25), no âmbito da ADI-6553 (1º/SET/20), o PSOL e o Instituto Kabu, na condição de amicus curiae, requereram “A ampliação da medida cautelar com a suspensão de todo procedimento de licenciamento ambiental da EF-170 (em toda a administração pública federal) e da proposta de concessão em tramitação no MT e seus órgãos vinculados (ANTT e INFRA S.A), incluindo a realização de Leilão da Ferrogrão em 2025”; sob alegação de descumprimento de tal medida cautelar, concedida em 15/MAR/2021 “para suspender a eficácia da Lei n.º 13.452/2017”.
- Na sequência (27/JUN/25) o Instituto Kabu e o Centro Santo Dias de Direitos Humanos (CSDDH) protocolaram a Ação Civil Pública – ACP nº 1001591-51.2025.4.01.3908 na Vara Federal de Itaituba-PA. A par de alguns pedidos formais, no mérito pedem “Que seja concedida tutela provisória de urgência..... para determinar imediata suspensão de todo e qualquer trâmite administrativo, técnico, orçamentário, licitatório ou institucional relacionado à concessão da ferrovia EF-170 (Ferrogrão), em qualquer órgão da Administração Pública Federal, notadamente a ANTT, o MT (Ministério dos Transportes), a Casa Civil da PR (Presidência da República) e, bem como do TCU, até que sejam plenamente realizadas e comprovadas as consultas e o consentimento livre, prévio e informado (CCPLI) junto às comunidades indígenas afetadas, nos termos da Convenção nº 169 da OIT, da Constituição Federal (CF) e dos respectivos protocolos de consulta, com a aplicação de multa em caso de descumprimento”. Adicionalmente, “A condenação ao pagamento de indenização por danos morais coletivos às comunidades indígenas afetadas ... no valor de R\$ 1,7 bilhão, pela violação dos direitos garantidos pela CF e pela Convenção 169 da OIT...”.
- Quatro dias depois (1º/JUL/25), o Ministério Público Federal (MPF), reportando-se ao PA nº 1.23.000.000523/2023-09, instaurando no âmbito do 5º Ofício de Santarém, para “acompanhar os processos relacionados à FG em trâmite na ANTT, especificamente quanto a garantia do direito à consulta prévia, livre e informada, previsto na Convenção nº 169 – OIT (Organização Internacional do Trabalho), às comunidades tradicionais possivelmente afetadas no Estado do Pará pelo referido empreendimento” requereu “seu ingresso no polo ativo da lide, em litisconsórcio com as associações autoras (Kabu e CSDDH)...”.
- No último 9/SET/25 a Confederação Nacional do Transporte – CNT requereu “seu ingresso como amicus curiae” na ADI-6553 para “apresentação de memoriais, participação em eventuais audiências públicas e realização de sustentação oral”. A ADI, “conclusa”, aguarda despacho do relator há uma semana (desde 11/SET/25).

No centro das discussões da FG, como se pode observar, a Convenção OIT-169. E não se trata nem de fato isolado nem de expediente recente:

A dificuldade de licenciar o empreendimento, por quase uma década, levou o Consórcio Transporte a devolver a concessão da linha de transmissão Manaus-Boa Vista; posteriormente reencaminhada por meio de uma declaração de “interesse nacional”, em face da crise imigratória venezuelana. Os aproveitamentos hidro-energéticos do Tapajós e, mesmo, sua hidrovía não seguiram o mesmo caminho: o processo de licenciamento foi interrompido, e assim segue, apesar de que outras hidrelétricas na região foram retomadas. Cerca de 30 anos após a inauguração da Hidrelétrica de Tucuruí, 15 da conclusão de sua eclusa, onde foram investidos, na época, R\$ 1,66 bilhão, a navegação pelo Rio Tocantins ainda não é possível ao longo dos 12 meses do ano: pende o derrocamento do Pedral do Lourenço, cuja licença para derrocamento só veio a ser concedida pelo Ibama em maio último. Esses são apenas alguns exemplos.

No caso da FG, a discussão remonta a 2017 quando, por meio de uma “Recomendação”, MPF pediu “anulação” das audiências públicas agendadas pela ANTT: ela dava prazo para adoção de providências, fazia advertências, brandia ameaças de responsabilização por “improbidade administrativa”, e deixava no ar a possibilidade de um processo judicial específico e/ou uso do Inquérito Civil Público nº 1.23.008.000678/2017-19 (arquivado pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, em 9/AGO/22; sendo sucedido por “Procedimento Administrativo de Acompanhamento” – Item-36)

O que é a OIT-169?

Trata-se de Convenção da Organização Internacional do Trabalho – OIT, aprovada em 27/JUN/1989, atualmente ratificada por 24 dos 187 seus países-membros. Desses, 15 são latino-americanos e 5 europeus: Dinamarca, Noruega, Holanda, Espanha, Luxemburgo e Alemanha. Entre os não-ratificantes, pode-se citar a Austrália e Nova Zelândia, Bélgica, Canadá, China, Finlândia, França, Índia, Itália, Japão, Portugal, Rússia, UK e USA.

A OIT-169 é uma designação amplamente difundida. Mas no Brasil, a rigor, seria mais próprio mencionar-se os decretos que a incorporaram no ordenamento jurídico pátrio: Decreto Legislativo nº 143, de 20/JUN/2002; Decreto nº 5.051, de 19/OUT/2004 (revogado pelo Decreto nº 10.088/2019, que a incorporou como um de seus anexos).

Na sua aplicação a casos concretos, a OIT-169 é coadjuvada pela “Convenção Americana de Direitos Humanos – CADH” e a “Declaração Americana sobre Direitos dos Povos Indígenas”; recepcionada pelo Decreto nº 678, de 6/NOV/1992.

A análise da “Recomendação” do MPF é um bom roteiro, tanto para exegese da OIT-169 como para familiarização com a interpretação que foi sendo cristalizada; vez que suas premissas, análises, conclusões e enquadramentos, que se entrelaçam milimetricamente, como naqueles quebra-cabeças (“puzzles”) de milhares de peças, podem ser reconhecidos, quase como um “template”, em relatórios, discursos, trabalhos acadêmicos de norte ao sul do País; assim como em processos similares. Estes estão agora sistematizados no “Manual de Jurisprudência dos Direitos Indígenas”, publicado pelo MPF em FEV/19.

Texto esmerado, em português correto e compreensível, a “Recomendação” é assinada por 3 Procuradores do MPF em Itaituba-PA. Tem construção lógica bem articulada; e transita entre uma tese acadêmica e um didático documento doutrinário. Para (bem) além do seu objetivo específico, todavia, e ao longo de suas 10 páginas de considerandos, recomendações e advertências, vai-se tomando conhecimento da existência de áreas/territórios com governança bem específica e autônoma na terra brasilis. A saber:

Se com “status normativo supralegal”, segundo a “Recomendação”, a OIT-169 estaria em patamar igual ou superior à Constituição Federal? Vale analisar.

A par do Poder Executivo, estão colocados os representantes dos “povos interessados” (ou “comunidades e povos tradicionais”, em outro trecho) e de “comunidades que, a partir de suas próprias percepções, sinalizem a ocorrência de impacto”: Isso mesmo: “a partir de suas próprias percepções”! Todos com “poder de decisão” e “direito de escolher suas próprias prioridades”; apesar de que o art. 2º, 2ª, ser explícito quanto à premissa de “em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população”.

Assim é que, a par do processo de licenciamento ambiental a que todos os cidadãos, órgãos e empresas brasileiras estão submetidos, desenvolvido paulatinamente a partir da Lei nº 6.938, de 31/AGO/1981, está definida a “Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado – CCLPI”; elemento central de tais processos, e a ser conduzida “respeitando regras, protocolos e procedimentos apropriados, a serem definidos pela própria comunidade consultada”, conforme destaca Manual da DPLF/RCA (pg. 36ss). A se observar, no entanto, que não está explícito na Convenção a interpretação adotada pelos procuradores do art. 6º, 1ª, a de que a CCLPI é necessária

não apenas na “primeira decisão”; mas “em cada ato administrativo que autoriza o prosseguimento da política pública” (expressão grifada e negritada na “Recomendação!”).

Completando o arcabouço institucional, no lugar (ou sobre) dos órgãos de fiscalização, regulação e controles da República Federativa do Brasil – RFB, está a “Relatoria Especial da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas”. Dando um passo adiante, em NOV/2018, na 334ª Sessão da entidade, foi aprovado o “Plano Estratégico de Engajamento”, e na sessão subsequente, em MAR/19, a implementação do plano: o Brasil foi o único país, dentre 48, que votou contra sua implementação, “por temor de ele possa ser instrumento para a radicalização da Convenção e constrangimento dos países”.

No mais das vezes o texto da “Recomendação” é claro, explícito, preciso e fundamentado. Mas, aqui e acolá, inclui termos subjetivos e conceitos amplos a demandar interpretações (e reinterpretações) futuras e/ou caso a caso. São “ganchos” sempre disponíveis para serem utilizados a qualquer momento. P.ex.: i) a caracterização dos interlocutores (“povos interessados” ou “comunidades e povos tradicionais” – abrangendo-se “indígenas, beiradeiros, ribeirinhos e agroextrativistas”); ii) a motivação da consulta (“na medida em que afete suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma” – incluindo-se, para tornar a definição ainda mais imprecisa, terras “que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência”); e iii) forma de consulta (“procedimentos apropriados” e “válida manifestação de vontade”).

Até os contornos geográficos não são objetivamente definidos; nem sequer têm critérios objetivos para defini-los: “A Portaria Interministerial nº 60/2015... presume interferência de empreendimentos em terra indígena a uma distância de 10 km, presunção que, em hipótese nenhuma, exclui a realização de estudos para definir áreas afetadas e que estejam a uma distância maior”.

Esses entendimentos, todavia, não estão pacificados. O TCU vem também tratando de temas congêneres, com base nos mesmos diplomas, mas com interpretação distinta para aplicação das normas internacionais. P.ex; o Acórdão nº 2.723/2017-Plenário do TCU, conclui que “as comunidades indígenas não têm soberania sobre o seu território, e sim prerrogativa de uso. Quem tem de decidir o que é possível ser feito em terras indígenas é o Congresso Nacional” (vide, particularmente, itens nº 137-139, e 222-223).

A dimensão e implicações institucionais e constitucionais desse imbróglio é tema para longos debates de juristas, magistrados e políticos. Mas ele tem, também, questões e implicações práticas e imediatas. Duas, p.ex.:

Uma ferrovia normalmente tem centenas de quilômetros (933 km, no caso da FG). E ela só faz sentido se for implantada em sua totalidade (ou por trechos que lhe garanta uma mínima funcionalidade); certo? Ao longo do seu trajeto é possível haver inúmeros “povos interessados” (19, neste caso, segundo o MPF). O que fazer se alguns “decidem” em favor da implantação da ferrovia e outros não? Como encaminhar?

Suponha-se que uma “primeira decisão” teve a concordância de todos os “povos interessados”. Suponha-se, também, que a ferrovia foi posteriormente concedida (como encaminha agora para fazer o governo federal): há, pois, um concessionário que tem tanto o direito como o dever de implantar o projeto/empreendimento outorgado. E, segundo o entendimento dominante, suponha-se que os “povos interessados” não concordem com um determinado ato administrativo para “prosseguimento da política pública” (a ser efetivada através da implantação do projeto/empreendimento). O que fazer? Como proceder? De quem é a responsabilidade por eventuais prejuízos decorrentes?

Não teríamos produzido um paradoxo? Ou seja: ferrovia, é quase consenso, é um modo de transporte de alta eficiência energética, baixa emissão (gases de efeito estufa e particulados), seguro, amigável ao entorno, etc. etc. Mundo afora têm-se notícia de projetos cada vez mais ambiciosos. Todavia, no Brasil, com a governança que pouco a pouco foi sendo desenvolvida, difícil vislumbrar-se caminhos que viabilizem a implantação de novos trechos ferroviários (“greenfield”).

O irônico é que essa governança, engripada, tem se mostrado tremendamente eficaz para dificultar iniciativas dos poderes executivos RFB; nos seus 3 níveis. O mesmo não se pode dizer, p.ex., em relação à implantação de pistas de pouso em reservas; tampouco no tocante a estradas, atracadouros, e garimpos clandestinos; p.ex. Teriam os “povos interessados” se manifestado sobre suas implantações? Ou são essas as “prioridades” resultado de seus “poderes de decisão”? Elas foram “escolhidas” por meio de uma CCLPI (Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado)?

A Ferrogrão é apenas um exemplo: outros projetos ferroviários podem estar na fila de espera para seguir a mesma via crucis. Projetos hidroviários, rodoviários e portuários (para ficar só no campo da infraestrutura logística) de igual forma, vez que suas governanças são similares.

Será que não haveria outro arranjo, outra governança capaz de, simultaneamente, atender os respeitáveis valores, cultura e prioridades dos “povos interessados”, sem obstaculizar a implantação de ferrovias e projetos infraestruturais congêneres? Seria esse o único caminho? Esse um grande desafio!

É meritório o esforço que tem feito o MT, a ANTT e o empreendedor para avançar no processo em direção à concessão e à implantação de uma FG sustentável. Mas as frentes judicial e de licenciamento também precisam evoluir. Para tanto, a OIT-169 é um condicionante incontornável; um condicionante com aspectos subjetivos que já deferiam ter sido tratados/regulamentados de há muito. Mas não o foram.

Claro que a antevéspera da COP-30 não é um bom momento para se discutir essa questão. Mas, mais cedo ou mais tarde terá que ser enfrentada, e uma regulamentação, abrangente e compreensível, precisará daí emergir; sob pena de comprometer a implantação de projetos infraestruturais essenciais para o desenvolvimento do País: sim, um desenvolvimento sustentável. É possível!

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/09/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

INADIMPLÊNCIA DO AGRONEGÓCIO SALTA PARA 7% NA CAIXA, E BANCO REDUZ OFERTA DE CRÉDITO AO SETOR

Instituição divulgou resultados do segundo trimestre e apresentou lucro de R\$ 3,6 bilhões no período
Por João Sorima Neto — São Paulo



Inadimplência no agronegócio salta para 7% na Caixa e banco reduz ritmo de oferta de crédito ao setor — Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

A situação financeira do agronegócio, que enfrenta uma série de recuperações judiciais após quebra de safra em 2024, voltou a preocupar nos números do balanço do segundo trimestre da Caixa. A inadimplência do setor disparou para 7,02% entre abril e junho deste ano.

No primeiro trimestre, esse indicador estava em 4,3% e, na comparação com o mesmo período do ano passado, estava em 2,11%. A inadimplência do agro, classificada como atrasos de pagamento



acima de 90 dias, chama a atenção já que este ano a previsão é de colheita recorde de grãos e o setor deve puxar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), segundo previsões do mercado.

O saldo da carteira de crédito da Caixa destinada ao setor atingiu R\$ 60,5 bilhões no período, alta de 2,6% em comparação a 2024 e redução de 4,8% em relação a março. A Caixa quer manter o estoque de crédito destinado ao setor neste patamar.

Marcos Brasileiro Rosa, vice-presidente de finanças e Controladoria da Caixa, disse durante a apresentação dos resultados que as novas contratações de crédito do agro ficaram em R\$ 5,7 bilhões no período.

— Temos uma estratégia de manter esse segmento estabilizado e melhorar a qualidade desse crédito. Temos um grande desafio pela frente nesse segmento — afirmou ele, sinalizando que o banco colocou o pé no freio da oferta de crédito a esse segmento.

Especialistas avaliam que a alta do calote no agro se deve a três fatores. Muitos produtores tomaram crédito com a taxa Selic em baixa histórica entre 2020 e 2021 (em 2%) e depois sofreram com a queda no preço das commodities. Hoje, a Selic está em 15% ao ano.

O setor também enfrenta uma onda de recuperações judiciais, o que reflete na inadimplência, e o tarifaço de Donald Trump também afeta muitos produtos agrícolas, como o café, piorando a situação.

No Banco do Brasil, que financia quase 50% do agro no país, a inadimplência do setor também disparou e atingiu o recorde de 3,94%, ante 2,45% de um ano antes e 0,96% no fim de 2023.

Brasileiro disse que os chamados "créditos problemáticos" do agro na carteira do banco chegam a R\$ 6 bilhões e 50% desse montante já está provisionado.

No início deste mês, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou medida provisória que libera R\$12 bilhões para renegociação de dívidas de produtores rurais impactados por problemas climáticos. O Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou uma resolução flexibilizando os critérios de negociação de créditos em atraso

Caixa teve alta de 12% no lucro

A Caixa registrou lucro recorrente de R\$ 3,682 bilhões no segundo trimestre deste ano, alta de 12% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Nos seis primeiros meses do ano, o lucro líquido recorrente da Caixa foi de R\$ 8,9 bilhões, crescimento de 44,9% em relação ao primeiro semestre de 2024. Em relação ao primeiro trimestre deste ano, entretanto, houve queda de 29,9%.

Marcos Brasileiro disse que os números positivos são resultado da recuperação da margem financeira. A receita de intermediação financeira, por exemplo, cresceu 25% nos primeiros seis meses do ano.

O índice de inadimplência total (acima de 90 dias) subiu a 2,66% em junho, de 2,49% em março e de 2,20% em junho de 2024. A carteira de crédito total da caixa encerrou junho com saldo de R\$ 1,294 trilhão, alta de 10,1% no ano e de 2,1% no trimestre.

Líder no setor imobiliário, com participação de 67,6% no total, a carteira de crédito do setor na Caixa chegou a R\$ 875,4 bilhões no segundo trimestre, alta de 2,9% em relação ao trimestre anterior e 11,7% em 12 meses.

—No crédito imobiliário, nosso carro-chefe, tivemos 1,1 milhão de contratações, o que dá uma média diária de 3 mil contratações no primeiro semestre disse o presidente da Caixa, Carlos Vieira.

Mas as contratações do crédito imobiliário diminuíram o ritmo entre abril e junho. Elas somaram R\$ 57,3 bilhões no período, com alta de 16,1% em três meses e queda de 6,5% em relação ao segundo trimestre do ano passado.

O governo planeja a implantação de um novo modelo de captação de recursos para o crédito imobiliário, que deverá passar por um período de testes antes de entrar em vigor. O objetivo é ter uma alternativa aos recursos da poupança, que tem sido insuficiente.

Durante a entrevista de apresentação dos resultados, o presidente da Caixa disse que o novo modelo de financiamento para casa própria deve se estruturar a partir do mercado secundário de títulos imobiliários, mas ele não deu detalhes já que a proposta está sendo elaborada pelo Banco Central e ainda deverá ser aprovada Conselho Monetário Nacional (CNM).

O mercado secundário é um ambiente onde títulos de crédito imobiliário, já emitidos e negociados no mercado primário, são comprados e vendidos entre investidores, e não mais com o banco que originou o crédito. A expectativa é que o novo modelo seja apresentado no mês de outubro. Os recursos

A Caixa projeta crescimento entre 7,5% a 11,5% no crédito imobiliário em sua carteira este ano.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/09/2025

BC ARGENTINO FAZ NOVA INTERVENÇÃO NO CÂMBIO E, EM DOIS DIAS, JÁ INJETOU US\$ 432 MILHÕES PARA SEGURAR COTAÇÃO DO DÓLAR

Peso é negociado no limite da banda cambial acordada com FMI em meio a desgaste político de Milei

Por Janaína Figueiredo e com Bloomberg, Em Bloomberg — Buenos Aires



Presidente argentino, Javier Milei — Foto: Kent Nishimura/Bloomberg

O banco central da Argentina fez nova intervenção no mercado de câmbio hoje após o dólar superar o teto da banda cambial do país. Ao todo, foram injetados mais US\$ 379 milhões. Em dois dias, foram despejados US\$ 432 milhões no mercado, e analistas estimam que as reservas líquidas do BC argentino atualmente estejam em US\$ 6 bilhões.

Apesar da intervenção do governo no mercado, o dólar oficial fechou a 1.474,23 pesos, bem perto do limite da banda cambial para hoje, que é de 1.474,83 pesos.

O dólar chegou a 1.474 pesos às 11h50, no horário local. A banda cambial é ajustada diariamente, e o limite superior do peso para esta quinta-feira é de 1.474,83. Mas o sistema oficial de negociações do país só permite ofertas de compra e venda de dólares com diferenças de preços de 50 centavos e, por questões práticas, o banco central arredonda o número — com isso, na prática, o limite da banda de quinta-feira poderá ser considerado pelo BC local como de 1.475 pesos.

Na terça-feira, o BC argentino vendeu US\$ 53 milhões no mercado de câmbio, mostraram os dados diários sobre reservas internacionais do país divulgados no fim da noite. A intervenção foi a primeira após o país ter adotado um regime de banda cambial numa tentativa de liberalizar seu confuso mercado de câmbio, que há décadas funcionava com taxas controladas pelo governo.

Num dia de forte nervosismo nos mercados, os títulos argentinos estão sendo negociados com perdas e o risco-país superou os 1.300 pontos, chegando 1.337, o maior patamar em um ano.

A necessidade de intervir no câmbio foi mais um revés para o presidente Javier Milei, que enfrenta uma crescente perda de popularidade e uma deterioração nos indicadores econômicos — também na quarta-feira, foi divulgado que o PIB argentino se contraiu em 0,1% no último trimestre.

Até quarta-feira, a autoridade monetária argentina não havia atuado diretamente para reforçar o peso desde que Milei fechou um pacote de socorro de US\$ 20 bilhões com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em abril. Nesse arranjo, o banco central de Milei suspendeu alguns controles cambiais e concordou em deixar o peso flutuar livremente dentro de uma banda estabelecida, que se expande gradualmente em 1% ao mês.

Uma vez que o peso atinge o piso ou o teto da banda, as autoridades monetárias estão autorizadas, segundo o acordo com o FMI, a intervir diretamente.

Até então, o governo Milei vinha recorrendo a outros instrumentos para segurar a taxa de câmbio, como, por exemplo, operações no mercado futuro ou exigências maiores de depósitos compulsórios por parte dos bancos do país.



Membros e apoiadores do sindicato da educação durante uma manifestação em frente ao Congresso Nacional, em Buenos Aires. Em outro revés para Milei na quarta-feira, a Câmara dos Deputados rejeitou, por maioria de dois terços, os vetos de Milei a projetos de lei que aumentariam os gastos com universidades e saúde. — Foto: Tomas Cuesta/Bloomberg

As bandas definidas pelas autoridades no acordo com o FMI vão se ampliando gradativamente, 1% ao mês em cada direção, de forma escalonada diariamente. Usando esse cálculo, o peso ultrapassou o limite superior de 1.474,345 por dólar na quarta-feira, quando foi negociado a 1.474,50 por dólar.

No entanto, o sistema oficial de negociação da Argentina só permite ofertas de compra e vendas de dólar com até duas casas decimais (ou seja, de 50 centavos em 50 centavos). Isso faz com que, na prática, o banco central arredonde a cotação do peso no limite superior da banda cambial.

Assim, pelo critério de arredondamento feito pelo banco central argentino, o limite máximo da banda cambial na quarta-feira seria exatamente de 1.474,50 por dólar.

Ou seja, a autoridade monetária negou que tivesse havido rompimento da banda cambial porque, do seu ponto de vista, o limite não teria sido rompido. Apesar disso, os dados diários das reservas cambiais divulgados no fim da noite confirmam que houve uma intervenção no mercado de câmbio — o que, pelo acordo com o FMI, só pode ocorrer quando as cotações ultrapassam o limite máximo da banda cambial.

A intervenção no câmbio reflete as tensões crescentes no mercado argentino, com o governo Milei tentando conter a inflação, ao mesmo tempo em que precisa preservar suas reservas em dólar para que o governo continue pagando suas dívidas, inclusive com o FMI. O Fundo demonstrou preocupação, nos bastidores, de que o dinheiro liberado no seu pacote recorde de socorro ao país acabasse sendo "torrado" para segurar o dólar.

Com as eleições parlamentares do país a poucas semanas de distância, o presidente tenta projetar estabilidade econômica para conquistar mais apoio no Congresso e avançar com sua agenda de reformas econômicas. Por isso, analistas do mercado acreditam que as intervenções no câmbio devem continuar:

— A esta altura, eles precisam avançar e há munição para defender a banda em uma primeira fase
— disse Alejandro Cuadrado, estrategista do BBVA em Nova York.

Paula Gandara, diretora de investimentos da Adcap Asset Management, em Buenos Aires, também acredita que a pressão no mercado deve continuar elevada diante da proximidade das eleições legislativas nacionais da Argentina em 26 de outubro.

— A moeda vai permanecer no teto da banda — afirmou.



Protesto em frente ao Congresso Nacional: A Câmara dos Deputados da Argentina votou por mais de dois terços para rejeitar os vetos do presidente Javier Milei a um projeto de lei que aumenta o orçamento das universidades públicas e outro que amplia os gastos com saúde — Foto: Tomas Cuesta/Bloomberg

Mas investidores alertam que defender o peso no teto da banda pode ter um custo elevado, já que as reservas líquidas do banco central do país permanecem muito baixas.

Muitos já falam que talvez seja preciso acelerar a flexibilização cambial, ajustando mais rapidamente os limites para as cotações de câmbio.

— É melhor ajustar a banda para cima. Eles precisam reduzir as taxas locais para evitar uma recessão e manter a sustentabilidade fiscal. Contanto que seja de forma ordenada, tudo bem. Também é importante evitar queimar reservas em moeda estrangeira em uma batalha que provavelmente não vão vencer — avalia Thierry Larose, gestor de portfólio da Vontobel Asset Management.

As perdas do peso não poderiam vir num momento pior para o governo de Milei. O sentimento do mercado na Argentina já é negativo, enquanto investidores questionam seu apoio político vacilante após uma dura derrota eleitoral em uma votação provincial em Buenos Aires, no início deste mês.

Em outro revés na quarta-feira, a Câmara dos Deputados rejeitou, por maioria de dois terços, os vetos de Milei a projetos de lei que aumentariam os gastos com universidades e saúde. Agora, esses projetos seguem para o Senado, que é ainda mais hostil ao governo.

Novos dados oficiais também confirmaram que a economia teve uma leve contração no segundo trimestre, enquanto economistas esperavam um crescimento moderado. Além disso, uma nova pesquisa mostrou que a taxa de desaprovação de Milei atingiu um novo recorde em setembro.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/09/2025

CANAL DO PANAMÁ LANÇA PROJETO DE GASODUTO PARA TRANSPORTAR COMBUSTÍVEL DOS EUA PARA A ÁSIA

Combustível chegaria por navio ao Caribe panamenho e, após cruzar istmo pelo gasoduto, seria reembarcado no Pacífico com destino ao continente asiático

Por AFP — Cidade do Panamá



Navio de carga atravessa o Canal do Panamá: em um ano normal, 13.000 navios passam pelo canal — Foto: Federico Rios/The New York Times

A Autoridade do Canal do Panamá (ACP) iniciou nesta quinta-feira negociações com 23 empresas interessadas em um projeto de gasoduto paralelo à hidrovia interoceânica para facilitar o transporte de combustível dos Estados Unidos para a Ásia. A ACP planeja iniciar a construção de um gasoduto de 77km em 2027 para transportar propano, butano e etano da

Costa Leste dos Estados Unidos para China, Japão e Coreia do Sul, um negócio que a autoridade do canal estima que dobrará na próxima década.

O combustível chegaria por navio ao Caribe panamenho e, após cruzar o istmo pelo gasoduto, seria reembarcado no Pacífico com destino à Ásia. O canal "iniciou o processo de seleção da concessionária com uma abordagem inicial ao mercado, em um evento realizado na Cidade do Panamá, com a presença de mais de 45 representantes de empresas do setor de energia em todo o mundo", informou a ACP em comunicado.

A nota acrescenta que entre as 23 empresas presentes estavam as petrolíferas Shell e ExxonMobil. Na terça-feira, o chefe da ACP, Ricaurte Vásquez, afirmou que a demanda por gás de petróleo "dobrá na próximos 10 anos" e, se o Panamá não construir o gasoduto, poderá surgir "uma rota diferente" para seu transporte.

O gasoduto poderá custar entre US\$ 2 bilhões e US\$ 8 bilhões (entre R\$ 10,64 bilhões e R\$ 42,53 bilhões na cotação atual), dependendo se todos os três gases ou apenas um deles forem transportados. Cerca de 5% do comércio marítimo global passa pelo Canal do Panamá, cujos principais usuários são os Estados Unidos e a China.

Mais de 90% do propano, butano e etano enviados dos Estados Unidos para a Ásia utilizaram o Canal do Panamá até 2023, mas essa porcentagem vem diminuindo. De acordo com as projeções da ACP, o gasoduto permitiria o transporte de 2,5 milhões de barris de combustível por dia. A ACP estima que a concessionária será selecionada no quarto trimestre de 2026.

Vásquez acredita que o transporte de gás aumentará nos próximos anos devido à industrialização da Índia e à capacidade de exportação dos Estados Unidos. O canal, inaugurado pelos Estados Unidos em 1914, conecta mais de 1.900 portos em 170 países.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/09/2025

COM LANCE DE R\$ 1,7 BILHÃO, CONSÓRCIO ROTA DA LIBERDADE VENCE LEILÃO DE RODOVIA QUE LIGA OURO PRETO E MARIANA

Investimento previsto é de R\$ 6 bilhões; trecho concedido tem 190 quilômetros

Por João Sorima Neto — São Paulo



Trecho da BR 356, que foi concedido nesta quinta na b3, em São Paulo — Foto: Denatran

O consórcio Rota da Liberdade, formado por construtoras e empresas de engenharia, venceu nesta quinta-feira o leilão do lote rodoviário que interliga as cidades de Ouro Preto e Mariana, em Minas Gerais, com o Rio de Janeiro e Brasília. O leilão de concessão, em forma de Parceria Público Privada (PPP), foi realizado nesta quinta-feira, na B3, em São Paulo.

Liderado pela construtora Metropolitana, o consórcio ofereceu deságio de 13,2% (lance de R\$ 1,7 bilhão) sobre a contraprestação máxima dada pelo governo de Minas Gerais, superando a oferta da concorrente Houer Concessões, consultoria especializada em infraestrutura, que ofereceu deságio de 0,02% (R\$ 1,9 bilhão). O prazo da concessão é de 30 anos.

O investimento previsto é de R\$ 6 bilhões e, desse total, R\$ 2 bilhões virão de um acordo de reparação feito pelo governo de Minas em relação ao rompimento da barragem do Fundão, em Mariana. O trecho concedido tem 190 quilômetros e é conhecido como Via Liberdade.

A concessão vai viabilizar a duplicação total da BR-356 e trazer outras melhorias no trecho que liga a MG-329, em Rio Casca, passando pela MG-262 e BR-356, até a BR-040, em Nova Lima, formando um importante corredor logístico, turístico e econômico da região.

O advogado Rodrigo Campos, sócio de infraestrutura e regulatório do escritório Vernalha Pereira, avalia que o fato de o lote ter atraído dois concorrentes é p, já que se trata de um trecho desafiador do ponto de vista da engenharia. Além disso, diz, o perfil dos licitantes, um grupo de construtoras de médio porte e empresa de consultoria de engenharia, sinaliza o interesse de novos players em leilões de rodovias, que enxergam oportunidades específicas em cada projeto.

— O desconto ofertado pelo grupo vencedor, de 13,20%, está em linha com os percentuais de lances vencedores de outros leilões, o que, aparentemente, confere exequibilidade ao projeto — avaliou.

A advogada Kamila Maria de Albuquerque Bezerra, especialista em direito público e regulatório do Toledo Marchetti Advogados, diz que a concessão ajuda a modernizar a malha rodoviária de Minas, e impulsiona a economia da região no segmento de turismo.

— O desafio estará no acompanhamento regulatório, para garantir que os compromissos assumidos sejam cumpridos e que o interesse público seja preservado — afirma ela.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/09/2025

PRINCIPAL ASSESSOR DO SECRETÁRIO DO TESOUREO DOS ESTADOS UNIDOS DEVE SER INDICADO COMO Nº 2 NO FMI

Nomeação de Daniel Katz colocaria um funcionário estreitamente alinhado com a agenda econômica internacional de Trump no topo da instituição global que os EUA afirmaram precisar de uma reformulação

Por The New York Times — Washington



Chefe de gabinete do secretário do Tesouro Scott Bessent (foto acima) deve ser nomeado pelo governo de Donald Trump como número 2 do FMI — Foto: Bloomberg

O governo Trump planeja nomear Daniel Katz, chefe de gabinete do secretário do Tesouro, Scott Bessent, para o cargo de número 2 no Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo pessoas familiarizadas com a decisão. Katz atua como chefe de gabinete de Bessent desde janeiro.

A medida colocaria um funcionário estreitamente alinhado com a agenda econômica internacional do governo no topo de uma instituição global que os Estados Unidos afirmaram precisar de uma reformulação.

Katz, que não é economista de formação, substituiria Gita Gopinath, que deixou o cargo de primeira vice-diretora-gerente no fim do mês passado para retornar ao seu posto de professora de economia na Universidade Harvard. O principal vice-diretor do FMI geralmente é indicado pelos EUA e nomeado pela diretora-gerente da organização, Kristalina Georgieva.

Assim, a vaga de Gita deu a Trump a oportunidade de nomear seu substituto e deixar sua marca no credor global em tempos de crise. Katz atua como chefe de gabinete de Bessent desde janeiro. Gopinath substituiu Geoffrey Okamoto, que foi indicado de Trump e ocupou o cargo por menos de dois anos.

A Casa Branca e o Departamento do Tesouro não responderam imediatamente aos pedidos de comentário. Um porta-voz do FMI disse que o processo estava em andamento e que a diretora-gerente faria um anúncio quando a decisão fosse tomada.



Gita Gopinath deixou o cargo de primeira vice-diretora-gerente do FMI no fim de agosto — Foto: Julia Nikhinson/Bloomberg

A breve passagem de Katz pelo Departamento do Tesouro foi marcada por controvérsias. Em janeiro, ele enviou um e-mail a um pequeno grupo de funcionários do Tesouro solicitando acesso a um sistema de pagamentos restrito, como parte de um esforço para suspender repasses à Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional e cumprir a ordem executiva do presidente Donald Trump de 20 de

janeiro para interromper a ajuda externa.

“Na medida permitida por lei, gostaríamos de implementar a suspensão o mais rápido possível para garantir que estamos cumprindo nosso papel de atender à ordem executiva”, escreveu Katz, segundo e-mails revisados pelo The New York Times.

Desde então, Katz foi citado em processos judiciais relacionados a ações movidas por estados que tentavam impedir o Departamento de Eficiência Governamental de obter acesso a dados pessoais. Katz ajudava a supervisionar o trabalho do DOGE dentro do Tesouro.

Antes de ingressar no Departamento do Tesouro como principal assessor de Bessent, Katz foi pesquisador sênior em economia no Manhattan Institute, um centro de estudos de orientação conservadora.

Katz atuou como banqueiro de investimento no Goldman Sachs Group e veterano do Departamento do Tesouro no primeiro mandato de Trump. Ele obteve seu diploma de Direito na New York University School of Law e sua graduação na Yale College, segundo sua biografia obtida junto ao Manhattan Institute.

() Com informações da Bloomberg*

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/09/2025

METALÚRGICOS DA EMBRAER SUSPENDEM PARALISAÇÃO E FAZEM NOVA CONTRAPROPOSTA À EMPRESA

Categoria pede agora reajuste salarial de 9,5%; reivindicação inicial era de 11%

Por João Sorima Neto — O Globo



Metalúrgicos da Embraer decidiram suspender greve e fazem nova contraproposta de aumento salarial à empresa — Foto: Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região

Em assembleia realizada nesta quinta-feira, os metalúrgicos da Embraer decidiram suspender a greve iniciada ontem pela manhã, segundo informação do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região. A categoria, que reivindicava aumento salarial de 11%, também votou uma contraproposta: reajuste de

9,5%.

Aumento salarial: Metalúrgicos da Embraer paralisaram atividades por reajuste salarial de 11%. A Embraer ofereceu aumento salarial de 5,05% e, depois da paralisação, aumentou a proposta para 5,5%, índice que foi rejeitado numa assembleia realizada na tarde ontem.

A nova reivindicação será apresentada pelo sindicato à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que representa a Embraer nas negociações da campanha salarial. Os trabalhadores mantiveram a reivindicação de vale-compras de R\$ 1 mil — a Embraer oferece R\$ 450 (atualmente o valor está em R\$ 400).

Também pedem a assinatura da convenção coletiva sem retirada de direitos. Segundo o sindicato, a Embraer quer a redução do período de estabilidade para os trabalhadores lesionados, o que foi rejeitado pelos metalúrgicos. Eles exigem a assinatura do documento na íntegra, sem redução de direitos. A convenção coletiva da categoria garante estabilidade no emprego até a aposentadoria para vítimas de doenças e acidentes de trabalho na fábrica. Desde 2017, o documento não é renovado pela Fiesp.

De acordo com o Sindicato, policiais militares estiveram na entrada da unidade de São José dos Campos nesta manhã. Eles retiraram faixas que estavam fixadas na entrada principal da fábrica, segundo os sindicalistas.

— A Embraer usou aparato do Estado para intimidar trabalhadores e reprimir o direito de greve, previsto na Constituição — declarou o diretor do sindicato, Herbert Claros, que disse que a greve não acabou, apenas foi suspensa. Na assembleia desta manhã, os trabalhadores decidiram manter o estado de mobilização. A Embraer não se manifestou.

No total, a Embraer emprega cerca de 12 mil pessoas em São José dos Campos.

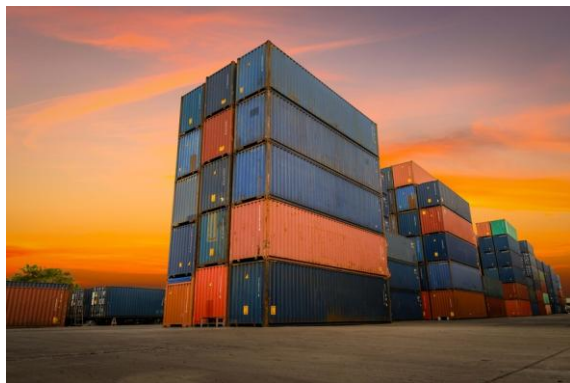
Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/09/2025

BNDES ABRE CRÉDITO DE R\$ 40 BILHÕES PARA EXPORTADORES AFETADOS POR TARIFAS DOS EUA

Linha de financiamento oferece recursos para capital de giro, inovação e novos mercados, com a exigência de manter postos de trabalho

Por Bruna Lessa — Brasília



Exportadores e importadores utilizam Trava de Câmbio e NDF — Foto: Adobe Stock

Empresas brasileiras que sentiram o baque das tarifas de 50% impostas pelo governo de Donald Trump já podem pedir socorro financeiro. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) abriu nesta quinta-feira a etapa de inscrições do Plano Brasil Soberano, pacote de crédito criado para amenizar os prejuízos da medida norte-americana.

O programa movimentará R\$ 40 bilhões, sendo R\$ 30 bilhões provenientes do Fundo Garantidor de Exportações (FGE) e R\$ 10 bilhões do próprio BNDES. O dinheiro poderá ser usado para reforçar o capital de giro, investir em máquinas, adaptar processos produtivos ou bancar a entrada em novos mercados.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, pontuou que a contrapartida é manter os empregos.

— O BNDES vai socorrer as empresas e a contrapartida é manter os empregos para a economia continuar crescendo e o país não ser prejudicado por essas medidas autoritárias, unilaterais e injustificadas — disse.

Quem pode pedir

- FGE – empresas de qualquer porte que, entre julho de 2024 e junho de 2025, tenham obtido ao menos 5% do faturamento com exportações para os EUA de produtos listados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.
- BNDES – companhias cujos produtos receberam qualquer tarifa extra, independentemente do impacto no faturamento.

Como funciona

O primeiro passo é checar se a empresa se enquadra — é possível verificar no site do BNDES. O acesso exige login pelo GOV.BR com certificado digital. Depois, o sistema mostra quais linhas de crédito podem ser solicitadas. A recomendação é procurar o banco com o qual a empresa já tem relação; grandes companhias podem negociar diretamente com o BNDES.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/09/2025

GALÍPOLO DIZ QUE AUTONOMIA DO BC É UMA PROTEÇÃO NÃO PARA DIRETORES, E SIM PARA O PAÍS

Presidente afirma que órgão precisa manter 'coragem, estrutura e institucionalidade'

Por Bruna Lessa — Brasília



Presidente do Banco Central Gabriel Galípolo, durante cerimônia de comemoração de 60 anos do Banco Central — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, reforçou nesta quinta-feira que a autonomia da instituição é um mecanismo de defesa do interesse público e não uma blindagem pessoal para seus dirigentes. Ele falou durante o segundo Seminário Nacional de Crédito Consignado, organizado pela Revista Justiça & Cidadania, em Brasília.

— A autonomia é um processo de proteção não pros diretores, mas para o país, para que os diretores se sintam à vontade para tomar as decisões que são melhores para o país, independente de cálculo político — afirmou.

Galípolo disse ainda que o BC precisa manter “coragem, estrutura e institucionalidade” para dialogar com os demais poderes quando surgem questões que extrapolam suas funções tradicionais.

— O entendimento do Banco Central como órgão de Estado brasileiro é justamente para que, diante de algum problema que esteja em uma área cinzenta, e que às vezes nem é uma atribuição óbvia do BC, a instituição tenha a coragem, a estrutura e a institucionalidade necessárias para tomar decisões que contribuam com o país, em diálogo com os poderes, para que possamos oferecer a melhor solução ao cidadão — completou.

Autonomia conquistada em 2021

A defesa de Galípolo acontece pouco mais de quatro anos depois de o Banco Central conquistar autonomia formal. A Lei Complementar nº 179, sancionada em fevereiro de 2021 pelo então presidente Jair Bolsonaro após três décadas de debate no Congresso, transformou o BC em uma autarquia de natureza especial.

Pela regra atual, o presidente e os oito diretores do BC têm mandatos de quatro anos, não coincidentes com o do presidente da República, e só podem ser exonerados em casos específicos: pedido do próprio dirigente, doença incapacitante, condenação judicial ou desempenho insuficiente comprovado. O objetivo foi blindar a política monetária de pressões político-partidárias e dar previsibilidade ao controle da inflação.

Pressão do Congresso sobre a autonomia

Líderes do Centrão apresentaram um requerimento de urgência para acelerar a votação de um projeto que permite ao Legislativo destituir o presidente e os diretores da instituição.

O texto, de 2021, prevê a exoneração da cúpula do BC por maioria absoluta da Câmara e do Senado sempre que “a condução das atividades do Banco Central for incompatível com os interesses nacionais”. Hoje, apenas o presidente da República pode afastar dirigentes, e somente em casos específicos, como doença incapacitante, condenação judicial ou desempenho insuficiente comprovado.

O movimento é liderado pelo deputado Cláudio Cajado (PP-BA) e recebeu apoio de PP, MDB, PL, PSB e Republicanos — partidos que somam mais de 300 deputados, número superior ao necessário para aprovar a urgência.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/09/2025

BNDES ABRE CANAL PARA EMPRESAS ATINGIDAS PELO TARIFAÇO DE TRUMP PEDIREM CRÉDITO EMERGENCIAL. VEJA COMO ACESSAR

Operador dos financiamentos do Plano Brasil Soberano, banco de fomento disponibilizará R\$ 40 bilhões. Primeiro passo é consulta na internet

Por Vinicius Neder — Rio de Janeiro



Navio no Porto do Rio — Foto: Dado Galdieri/Bloomberg

Um mês depois do lançamento, em Brasília, do Plano Brasil Soberano, o pacote de socorro de R\$ 40 bilhões do governo federal para as empresas mais afetadas pelo tarifaço dos Estados Unidos sobre as exportações brasileiras, o BNDES abriu hoje um canal específico para as firmas interessadas darem entrada nos pedidos de empréstimo.

O primeiro passo para recorrer ao socorro será verificar a elegibilidade de cada empresa ao programa, no site do BNDES. As consultas estarão disponíveis a partir de 8h.

Passo a passo

Segundo o banco de fomento, uma vez no link, disponível aqui, os passos são os seguintes:

- O usuário da empresa deve se autenticar, utilizando a plataforma Gov.br, exclusivamente por meio do certificado digital da firma
- Após a autenticação, o sistema informará se a empresa é elegível
- Se a empresa for elegível, a página informará quais soluções do Plano Brasil Soberano poderão ser solicitadas
- A recomendação do BNDES para as firmas elegíveis de menor porte é que o interessado entre em contato com o banco comercial com o qual já têm relacionamento, que poderão repassar os financiamentos

- No caso das empresas de maior porte, com empréstimos acima de R\$ 50 milhões, podem fazer o pedido diretamente ao BNDES

Como o BNDES e a equipe econômica já haviam anunciado, têm direito ao crédito subsidiado as empresas, de todos os portes, cuja receita com exportações aos Estados Unidos de bens incluídos nas sobretaxas aplicadas pelo governo Donald Trump seja igual ou superior a 5% de seu faturamento bruto total entre julho de 2024 e junho de 2025.

Os bens atingidos pelas sobretaxas devem estar conforme uma lista publicada no site do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), disponível aqui.

Os juros dos empréstimos vão de 7,2% ao ano a 10,3% ao ano, dependendo da linha de crédito e do porte da empresa. Os prazos vão de cinco a dez anos, com carência de um ou dois anos, também dependendo da linha.

Ao todo, são quatro linhas de crédito:

- Capital de Giro, para financiar gastos operacionais gerais
- Giro Diversificação, para financiar a busca de novos mercados
- Bens de Capital, para financiar a aquisição de máquinas e equipamentos
- Investimentos, para financiar projetos de inovação tecnológica, adaptação da atividade produtiva de produtos, de serviços e de processos, e adensamento da cadeia produtiva

R\$ 40 bilhões em crédito

No Plano Brasil Soberano, o total de R\$ 30 bilhões em crédito com juros abaixo das taxas de mercado vem do Fundo Garantidor de Exportações (FGE). O FGE já existia, para garantir as operações de financiamento do comércio exterior, mas teve suas regras alteradas, em medida provisória (MP), para que parte de seus recursos pudesse ser emprestada pelo BNDES.

Adicionalmente aos recursos do FGE, o banco de fomento mobilizou mais R\$ 10 bilhões, de fontes próprias, que estarão disponíveis para quaisquer empresas que tenham sido afetadas pelas sobretaxas americanas, mesmo que o impacto seja abaixo de 5% do faturamento bruto anual, com condições menos vantajosas do que as do FGE.

Nesse caso, são duas linhas de crédito:

- Giro Emergencial Complementar, para financiar gastos operacionais gerais
- Giro Diversificação Complementar, para financiar a busca de novos mercados

Manutenção de empregos em contrapartida

Como já anunciado, além da elegibilidade inicial, as empresas beneficiadas pelos empréstimos do Brasil Soberano terão que se comprometer a manter o nível de empregos.

Em nota, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, frisou esse ponto, lembrando que “a contrapartida é manter os empregos para a economia continuar crescendo e o país não ser prejudicado por essas medidas autoritárias, unilaterais e injustificadas”, numa referência às sobretaxas comerciais aplicadas pelos EUA.

“O governo do presidente Lula busca a negociação e não vai deixar ninguém para trás, a exemplo do que fizemos com Rio Grande do Sul, quando o BNDES entrou com R\$ 29 bilhões e o estado se recuperou e viu a economia crescer no ano passado, após o maior desastre natural da história”, diz a nota de Mercadante.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 18/09/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

COP DOS CEOS: SETOR PRIVADO ESVAZIA CONFERÊNCIA EM BELÉM E CONCENTRA PRESENÇA EM EVENTOS EM SP

Diante de dificuldades logísticas de Belém, executivos de grandes empresas se reunirão em eventos em São Paulo na semana que antecede à conferência da ONU sobre mudança climática

Por Luciana Dyniewicz

Apesar da convocação do presidente da COP-30, o embaixador André Corrêa do Lago, para que o setor privado vá à Belém participar da conferência sobre mudanças climáticas da ONU, os principais representantes desse segmento, os CEOs das grandes empresas, não deverão viajar ao Pará.

A avaliação dos executivos, que pediram para não serem identificados, é que há um risco de se tornarem alvos de ataques de ativistas ambientais e que a questão logística — sobretudo a escassez de locais para hospedagem — dificulta a participação no evento.

Alguns estão optando por fazer bate e volta de São Paulo para Belém, cedendo espaço para que os profissionais da área de sustentabilidade de suas empresas estejam na COP por um período mais longo. Outros participarão apenas de eventos sobre sustentabilidade que ocorrerão em São Paulo na semana anterior à COP, além de reuniões fechadas.

No fim de agosto, em sua última carta divulgada até agora, Corrêa do Lago convidou o “setor privado — CEOs, investidores, inovadores, empreendedores — a se unirem a nós”. “Venham a Belém, tragam e conheçam soluções, colaborem e contribuam”, escreveu.



Parque da Cidade, em Belém, receberá a COP30 Foto: Raphael Luz / Ag. Pará

O embaixador reconheceu que há desafios logísticos, mas acrescentou que é “exatamente este o momento em que o setor privado pode liderar pelo exemplo, demonstrando que liderança climática significa engajamento com o mundo real”. Para o presidente da COP, é preciso uma colaboração público-privada para que se consiga adotar medidas de combate à crise climática na escala necessária.

Executivos, no entanto, apontam que, por questões de compliance, não podem se hospedar em apartamentos cujos proprietários são pessoas físicas. Os preços elevados dos hotéis desestimularam as empresas a levarem equipes maiores e, em meio à onda de notícias negativas sobre a questão logística, houve um recuo geral dos CEOs.

Enquanto Belém sofrerá esse esvaziamento, São Paulo deverá observar um movimento intenso do setor privado nos dias que antecedem a conferência da ONU. Entre os grupos de WhatsApp do empresariado, circula o slogan “A COP também é aqui”.

São Paulo receberá, por exemplo, o Climate Action Innovation Zone, evento entre 6 e 9 de novembro no qual serão apresentadas soluções e inovações de empresas para a questão climática. O diretor-geral do International Finance Corporation (IFC), Makhtar Dipo, será um dos palestrantes do evento, que pela primeira vez desde 2021 não acontece na cidade-sede da COP.

Uma das organizadoras do Climate Implementation Zone (programação que faz parte do Climate Action Innovation Zone), Marina Cançado, fundadora da Converge Capital, afirma que o evento será realizado em São Paulo para mostrar para quem não vai para Belém o comprometimento do setor privado com a agenda climática.

Também nos dias anteriores à conferência de Belém, marcada para entre 10 e 21 de novembro, o setor privado deverá se encontrar em São Paulo para o Finance Forum (organizado pela Bloomberg Philanthropies e agendado para os dias 3, 4 e 5 de novembro) e o PRI in Person (conferência sobre investimento responsável), entre 4 e 6 de novembro.

No Finance Forum, a Sustainable Business COP (SB COP), iniciativa liderada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) para o setor privado influenciar as decisões que serão tomadas na conferência sobre o clima, participará com uma programação em que também apresentará soluções das empresas para o clima e o meio ambiente. A SB COP reúne entidades equivalentes à CNI de 43 países, representando 35 milhões de empresas.

Nas últimas edições da COP, de 2024 no Azerbaijão, de 2023 nos Emirados Árabes Unidos e de 2022 no Egito, a presença de grandes CEOs também não foi significativa. Mas, na de 2021 na Escócia, houve uma presença relevante, dizem os executivos.

De forma reservada, representantes do setor privado mais próximos à organização da COP afirmam que já ficou claro que serão poucos os presidentes de grandes companhias presentes na conferência. A intenção, portanto, será valorizar os que estiverem em Belém e dar destaque ao fato que a empresa que enviou seu CEO coloca a agenda climática como uma pauta prioritária.

Também está sendo articulado para que esses poucos CEOs presentes atuem como representantes informais de seus setores de atuação. A ideia é que eles conversem com seus colegas e levem os posicionamentos setoriais.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/09/2025

DO CAMPO À ENERGIA: SETOR PRIVADO IMPULSIONA SOLUÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE NO BRASIL

Mas ainda há gargalos que precisam ser enfrentados para o País não perder oportunidades na transição energética

Por Eduardo Geraque

O embaixador André Aranha Corrêa do Lago, presidente designado da COP-30, reunião climática anual da ONU que vai começar no dia 10 de novembro, em Belém, não deixou dúvidas em sua sétima carta destinada especialmente ao setor privado. “O momento de agir com urgência é agora. O setor privado já acelerou a transição de maneiras significativas, mas agora precisa avançar ainda mais, aumentando seu engajamento para tornar essa transformação uma realidade exponencial”, afirmou o diplomata no documento, forma tradicional de comunicação do presidente anual da reunião com a sociedade.

Os exemplos positivos em curso, seja no agro ou no setor energético, são vários, como lembra Lago. Alguns deles foram apresentados durante o Fórum Estadão Economia Verde, realizado no Teatro Cultura Artística, no centro da capital paulista, nesta quinta-feira, 18. No caso da produção agrícola, há unanimidade sobre o papel central que o produtor, sempre na ponta da cadeia, desempenha. Isso significa, portanto, entender os problemas que ele enfrenta com o intuito de solucioná-los.

A diretora de sustentabilidade da JBS, Liège Correia e Silva, detalhou, por exemplo, a preocupação da empresa em facilitar o acesso de pequenos produtores rurais ao crédito. “Muitas vezes, a questão já para aqui. Sem uma área regularizada, os produtores não conseguem acessar as vias de financiamento”, afirmou a executiva.

Um mapeamento do grupo identificou que 15% de um universo de 110 mil propriedades rurais espalhadas pelo Brasil não atendem plenamente às exigências legais e, por isso, não conseguem o dinheiro.

Por isso, a empresa resolveu criar um programa, com oferta de suporte técnico, para os produtores poderem corrigir as diversas irregularidades legais encontradas e, dessa forma, dedicar-se à produção.



“Lembrando que a área é do produtor e ninguém pode dizer o que ele vai fazer com ela. Mas, se antes havia demora de anos na fila para obtenção de crédito, conseguimos reduzir esse prazo para aproximadamente oito meses em algumas regiões, o que ainda é bastante”, explica Correia e Silva. Pelos números apresentados durante o evento, 20 mil propriedades — em um universo de aproximadamente 7 milhões — já foram regularizadas com a iniciativa do setor privado.

Exemplos positivos em curso, seja no agro ou no setor energético, são vários. Alguns deles, inclusive, foram apresentados durante o Fórum Estação Economia Verde Foto: Werther Santana/Estação

Do campo para a geração de energia, entraves para a entrada dos biocombustíveis como fonte energética prioritária para o Brasil também estiveram na pauta dos debates do Fórum Economia Verde. Um dos nós que preocupa o setor é a retirada dos biocombustíveis como insumo energético para movimentar as térmicas.

O tema faz parte do novo leilão de reserva de capacidade para contratar usinas térmicas e hidrelétricas que o governo colocou em discussão. Depois de não ter sido realizado em junho de 2025, a expectativa agora é que o certame ocorra no primeiro trimestre de 2026. O objetivo da iniciativa é garantir segurança no fornecimento de energia diante da intermitência das fontes renováveis e dos baixos níveis dos reservatórios.

Na versão mais recente das regras, as térmicas movidas a biodiesel foram excluídas, o que levou à suspensão de investimentos, como um projeto de R\$ 500 milhões da Binatural. O setor pressiona pela reinclusão do biocombustível, argumentando que a decisão inviabiliza empreendimentos sustentáveis.

Hoje, portanto, o biodiesel está fora do leilão, mas a questão ainda pode ser revista por meio de negociações e disputas judiciais. “Estamos otimistas que isso será realmente revisto, porque fomos muito claros durante a fase de consulta pública”, afirma Manuel Viveiros, líder de vendas da Binatural. Independentemente do curso do leilão federal, a produção da empresa brasileira continua em crescimento por outras estratégias, como o foco no setor de combustíveis.

Para isso, o pequeno produtor rural também é importante, como mostram os dados da companhia. Com operações em Goiás e na Bahia, a Binatural ampliou o uso de matérias-primas da agricultura familiar no Norte e no Nordeste, de 10% para 30% em 2024, com previsão de aumento para este ano. A companhia mantém parceria com 25 mil famílias, que fornecem insumos como mamona, açaí e baru para a produção industrial.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 18/09/2025

OPINIÃO - ROMEU ZEMA CRITICA NORDESTE, MAS 40% DO ESTADO DE MINAS É DEPENDENTE DO BOLSA FAMÍLIA

No Chama o Nery desta semana, colunista mostra que regiões mais pobres, com menos empresas, têm mais benefícios e poucos empregos formais

Por Redação

As falas do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, sobre a dependência do Nordeste do programa Bolsa Família geraram desconforto entre as lideranças da região, que veem preconceito no discurso. Mas qual a relação entre emprego formal (CLT) e Bolsa Família no Estado de Minas Gerais? No Chama o Nery desta semana, o colunista do Estadão Pedro Fernando Nery responde essa questão (ver conteúdo na íntegra no vídeo acima).

“É natural que em lugares mais pobres exista bem mais Bolsa Família do que empregos com carteira assinada. São regiões que não tem muitas empresas e, portanto, recebem apoio estatal”, diz Nery. Segundo ele, Minas Gerais, que é um Estado de transição, também enfrenta esse problema.

“Se você olha para o conjunto do Estado, Minas vai ter mais emprego formal do que Bolsa Família. Mas quando você olha os municípios individualmente, vai ver que quase 40% dos municípios mineiros têm mais pessoas recebendo Bolsa Família do que emprego com carteira assinada.”



Governador de Minas Gerais, Romeu Zema, critica dependência do Nordeste pelo Bolsa Família Foto: Reprodução/TV Cultura

No total, são cerca de 300 municípios. Enquanto em Belo Horizonte e região, tem mais emprego formal, com carteira assinada, no norte de Minas, o resultado é o contrário. Cônego

Marinho e Setubinha, por exemplo, têm muito mais gente no bolsa família do que com carteira assinada. A pior relação, de cerca de 20 vezes, é no município de Pedra Bonita.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/09/2025

MAIOR AEROGERADOR DAS AMÉRICAS INICIA OPERAÇÃO NA BAHIA, EM INICIATIVA DA PETROBRAS, WEG E STATKRAFT

Equipamento de 220 metros de altura pode gerar energia equivalente ao consumo anual de cerca de 15 mil residências

Por Gabriela da Cunha (Broadcast)

RIO - A Petrobras informou nesta quinta-feira, 18, que, em parceria com a Weg e a Statkraft, colocou em operação o maior aerogerador onshore (em terra) das Américas. A Petrobras aportou R\$ 130 milhões por meio da cláusula de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O aerogerador de 7 megawatt (MW) de potência instalada foi desenvolvido pela Weg, a partir de acordo entre as companhias assinado em 2023, e comprado e instalado pela Statkraft no projeto de modernização do Parque Eólico de Seabra, no Complexo de Brotas de Macaúbas, na Bahia.

A Petrobras diz que o aerogerador pode gerar cerca de 2.500 MWh/mês, equivalente ao consumo anual de cerca de 15 mil residências brasileiras, e que uma das vantagens do uso é a redução do

custo da energia. “Com essa capacidade, produz mais eletricidade por unidade de área ocupada, reduzindo a necessidade de instalação de múltiplos aerogeradores”, diz a empresa.



Petrobras investiu R\$ 130 milhões em projeto Foto: Dida Sampaio/Estadão

Em nota, a diretora de Transição Energética e Sustentabilidade da Petrobras, Angélica Laureano, destaca que os aprendizados acumulados durante esse desenvolvimento “suportarão outros projetos de geração renovável, reforçando nosso compromisso com a diversificação em negócios de baixo carbono”.

A cláusula de PD&I da ANP, que viabilizou os recursos para o projeto, faz parte dos contratos de concessão para exploração e produção de petróleo e gás natural e prevê que as empresas invistam um percentual de sua receita bruta, gerada pelos campos de grande produção, em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

No mesmo comunicado, a diretora de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Renata Baruzzi, destaca que a decisão da Petrobras, ao “direcionar parte de seus investimentos para cocriar uma nova geração de equipamentos de energia eólica”, permite “subsidiar a empresa em futuros projetos”, além de contribuir para a diversificação da matriz energética brasileira.

O projeto contou ainda com a contribuição do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do governo federal por meio do Ministério do Meio Ambiente.

O equipamento, que terminou a fase de comissionamento em julho, tem 220 metros de altura do solo até a ponta da pá, equivalente à altura de seis estátuas do Cristo Redentor, e pesa 1.830 toneladas, correspondente a cerca de 1.660 carros populares ou 44 Boeings 737. A WEG prevê que ele poderá ser produzido em série a partir da demanda do mercado por novos projetos eólicos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/09/2025

SOCORRO AOS EXPORTADORES: BNDES COMEÇA A RECEBER PEDIDOS DE CRÉDITO NESTA QUINTA-FEIRA

Empresas impactadas pelo tarifaço do presidente Trump terão acesso a recursos que somam, no total, R\$ 40 bilhões

Por Daniela Amorim (Broadcast)

Rio - O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) começa a receber a partir desta quinta-feira, 18, os pedidos de crédito no âmbito do Plano Brasil Soberano para as empresas impactadas pelo tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a exportadores brasileiros.

O banco de fomento informa que as companhias interessadas precisam verificar se são elegíveis ao apoio financeiro. A consulta pode ser feita a partir das 8h desta quinta-feira no site <https://www.bndes.gov.br/elegibilidade-brasil-soberano>.

“Os interessados precisarão se autenticar utilizando a plataforma gov.br, exclusivamente por meio do certificado digital da empresa. Após a autenticação, o sistema informará se a empresa é elegível e quais soluções do Plano Brasil Soberano podem ser solicitadas”, disse o BNDES.

Após a verificação, o banco de fomento recomenda que a empresa entre em contato com algum banco que já possua relacionamento financeiro. Empresas de grande porte podem fazer a solicitação de financiamento diretamente ao BNDES.

“O BNDES vai socorrer todas as empresas e a contrapartida é manter os empregos para a economia continuar crescendo e o País não ser prejudicado por essas medidas autoritárias, unilaterais e injustificadas”, disse o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, em nota. “O governo do presidente Lula busca a negociação e não vai deixar ninguém para trás, a exemplo do que fizemos com Rio Grande do Sul, quando o BNDES entrou com R\$ 29 bilhões e o estado se recuperou e viu a economia crescer no ano passado, após o maior desastre natural da história.”

O socorro às companhias brasileiras afetadas pelas tarifas dos Estados Unidos soma R\$ 40 bilhões em crédito, sendo R\$ 30 bilhões com recursos do Fundo Garantidor de Exportações (FGE) e R\$ 10 bilhões do próprio BNDES. Os recursos estão disponíveis em linhas para financiamento a capital de giro e a investimentos em adaptação da atividade produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos e busca de novos mercados.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/09/2025



VALOR ECONÔMICO (SP)

FERROVIA MEXICANA PRETENDE SER ALTERNATIVA AO CANAL DO PANAMÁ PARA COMÉRCIO COM ÁSIA

A operadora afirma que a ferrovia — um atalho pelo sul do México — pode entregar mercadorias aos Estados Unidos mais rapidamente do que o Canal do Panamá ou uma rota por meio do Canadá

Por Nikkei Asia — Veracruz (México)



— Foto: Andrew Martin/Pixabay

Um corredor ferroviário que liga os oceanos Pacífico e Atlântico (na altura do Golfo do México) surgiu como uma nova opção em logística global. Hoje ele já é utilizado por uma das maiores montadoras do mundo.

A operadora afirma que a ferrovia — um atalho pelo sul do México — pode entregar mercadorias aos Estados Unidos mais

rapidamente do que o Canal do Panamá ou uma rota por meio do Canadá.

A Hyundai Motor, da Coreia do Sul, tornou-se este ano a primeira montadora a utilizar a ferrovia, e uma grande montadora americana teria manifestado interesse.

O governo mexicano está investindo 100 bilhões de pesos (US\$ 5,4 bilhões) no desenvolvimento do corredor e em áreas portuárias.

O Trem Interoceânico do Istmo de Tehuantepec iniciou suas operações em dezembro de 2023 com a Linha Z, com 308 quilômetros de extensão, conectando Salina Cruz, no Oceano Pacífico, e Coatzacoalcos, no Golfo do México, em uma viagem de aproximadamente sete horas. A linha atraiu atenção inicialmente pela retomada do serviço de trens de passageiros.



Em 2024, foi inaugurada a Linha FA, com 329 km de extensão, ligando Salina Cruz a Palenque, o ponto de partida do Trem Maia. Outra rota, a Linha K, com 459 km, se ramificará antes de Salina Cruz para seguir para Ciudad Hidalgo, perto da fronteira com a Guatemala. Sua inauguração está prevista para o próximo ano.

O objetivo final é estabelecer um importante corredor ferroviário de carga para contêineres e outras cargas a granel que cruzam o istmo.

Do fim de março ao início de abril, a Hyundai utilizou a Linha Z, descarregando 900 veículos em Salina Cruz, transferindo-os para contêineres especiais e transportando-os por ferrovia até Coatzacoalcos.

A Hyundai estaria satisfeita com o tempo, os custos e a operação do transporte, e poderá utilizar o serviço novamente ainda este ano. "Não posso citar nomes, mas uma grande montadora americana também está interessada", disse Octavio Sanchez, chefe do projeto, abreviado como CIIT.

O CIIT não pode competir com o Canal do Panamá em termos de volume de carga em uma única viagem. Mas as autoridades afirmam que a ferrovia pode oferecer uma opção competitiva em termos de tempo e custo para a entrega de cargas no mercado americano.

De acordo com as estimativas do CIIT, leva-se em média 26,5 dias para transportar mercadorias de Xangai para Atlanta, uma cidade no sudeste dos Estados Unidos, usando a ferrovia. Isso é menos do que os 33 dias do Canal do Panamá. Rotas pela Costa Oeste dos Estados Unidos ou Canadá levam 27 e 29 dias, respectivamente, de acordo com as estimativas.

O transporte terrestre está se tornando mais caro nos Estados Unidos, portanto, há benefícios em termos de custo em passar pelo México, de acordo com o CIIT. Os Estados Unidos também enfrentam escassez de mão de obra devido à repressão do governo Trump à imigração.

Mas a maior preocupação com o Canal do Panamá é a falta de água. Em 2023 e 2024, os baixos níveis de água causaram esperas de até 40 dias. Alguns navios pagaram altas taxas extras para furar a fila.

O Canal do Panamá utiliza um reservatório para elevar o nível da água, permitindo a passagem de grandes navios. Uma seca fez com que os níveis de água baixassem em todo o canal, e a situação pode "piorar ainda mais", disse Sanchez.

O Trem Interoceânico é quase quatro vezes mais longo que o Canal do Panamá, mas a linha está localizada mais perto dos Estados Unidos, que é o destino final de muitos navios.

Em circunstâncias normais, o custo total do transporte de carga pelo Trem Interoceânico excederia o do Canal do Panamá, de acordo com a operadora ferroviária. Mas se houver congestionamento prolongado no canal, os benefícios da economia de tempo superariam as despesas extras.

"Embora o transporte ferroviário exija tempo e mão de obra para que a carga seja descarregada dos navios e depois recarregada do outro lado, dependendo da estação, também há tempos de espera no canal", disse Sanchez. "Usar o transporte ferroviário alivia esse problema."

No México, caminhões de transporte de automóveis são frequentemente alvos de ladrões, mas o transporte ferroviário reduz esse risco. Os pontos de espera ao longo da Linha Z contam com guardas armados.

"Está cada vez mais difícil garantir a segurança da carga nas estradas, mas as ferrovias são protegidas pela Marinha", disse Sanchez. "A Marinha é responsável por garantir a segurança de toda a malha ferroviária, para que o transporte seja seguro."

O governo mexicano começou a dragar os portos para prepará-los para receber navios porta-contêineres maiores. Mais de dez parques industriais e gasodutos foram desenvolvidos ao longo da rota. O governo está oferecendo subsídios para que empresas internacionais se expandam para a área.

Em contraste com a região central de Bajío e as áreas que fazem fronteira com os Estados Unidos, o sul do México tem atraído lentamente investimentos estrangeiros. Um dos fatores é a falta de rotas de transporte para os Estados Unidos. Ter uma alternativa ao Canal do Panamá atravessando a região sul poderia incentivar mais empresas a construir centros de produção e logística.

Uma linha ferroviária que cruzava o istmo de Tehuantepec foi inaugurada no início do século XX, mas posteriormente perdeu espaço para o Canal do Panamá após a inauguração da hidrovia em 1914.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/09/2025

COP30 PODE AGREGAR QUASE 2 PONTOS PERCENTUAIS AO PIB DO PARÁ

Efeito positivo tem potencial para 'transbordar' para outros Estados da Amazônia, mas inflação é risco no curto prazo

Por Anaís Fernandes — De São Paulo



Camila Saito: Oferta restrita de alojamento e delegações menores acabariam gerando movimentação menor — Foto: Masao Goto Filho/Valor

A Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), que acontecerá em novembro deste ano em Belém, deve trazer ao menos 1,5 ponto percentual (p.p.) ao Produto Interno Bruto (PIB) do Pará no curto prazo, impulsionando o crescimento do Estado e da região Norte como um todo, ante o agregado do país. A estimativa é da Tendências Consultoria.

Enquanto o PIB do Brasil deve crescer 2,2% em 2025, o do Norte avançaria 3,5%, e o do Pará, 4%, segundo a Tendências. É mais do que o esperado para as demais regiões: Centro-Oeste (3,3%), Nordeste (2,3%), Sul (2,2%) e Sudeste (1,8%).

“O impacto pode ser até um pouco maior, chegando a 2 p.p. Nosso número é um pouco conservador. Os anúncios de investimentos - em infraestrutura, mobilidade, saneamento, hospedagem, parques etc. - começaram em R\$ 4 bilhões e já estão chegando a R\$ 7 bilhões. No entanto, sobre muitas obras não temos tanta informação, por isso, estamos sendo conservadores para considerar todo esse volume”, afirma Camila Saito, economista da Tendências.

Além do bom desempenho das indústrias extrativa e metalúrgica por si só na região Norte e no Pará em 2025, o evento da COP30 deve impulsionar atividades de construção civil, comércio e serviços, bem como a massa de renda no Estado sede, aponta a Tendências.

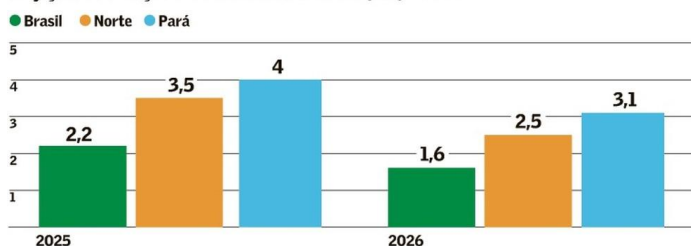
Dados do Caged, cadastro do governo federal para empregados com carteira assinada, mostram, por exemplo, que, enquanto o Brasil observa um crescimento de 3% no estoque de vínculos formais na construção civil em julho de 2025, ante 2024, em Belém o aumento é de quase 10%.

“O impacto é grande na construção, sendo que algum efeito já começou no ano passado. Considerando aquele anúncio inicial de R\$ 4 bilhões em obras, isso seria em torno de 40% do PIB da construção civil do Pará. É um volume bem expressivo”, diz Saito.

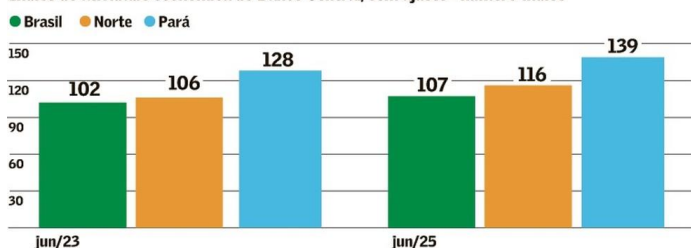
Impulso

COP30 movimentará economia no Pará e ajuda PIB do Norte

Projeções de variação do Produto Interno Bruto (PIB) - em %

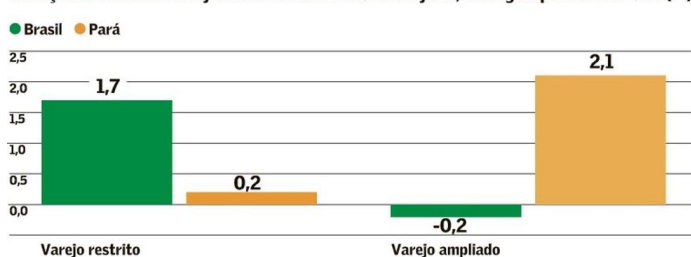


Índice de atividade econômica do Banco Central, sem ajuste - número-índice

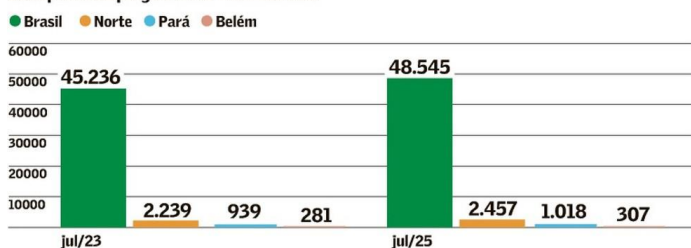


jun/23 x jun/25 5% Brasil 9% Norte 9% Pará

Variação do comércio varejista acumulada em 2025 até julho, ante igual período de 2024 (%)



Estoque de emprego formal - em milhares



jul/23 x jul/25 7,3% Brasil 9,7% Norte 8,5% Pará 9,1% Belém

Inflação acumulada em 12 meses até ago/25, por itens selecionados - em %

	Brasil		Região metropolitana de Belém	
Hospedagem	8,8		28,5	
Aluguel de veículo	15,8		26,9	
Autoescola	6,0		15,1	
Manicure	9,1		18,0	
Móvel para quarto	6,0		12,4	
Televisor	-2,4		3,7	
Conserto de aparelho celular	1,4		7,5	
Condomínio	4,8		10,1	
Cabeleireiro e barbeiro	7,9		11,4	
Aluguel residencial	5,2		8,3	
Gasolina	1,2		3,5	
Alimentação no domicílio	7,0		8,8	
IPCA	5,1		5,3	

Fontes: Tendências Consultoria, Sistema Gerador de Séries Temporais do Banco Central, IBGE e Caged

para mostrar que já estamos, há algum tempo, mudando nosso padrão de produção e

Só isso, segundo ela, já agregaria cerca de 1 p.p. para o PIB do Estado. “Depois, tem toda a movimentação de serviços, comércio, hotelaria, transporte. Isso é um pouco mais difícil de estimar, mas, olhando para edições passadas do evento, vimos que o montante movimentado pode gerar um impacto de mais 0,5 p.p. no PIB do Pará”, afirma Saito.

Na pesquisa do IBGE, o volume de vendas do varejo ampliado - que inclui veículos, material de construção e atacarejo - cai 0,2% para o agregado do Brasil no acumulado do ano até julho, ante igual período de 2024. No Pará, porém, é registrada alta de 2,1%.

Os impactos da COP30 em Belém podem se espalhar ainda para outras cidades e Estados próximos. “A gente espera um pouco desse movimento, principalmente pensando no turismo, para a Amazônia, por exemplo. Pode gerar um efeito positivo nos Estados ao redor”, diz Saito.

Além disso, os efeitos do evento de 2025 podem se propagar ao longo do tempo. Em 2026, o PIB do Brasil deve crescer 1,6%, enquanto o do Norte subiria 2,5%, segundo a Tendências. O PIB do Pará especificamente avançaria mais 3,1%, considerando a força da produção industrial ligada à mineração, mas o Estado ainda deve sentir os impactos positivos da COP30 sobre atividades de turismo e serviços como um todo, diz a consultoria.

Muitos outros eventos estão sendo trazidos para Belém”

— Lúcia Cristina Lisboa

A Tendências nota que, para o crescimento de 2,2% esperado para o Amazonas em 2026, por exemplo, turismo e serviços no geral ainda devem ganhar destaque com os efeitos da COP30 e eventos relacionados à agenda verde.

“Acredito que esse transbordamento não é imediato, mas há uma visibilidade para a Amazônia como um todo que pode gerar oportunidades futuras de negócios”, diz Lúcia Cristina Lisboa, assessora econômica da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Pará (Fecomercio-PA).

No caso do Pará, ela diz acreditar que o foco que a região receberá será “uma oportunidade

comercialização para algo mais sustentável”. “Com essa visibilidade, a expectativa é despertar interesse internacional e nacional para novos investimentos. Temos capacidade para energia limpa, ecoturismo, bioeconomia, comercialização de crédito de carbono”, afirma, referindo a isso como “um legado”.

No curto prazo, diz, investimentos em infraestrutura, na melhoria da rede hoteleira e em pontos turísticos têm gerado mais emprego. “Observamos movimentos na economia antes mesmo da COP30. Muitos outros eventos e congressos estão sendo trazidos para Belém”, afirma Lisboa. “Não acreditamos em insuficiência de mão de obra. Houve algumas estratégias, do próprio governo em parceria com instituições, para capacitação e treinamento de equipes, especialmente no que diz respeito a idiomas estrangeiros.”

Alex Carvalho, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), diz que, no curto prazo, a COP gerou a antecipação de investimentos para preparar a cidade, mas que o evento não marca o início, e sim a aceleração de uma tendência de crescimento da economia local que já vinha acontecendo. “Nos últimos dez anos, a indústria do Pará cresceu, em média, 2,99% ao ano, impulsionada principalmente pelo setor extrativo, que avançou 4,34%”, afirma.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), da qual a Fiepa faz parte, projeta a geração de 12.263 novos empregos formais na indústria do Pará nos próximos três anos, diz Carvalho. “Para atender a essa demanda, será necessário qualificar 286 mil profissionais em áreas como logística e transporte, construção civil e em setores diretamente relacionados às necessidades da COP30, como obras e instalações (incluindo energia solar), gestão de resíduos, tecnologia, redes de comunicação.”

Belém sofre, no entanto, com indicações de aumento abusivo de preços, o que, eventualmente, pode afetar as estimativas positivas para o impacto da COP30 na economia da cidade e do Estado, reconhece Saito. “Pode ter uma oferta um pouco restrita de alojamento, e algumas reportagens falam de delegações trazendo menos pessoas, o que acabaria gerando uma movimentação menor”, afirma.

Lisboa, da Fecomercio-PA, reconhece que houve aumento de preços, sobretudo em hospedagem, e, principalmente, pela pressão de novos entrantes no mercado imobiliário, segundo ela. “A Fecomercio-PA orienta que a oportunidade de maior demanda seja aproveitada, mas com regras claras e preços justos”, afirma.

Carvalho, da Fiepa, diz que “críticas fazem parte do processo” e que há “plena consciência dos desafios”. “Mas não concordamos com as tentativas de desqualificar Belém como sede da COP30”, afirma. O caminho, segundo ele, é “mostrar com clareza os esforços que estão em curso e reafirmar que o Pará está preparado”, diz, citando articulação dos governos federal e estadual e da organização da COP para garantir hospedagem no período do evento. “Esses ataques não atingem apenas o Pará, atingem o Brasil como um todo, porque a COP30 é uma oportunidade nacional”, afirma.

No longo prazo, a Tendências estima que o Norte pode crescer 2,7% ao ano entre 2027 e 2034 com a maturação de investimentos em mineração, distribuidoras de energia elétrica e saneamento; melhorias na redução de gargalos logísticos, como concessões de ferrovias e portos; e o Novo PAC, com investimentos em habitação, transporte e logística, especialmente no Pará, aponta. Seria um crescimento acima da média do Brasil para o período, estimado em 2,3% ao ano.

“Com obras mais estruturais, o efeito da COP sobre a região pode, em tese, ser de dar um salto e permanecer. Obras em transporte e logística melhoram estradas; pode haver aumento da capacidade do aeroporto. Esses são efeitos que perduram, porque você tem uma maior capacidade e pode movimentar mais. No saneamento, são obras que não enxergamos muito, mas que têm efeitos sociais, de saúde”, diz Saito.

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

WÄRTSILÄ DARÁ SUPORTE PARA 3 NAVIOS DE GNL DA CLSICO

Da Redação Indústria naval 18/09/2025 - 17:17



O grupo Wärtsilä assinou com a China LNG Shipping International Co.(CLSICO) contrato de 15 anos para manutenção de três navios transportadores de GNL, com objetivo de garantir a operação segura no ciclo de vida da embarcação. O acordo, fechado no terceiro trimestre do ano passado e implementado a partir do mês de agosto, visa, segundo as empresas, garantir a confiabilidade operacional, flexibilidade na programação de manutenção e otimizar o tempo entre revisões das embarcações. Os navios Al Tuwar, Al Mas'habiyyah e Fat'h al Khair têm aproximadamente 300 metros de comprimento, capacidade para

transportar 174.000 metros cúbicos e operam com dois motores bicompostíveis Wärtsilä 34DF de oito cilindros e dois de seis cilindros.

Andrew Johnston, gerente geral da CLSICO, disse que, como o setor de transporte de GNL está em período de rápido desenvolvimento, a empresa busca operar os navios de GNL com segurança, confiabilidade e eficiência. “Os navios transportadores de GNL estão sob maior pressão para cumprir prazos apertados e, com o aumento na demanda e a necessidade de entregas pontuais, a confiabilidade operacional tornou-se mais crítica do que nunca. Os contratos de ciclo de vida da Wärtsilä desempenham papel importante, garantindo que continuemos a otimizar as operações e a manutenção de nossas embarcações com mais eficiência”, afirmou.

A CLSICO explicou que visa alcançar eficiência de custos e confiabilidade operacional ideais para seus motores auxiliares e que, com o novo contrato, poderá usar dados do motor por meio do Expert Insight, solução de manutenção preditiva da Wärtsilä. A solução digital oferece planejamento dinâmico de manutenção para otimizar os custos de manutenção, enquanto sua conectividade permite suporte remoto 24 horas por dia, sete dias por semana, para resolução mais rápida de problemas e maior disponibilidade dos ativos.

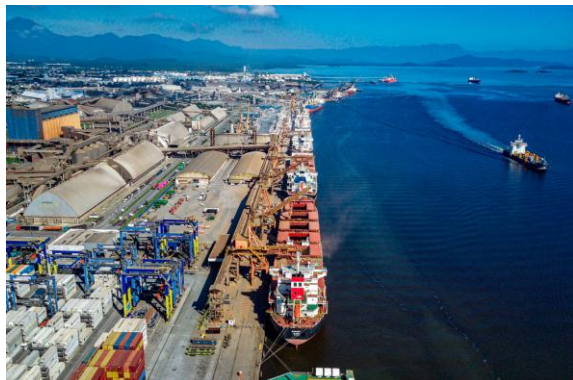
Além disso, a solução pode prever problemas potenciais antes que eles ocorram, ajudando os operadores a reduzir os custos de manutenção não programada. “No complexo mercado marítimo atual, o aproveitamento de contratos de serviço, ferramentas digitais e dados e análises em tempo real pode maximizar o tempo de atividade do ciclo de vida e o OPEX de uma embarcação, ajudando as frotas a operar de forma otimizada, permanecerem competitivas e cumprirem as metas de descarbonização atuais e futuras”, disse Henrik Wilhelms, diretor de vendas de contratos da Wärtsilä Marine.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 18/09/2025

COM CALADO AMPLIADO PARA 13,30M PARA GRANELEIROS, PARANAGUÁ AUMENTA CAPACIDADE DE EXPORTAÇÃO

Da Redação Portos e logística 18/09/2025 - 16:03

A Portos do Paraná anunciou, nesta quinta-feira (18), que recebeu em agosto autorização para aumentar o calado de 13,10 metros para 13,30 metros. O aumento anterior ocorrera em dezembro de 2024, quando passou de 12,80m para 13,10m, e ampliou a capacidade de exportação do terminal em mais de 5%, o que representou mais de 800 mil toneladas adicionais movimentadas até agosto.



O aumento autorizado agora, pela praticagem e pela Marinha do Brasil, se aplica aos berços 201, 202, 204, 209, 211, 212 e 213, destinados à movimentação de cargas como açúcar, farelo, fertilizantes, milho e soja em grão. Com isso, aumenta em até 1,5 mil toneladas a capacidade de transporte de cada navio que deixa o terminal com graneis sólidos.

A autorização para aumento do calado é consequência, segundo a administração portuária, de obras de derrocagem concluídas no ano passado de investimentos frequentes que faz em dragagem. “O

nosso objetivo é receber navios cada vez maiores, que possam embarcar mais mercadorias”, afirmou o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

Em 22 de outubro será realizado, na Bolsa de Valores do Brasil (B3), leilão para concessão do canal de acesso aos portos paranaenses. O investimento previsto é de R\$ 1,23 bilhão, a ser executado nos cinco primeiros anos do contrato, que terá vigência de 25 anos.

Entre as exigências que o vencedor terá que cumprir estão a ampliação do calado para 15,5m nos cinco primeiros anos da concessão e sua manutenção até o fim do contrato e redução de 12,63% da taxa Inframare, paga pelas embarcações para acessar os portos, até que todo o cronograma de melhorias previsto no edital de concessão seja concluído. Além disso, terá que fazer estudos e levantamentos hidrográficos, dragagem, derrocagem e instalar toda a sinalização.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/09/2025

CONAB PROJETA 354 MILHÕES DE TONELADAS DE GRÃOS NA SAFRA 2025/26

Da Redação Portos e logística 18/09/2025 - 16:03



A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) divulgou, nesta quinta-feira (18), seu boletim Perspectivas para a Agropecuária 2025/2026, no qual projeta a colheita de 353,8 milhões de toneladas de grãos na próxima safra brasileira, com aumento de 1% na comparação com a anterior. Segundo o informe, se confirmada a previsão, será o maior volume colhido no país. A projeção, explica a instituição, tem como base a expectativa de aumento na área cultivada, de 81,74 milhões de hectares na safra passada para 84,24 milhões de hectares, e de queda de 2% na produtividade média das

lavouras, que deve ficar em 4.199 quilos por hectare.

Para a soja, principal produto cultivado no país, a previsão é de que sejam colhidas 177,67 milhões de toneladas, 3,6% a mais que as 171,47 milhões de toneladas do ciclo 2024/25, o que representaria novo recorde na produção do grão e confirmaria o Brasil como maior produtor mundial. O resultado seria influenciado pelo aumento da área cultivada e pela recuperação da produtividade no Rio Grande do Sul.

No caso do algodão, também há previsão de recorde, com produção de 4,09 milhões de toneladas e aumento de 0,7%. Segundo a Conab, o resultado previsto leva em conta o aumento de 3,5% área semeada, principalmente na Bahia, no Piauí, em Minas Gerais e no Tocantins. A Companhia explica que o aumento da área plantada está sendo influenciada pela boa rentabilidade e pela possibilidade de venda antecipada da produção.

No caso do milho, as projeções indicam produção de 138,3 milhões de toneladas e redução de 1% em relação ao ciclo 2024/25, apesar do aumento de área cultivada tanto na primeira quanto na

segunda safra, por causa da queda na produtividade média nacional nas lavouras. A expectativa é que não será alcançado o patamar considerado excepcional registrado na safra 2024/25, beneficiada por condições climáticas favoráveis.

A Conab explica que a ampliação da área cultivada é influenciada pela expectativa de aumento no consumo interno, para atender à demanda para produção de etanol. Além disso, é esperado aumento das compras do produto sul-americano por países asiáticos, em detrimento do produzido nos Estados Unidos, como resposta à elevação de tarifas de importação impostas pelo governo americano.

Ao contrário do previsto para outros grãos, a expectativa da Conab é de redução das áreas de cultivo de arroz, de 1,76 milhão de hectares em 2024/25 para 1,66 milhão de hectares no ciclo 2025/26, com produção de 11,5 milhões de toneladas. A retração é consequência da queda do preço do produto decorrente da ampliação da produção nacional e internacional no ciclo passado, o que gerou excedente de oferta. É esperada também redução de 4,8% na produtividade média das plantações.

Já para o feijão a expectativa é de que o volume colhido fique perto dos 3,1 milhões de toneladas na safra 2025/26. Somadas as três safras anuais da leguminosa, a Conab prevê área semeada de 2,7 milhões de hectares e produtividade média nacional de 1.141 quilos por hectare.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/09/2025

PL 733: GOVERNO VAI APRESENTAR EM 10 DIAS PROPOSTA À COMISSÃO ESPECIAL, DIZ MINISTRO

Por Danilo Oliveira Portos e logística 17/09/2025 - 23:19



Em audiência no Congresso, Silvano Costa Filho afirmou que MPor e Antaq devem apresentar posição sobre temas críticos do projeto de lei, que revisa atual marco regulatório do setor portuário

O ministro de portos e aeroportos (MPor), Silvano Costa Filho, disse, nesta quarta-feira (17), que sua pasta dialoga com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e deve apresentar, dentro de 10 dias, uma proposta de governo à comissão especial do Congresso que trata do projeto de lei

733/2025, que revisa o atual marco regulatório do setor portuário (Lei 12.815/2013).

Costa Filho disse que, acima de tudo, cabe nesse processo a reflexão sobre a Lei 12.815, para que essa legislação possa ser revisitada. "O projeto visa desburocratizar, acelerar investimentos e aprimorar a Lei 12.815/2013. Espero que, ao final, tenhamos avanços na questão trabalhista, de arrendamentos, na segurança e no papel institucional de cada ente federativo — governo federal, Antaq, federações do setor portuário e dos trabalhadores", disse o ministro, que foi convidado da comissão especial da Câmara dos Deputados.

Na ocasião, ele destacou avanços no acordo entre federações do setor portuário, tanto das entidades patronais quanto laborais, firmado em setembro. "Esse entendimento histórico, que trará mais segurança jurídica, contribuirá para a geração de emprego e renda e representará um passo importante para a modernização da atividade portuária no Brasil", afirmou.

Costa Filho mencionou as dificuldades enfrentadas para contratação de mão de obra, além dos desafios para capacitação desses profissionais. Ele também ressaltou a necessidade de ajustes na redação do texto para eliminar insegurança jurídica em questões envolvendo, por exemplo, as renovações e os tempos dos arrendamentos portuários.

“O debate público e a escuta de diferentes vozes são fundamentais para que possamos oferecer ao Congresso Nacional um texto equilibrado e capaz de atender às necessidades do setor e da sociedade”, defendeu.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/09/2025

COMITÊ ACOMPANHARÁ OBRAS DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ

Da Redação Portos e logística 17/09/2025 - 19:07



A Autoridade Portuária de Santos (APS) publicou, na última terça-feira (16), portaria que cria o Comitê Regional Permanente de Monitoramento de Impactos Ambientais, que vai acompanhar e avaliar os impactos socioambientais da construção do Túnel Santos-Guarujá. Os participantes poderão apresentar sugestões para reduzir os problemas que possam ser causados pela obra.

Além da APS, integrarão o Comitê representantes da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), da Associação Comercial de Santos, da Associação Comercial do Guarujá, do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista (Condesb), do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), da empreiteira responsável pelas obras, do governo paulista, do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), do Ministério Público Federal, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), das prefeituras de Santos e do Guarujá, das sociedades civis das duas cidades, dos pescadores da região e da Superintendência de Patrimônio da União (SPU). Também serão convidadas a integrar o grupo as universidades e as unidades de conservação da Baixada Santista.

O presidente da APS, Anderson Pomini, explicou que o Comitê terá como um de seus principais objetivos prestar apoio a todas as comunidades do entorno durante a realização das obras. “Até que o túnel seja entregue, a APS irá acompanhar, com os outros órgãos, o reflexo na vida dos moradores e das demais pessoas que passam pelo Porto de Santos”, afirmou.

A proposta é de que o Comitê tenha regimento próprio e se reúna ao menos a cada dois meses para acompanhar o andamento da abertura do túnel e avaliar as consequências socioambientais. A expectativa é de que o trabalho conjunto permita a integração entre porto e cidades, incluindo moradores, comerciantes e outros empresários da região e os que trabalham ou passam pelo complexo portuário.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/09/2025

WK NATPOWER E GRUPO SHANDONG PORT ASSINAM MOU PARA ACELERAR ELETRIFICAÇÃO DE NAVIOS

Da Redação Portos e logística 17/09/2025 - 19:02



para corredores globais de transporte verde que liguem a China e a Europa.

A Wah Kwong NatPower Holdings Limited (“WK NatPower”) e o Shandong Port Group (SPG), o maior grupo portuário do mundo, anunciaram na última segunda-feira (15) a assinatura de memorando de entendimento para desenvolverem em parceria projetos para fornecer energia de terra para embarcações. O acordo, segundo os parceiros, será iniciado pela Qingdao Port International, um dos terminais mais automatizados do mundo, e explorará novos modelos de negócios para embarcações elétricas, com intercâmbio de tecnologia e de conhecimento, como bases

O objetivo central das empresas é acelerar a eletrificação de navios, não apenas por meio da expansão de ligações com pontos de abastecimento de eletricidade, mas com novas aplicações para carregamento de propulsão que reduzirão a dependência de combustíveis fósseis no cais e no mar. Além disso, os signatários do memorando assumem o compromisso de compartilhar tecnologia e experiência, para que o conhecimento desenvolvido nos portos de Shandong e pelos projetos globais de infraestrutura limpa da WK NatPower possa ser compartilhado e acelerar soluções possíveis e comercialmente viáveis.

Pelo acordo, a WK NatPower e o Shandong Port Group colaborarão para alavancar a experiência do Shandong Port Group no fornecimento de energia em terra e apoiar a expansão da rede global de serviços de energia em terra da NatPower, conectando os portos da SPG aos corredores verdes globais, fornecendo soluções integradas e completas para clientes de transporte marítimo internacional. Essa iniciativa, explicam os parceiros, terá papel fundamental na redução das emissões de carbono em toda a indústria marítima e na aceleração da transição energética.

A parceria priorizará ainda a exportação e a aplicação mais ampla dessas soluções, começando com projetos conjuntos em Hong Kong e na China Continental e se estendendo à Europa. Juntos, esses esforços permitirão a criação de corredores de transporte marítimo verdes interconectados, transformando as principais rotas comerciais em cadeias de suprimentos de baixa emissão.

Além disso, serão priorizadas a expansão de uma rede global de serviços de energia em terra e soluções integradas e completas de carregamento para companhias marítimas internacionais, reduzindo as emissões de carbono em escala e acelerando a transição energética nos principais polos globais. “A aliança com o Porto de Qingdao é um passo importante para a descarbonização das cadeias de suprimentos globais. Ao integrar nossa expertise e redes, estamos construindo um ecossistema para o transporte marítimo sustentável e fornecendo ao setor soluções para atingir zero emissões líquidas”, afirmou Vincent Ni, gerente geral da WK NatPower.

Stefano D.M. Sommadossi, CEO da NatPower Marine UK e diretor adjunto da Wah Kwong NatPower Holding classificou a parceria com o Shandong Port Group como crucial na busca por descarbonizar o transporte marítimo global. “Ao combinar a expertise internacional da NatPower com a liderança e a escala da SPG, não estamos apenas promovendo a energia em terra e a propulsão elétrica na China, mas estabelecendo as bases para corredores verdes globais que conectam a Ásia e a Europa”, disse.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/09/2025

APS ASSINA ACORDO PARA INSTALAÇÃO DE NOVO COMPLEXO DA PF NO PORTO DE SANTOS

Da Redação Portos e logística 17/09/2025 - 19:13



O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, assinaram nesta terça-feira (16), em Brasília, memorando de entendimento para instalação da nova sede da delegacia da Polícia Federal no Porto de Santos. A instituição vai ocupar um prédio de 10 andares que já foi do Ministério da Pesca, em frente ao Centro de Convenções, na entrada do canal e dentro da poligonal do complexo portuário.

O empreendimento vai receber investimentos de R\$ 58 milhões da APS, com participação da Ferrovia Interna do Porto de Santos (FIPS). A nova unidade da Polícia Federal abrigará unidades de polícia judiciária, administrativa e o Núcleo Especial de Polícia Marítima (Nepom).

Costa Filho disse que a assinatura do memorando é um marco no reforço à segurança e à eficiência das operações portuárias e reafirma a importância estratégica de Santos para o Brasil. “Na medida em que o porto vai crescendo, em termos de volume de movimentação, a gente vai precisar que a Polícia Federal esteja mais presente”, afirmou o ministéri.

O diretor-geral da PF também destacou a importância do projeto para a Polícia Federal e disse que a nova unidade aumentará a sensação de segurança para todos que trabalham ou passam pelo porto. Segundo Rodrigues, com a sede no terminal serão aumentadas as condições para combater o narcotráfico em âmbito internacional e dar respostas mais ágeis a incidentes e operações em alto-mar, como o contrabando e outros crimes.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/09/2025

PARCERIA KLABIN, BRADO E TCP REGISTRA MAIOR MOVIMENTAÇÃO DESDE INAUGURAÇÃO

Da Redação Portos e logística 17/09/2025 - 19:00



O terminal logístico intermodal KBT, parceria das empresas Klabin, Brado Logística e TCP, registrou no primeiro semestre de 2025 os melhores índices de produtividade desde sua inauguração, há quatro anos. Foram movimentados 49.646 TEUs, 12% a mais que os 44.450 TEUs do mesmo período de 2024. As exportações de papel e celulose tiveram alta de 13%, passando dos 21.216 TEUs nos seis primeiros meses do ano passado para 23.978 TEUs.

De acordo com as empresas parceiras, os resultados refletem o modelo logístico do KBT, que conecta por ferrovia o terminal de contêineres administrado pela TCP, ao lado da Unidade Ortigueira da Klabin, que tem capacidade para produzir 2,5 milhões de toneladas de papel e celulose por ano, ao Terminal de Contêineres do Porto de Paranaguá. Assim, o corredor intermodal reduziu a dependência das rodovias e ampliou o uso de trens.

Segundo a Brado Logística, no primeiro semestre de 2025, 152 trens saíram da KBT para a TCP, contra 140 trens no mesmo período de 2024. A estimativa da empresa é de que 12.232 caminhões tenham deixado de circular entre Ortigueira e Paranaguá nos seis primeiros meses do ano.

A avaliação é de que, no semestre, o transporte de papel e celulose pela ferrovia tenha evitado a emissão de 16 mil toneladas de gás carbônico, volume equivalente à emissão anual de 3,4 mil veículos. De acordo com o cálculo da Brado Logística, seriam necessárias 113,8 mil árvores para neutralizar integralmente esse volume de CO2.

Segundo as empresas parceiras, os ganhos se estendem à infraestrutura portuária em Paranaguá, onde as cargas são movimentadas por três guindastes pórticos eletrificados sobre pneus (RTG). Os equipamentos foram convertidos pela TCP há dois anos, permitindo reduzir em 97% as emissões de gás carbônico na operação de cada um.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/09/2025

SUAPE E SECRETARIA DE AGRICULTURA FIRMAM PACTO PELO AGRONEGÓCIO DE PE

Da Redação Portos e logística 17/09/2025 - 12:42

O secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco, Cícero Moraes, e o diretor-presidente do Complexo Industrial Portuário de Suape, Armando Monteiro



Bisneto, anunciaram na última terça-feira (16) a adoção do 'Pacto do Agro', com o objetivo de fortalecer o escoamento da produção agrícola, pecuária e pesqueira do estado. Para isso, foi criado um comitê permanente de trabalho voltado a destravar gargalos e ampliar as operações portuárias.

Segundo a administração do Porto de Suape, a força-tarefa terá como meta desenvolver ações que consolidem Pernambuco como polo exportador de frutas, carnes e outros produtos do segmento. Além disso, serão discutidas alternativas logísticas para

aumentar a competitividade do terminal para atender às demandas do setor, inclusive na importação de insumos.

Cícero Moraes explicou que o objetivo é envolver todos os interessados para implementar um plano de ação com produtores, técnicos, exportadores e a diretoria de Suape. “Vamos trazer todos à mesa de discussões para que possamos garantir que Pernambuco assuma o protagonismo do agronegócio também no cenário internacional”, disse, ressaltando que a parceria busca atender às demandas emergenciais e estruturar soluções de médio e longo prazo.

Monteiro Bisneto afirmou que o Pacto pelo Agro terá reforço com o APM Terminals Suape, subsidiária do grupo dinamarquês A.P. Moller Maersk. O terminal privado de contêineres e de carga geral começará a operar no segundo semestre de 2026, com investimentos de R\$ 1,6 bilhão. “O equipamento será o primeiro 100% elétrico da América Latina, trazendo tecnologia de ponta e foco em sustentabilidade, o que deve ampliar a competitividade do complexo portuário”, previu Bisneto.

De acordo com ele, o novo terminal deve absorver cerca de 35% da movimentação atual do porto, aumentando a concorrência. Ele terá estruturas mais modernas para cargas refrigeradas e câmaras frias, atendendo especialmente às demandas do agronegócio pernambucano. “Além de abrir espaço para novos investimentos e atrair mais operadores, deverá ampliar a eficiência no escoamento da produção agrícola e industrial”, disse.

A administração portuária informou ainda que estão sendo investidos em Suape R\$ 600 milhões para a construção dos Cais 6 e 7. E que outros aportes estão sendo feitos para a instalação do Terminal de Granéis Sólidos, que poderá movimentar cerca de 770 mil toneladas de mercadorias diversas por ano.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/09/2025

ACORDO MERCOSUL-EFTA ABRE MERCADOS PARA A INDÚSTRIA BRASILEIRA, AVALIA CNI

Da Redação Portos e logística 17/09/2025 - 18:50



A Confederação Nacional da Indústria (CNI) classificou como estratégico o Acordo de Livre Comércio firmado pelo Mercosul com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), que reúne Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein, assinado na terça-feira (16) no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro. Para que o acordo entre em vigor, será preciso finalizar os trâmites de internacionalização, que envolvem tradução do documento oficial e processos internos. No caso do Brasil, é necessária a aprovação do Congresso Nacional.

O acordo Mercosul-EFTA inclui acesso a mercados de bens, regras de origem, serviços, investimentos, propriedade intelectual, compras governamentais, defesa comercial, barreiras

técnicas ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, facilitação de comércio, concorrência, desenvolvimento sustentável e solução de controvérsias. Prevê também redução total de tarifas de importação para a indústria, regras de certificação de origem flexíveis, redução de barreiras técnicas e a proteção de propriedade intelectual, incluindo indicações geográficas.

O capítulo 2 estabelece compromisso abrangente de liberalização tarifária no comércio de bens. No caso do Brasil, 99% das exportações brasileiras de produtos agrícolas e industriais terão acesso em livre comércio aos mercados da EFTA.

Já o Mercosul se compromete a liberalizar tarifas de importação para mais de 90% dos bens, de forma imediata ou escalonada de quatro a 15 anos. Estão previstas quotas tarifárias para laticínios, chocolates e fórmulas infantis e margens de preferência de 10% a 50%, com aplicação imediata ou em até cinco anos, e foi incluída lista de exclusões.

Os compromissos assumidos pela associação europeia serão aplicados no primeiro dia de vigência do acordo comercial. A EFTA eliminará as tarifas de importação do setor industrial e pesqueiro. No caso dos produtos agrícolas, o acordo garantirá acesso preferencial aos principais produtos exportados pelo Brasil, como carnes bovina, de aves e suína, farelo de soja, milho, café torrado e álcool etílico, dentre outros. Essas condições, contudo, não são uniformes entre os membros: Suíça e Liechtenstein fixaram em oito mil toneladas o volume para a carne bovina, enquanto a Noruega limitou a 665 toneladas.

Para garantir que os exportadores do Mercosul possam aproveitar integralmente as quotas oferecidas, foram definidos dois mecanismos de administração: quotas preferenciais bilaterais específicas para o Mercosul e tarifas intraquotas aplicáveis a produtos já sujeitos a quotas globais de importação.

A expectativa da CNI é de que o fortalecimento das relações econômicas entre os países do bloco sul-americano com os quatro europeus permita aumentar as exportações do Brasil de produtos agrícolas e industriais, já que aproximadamente 99% deles terão acesso em livre comércio imediato aos mercados da EFTA.

Segundo o presidente da CNI, Ricardo Alban, o acordo cria oportunidades para aumentar a participação de produtos brasileiros no comércio internacional, por oferecer melhores condições de acesso a mercados com grande poder de consumo. “A conclusão do acordo vem num momento muito importante para a indústria nacional, que enfrenta enormes perdas relacionadas ao tarifaço dos Estados Unidos”, afirmou.

Os países que formam a EFTA têm juntos 14,3 milhões de habitantes, PIBs somados de 1,4 trilhão de dólares e ocupam a quarta posição global como origem de investimentos estrangeiros diretos, o que, segundo a CNI, reforça seu papel como mercado prioritário para ampliar a integração internacional do Brasil. Segundo dados divulgados pela Confederação, na década passada, a corrente de comércio entre os dois blocos cresceu 36,7%.

Avaliação da CNI indica que o Brasil tem mais de 700 oportunidades de exportação ao bloco dos quatro europeus, o terceiro maior parceiro do país no comércio de serviços. Segundo a entidade, os investimentos bilaterais atingiram recorde histórico em 2023, sendo de 46,2 bilhões de dólares da EFTA no Brasil e de 11,7 bilhões do Brasil nos agora parceiros no acordo com o Mercosul.

A CNI informou ainda que o bloco formado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein tornou-se em 2024 o segundo maior destino das exportações brasileiras na Europa, ultrapassando o Reino Unido e ficando atrás apenas da União Europeia. De acordo com a Confederação, no ano passado o montante exportado pelo país para os quatro europeus somou 3,1 bilhões de dólares, e cada bilhão de dólar vendido pelo Brasil para o bloco resultou em 19,8 mil empregos, R\$ 448,7 milhões em massa salarial e R\$ 3,4 bilhões em produção.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/09/2025



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 139/2025
Página 74 de 74
Data: 18/09/2025
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPIING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 18/09/2025